

Vitor Hugo Tonin

**MUITA GENTE SEM CASA, MUITA CASA GENTE.
ENTRE SUPERLUCROS E SUPEREXPLORAÇÃO:
A DIALÉTICA DA HABITAÇÃO
EM PAÍS DEPENDENTE.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Orientador: Prof. Dr. Lino Fernando Bragança Peres.

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tonin, Vitor Hugo

Muita gente sem casa, muita casa sem gente. : Entre superlucros e superexploração: a dialética da habitação em país dependente. / Vitor Hugo Tonin ; orientador, Lino Fernando Bragança Peres - Florianópolis, SC, 2015.
266 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Inclui referências

1. Arquitetura. 2. Habitação. 3. Superexploração da força de trabalho. 4. Renda da terra. 5. Dependência. I. Peres, Lino Fernando Bragança. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. III. Título.

Vitor Hugo Tonin

**MUITA GENTE SEM CASA, MUITA CASA GENTE.
ENTRE SUPERLUCROS E SUPEREXPLORAÇÃO:
A DIALÉTICA DA HABITAÇÃO
EM PAÍS DEPENDENTE.**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, e aprovada em sua forma final pelo Programa Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2015.

Prof.^a Adriana Rosseto, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Lino Fernando Bragança Peres, Dr.
Presidente

Prof. Elson Manoel Pereira, Dr.
Membro

Prof.^a Maria Inês Sugai, Dra.
Membro

Prof. Nildo Domingos Ouriques, Dr.
Membro externo

Dedico este trabalho à todxs xs
moradorxs de ocupações urbanas da
América Latina.

AGRADECIMENTOS

Agradecer aos colegas e aos professores do programa, bem como aos familiares, não é mera formalidade. O apoio destas pessoas é fundamental para fortalecer minha subjetividade e cumprir com o curso. Não nomear todas estas pessoas evita o risco de esquecermos alguém, mas ao mesmo tempo deixa este trabalho sem a cara e o coração de todxs aqueles que foram fundamentais para sua realização.

Don'Ana, que sempre confiou em minhas decisões e as apóia incondicionalmente.

Todxs com quem compartilhei residência na casa vermelha ou na Aldeia Bolivariana do Campeche como a Ellen “polaca”, Jojo, Guilherme Basto, a família real Marina e Lorena, Vitor “xará”, Renata e América. Ah, e ao agregado Felter!

À Adriana Cardoso Vieira, secretária do PGAU-Cidade, cujo compromisso e competência exemplares são complementados pelos excelentes conselhos aos estudantes e professores.

Ao Professor Lino Peres que além de estimulante orientador é um exemplo de comprometimento e de autocrítica.

À Pati, Dago, Mari, Duda, Benedita, Estevão, e todos os moradores da Ocupação Contestado, cuja luta é um exemplo e um estímulo à crítica da realidade.

Aos amigos Arland, Luís Felipe, Ceará e Matheus Pismel, cuja amizade se expressou nos momentos em que mais precisei.

Às Brigadas Populares que como instrumento de mediação entre a teoria e prática exerceu profunda influência neste trabalho.

À futura pátria livre que haverá de ser a nação brasileira.

A situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social (...) O conhecimento das condições de vida do proletariado é, pois, imprescindível para, de um lado, fundamentar com solidez as teorias socialistas e, de outro, embasar os juízos sobre sua legitimidade e, enfim, para liquidar com todos os sonhos e fantasias *pró e contra*.

Friedrich Engels, 1845

Para os proprietários de imóveis, a miséria é mais rentável que jamais o foram, para a Espanha, as minas de Potosí.

Karl Marx.

RESUMO

O presente trabalho objetiva fazer uma análise crítica do acesso à habitação nos países dependentes e subdesenvolvidos. Para tanto, analisamos o problema da habitação a partir de duas categorias principais: a superexploração da força de trabalho e a renda da terra.

A análise da superexploração permitiu identificar as condições concretas de habitação a que é submetida à classe trabalhadora brasileira: precariedade física e urbana das moradias são expressões de uma força de trabalho superexplorada, são expressões da espoliação urbana. Através desta análise foi possível realizar uma análise crítica das “necessidades habitacionais”, tanto do déficit quanto da inadequação, de tal maneira que se desvelou o conceito de “déficit” como uma ideologia fundamental para sustentar políticas públicas que fortalecem o capital imobiliário. Por outro lado, a renda da terra tem se expressado cada vez mais como um superlucro de localização apropriado pelo capital imobiliário financeirizado. Esta transfiguração da renda da terra eleva o poder da propriedade privada e aumenta a exclusão habitacional nos países dependentes. O aumento da produção imobiliária concorre, assim, para elevar os problemas habitacionais e não para mitigá-los. Concluímos que estas duas categorias representam os entraves fundamentais para superar os problemas habitacionais nos países dependentes e, portanto, devem ser enfrentadas politicamente.

Palavras-chave: Habitação; superexploração da força de trabalho; renda da terra; dependência.

ABSTRACT

This paper aims to make a critical analysis of housing access in dependent and underdeveloped countries. Therefore, we analyze the housing issue from two main categories: over-exploitation of the workforce and the land rent.

The analysis of overexploitation allowed to identify the material conditions of housing that the Brazilian working class is subject: urban and structural precarity of the habitations are the expressions of an overexploited labor force, are expressions of urban dispossession. By doing so, it was possible to perform a critical analysis of "housing needs", of both deficit and inadequacy, in such a way that unveiled the concept of "deficit" as a fundamental ideology to support public policies that strengthen the real estate capital. On the other hand, the land rent has been expressed more and more like a super-profits of location, appropriated for the real estate capital financialized. This transfiguration of land rent increases the power of private property and increases housing exclusion in the dependent countries. The increase in real estate production thus contributes to raising the housing problems and not to mitigate them.

We conclude that these two categories represent the fundamental barriers to overcome the housing problems in dependent countries and therefore must be addressed politically.

Keywords: Housing; overexploitation of the labor force; land rent; dependence.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: REGIÃO CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS E LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DE SERRARIA (2014).....	22
FIGURA 2: REGIÃO DA SERRARIA, OCUPAÇÃO CONTESTADO E TERRENO DA UNIÃO (2014).....	25
FIGURA 3: DISTINÇÃO DOS TIPOS DE OCUPAÇÃO NA AVENIDA DAS TORRES	27
FIGURA 4: DISTINÇÃO DOS TIPOS DE OCUPAÇÃO NA AVENIDA DAS TORRES.....	28
FIGURA 5: ESBOÇO DO PROJETO URBANÍSTICO APRESENTADO PELA PREFEITURA.	30
FIGURA 6: DÉFICIT HABITACIONAL 2007-20012 - BRASIL - FONTE: IPEA,2013	36
FIGURA 7: RAZÃO ENTRE SALÁRIO MÍNIMO E SALÁRIO NECESSÁRIO (MÉDIA ANUAL), EM PORCENTAGEM.FONTE: COSTA (2013) COM DADOS DO DIEESE.	123
FIGURA 8: MÉDIA ANUAL DO SALÁRIO MÍNIMO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM R\$ DE DEZ. 2012. FONTE: COSTA (2013).....	124
FIGURA 9: SÉRIE HISTÓRICA DO SMN COM BASE EM 1940. FONTE: LUCE (2013)	125
FIGURA 10: FONTE: MARQUES, CAPELAS E HUERTAS NETO (2010, P. 233) APUD LUCE (2013). DADOS DA PED.....	127
FIGURA 11: ADENSAMENTO EXCESSIVO DE DOMICÍLIOS PRÓPRIOS URBANOS POR FAIXAS DE RENDA MÉDIA FAMILIAR MENSA, EM SALÁRIOS MÍNIMOS (SM), SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS E REGIÕES METROPOLITANAS - BRASIL - 2009.	139
FIGURA 12: COMPOSIÇÃO DO DÉFICIT POR FAIXA DE RENDA 2007-2012	143
FIGURA 13: MAPA DO DÉFICIT HABITACIONAL ABSOLUTO SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL - 2012 .	147
FIGURA 14: GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES DE INADEQUAÇÃO DOMICILIAR – BRASIL - 2009.....	148

FIGURA 15: COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DA CAMPANHA "MORADIA DIGNA".....	153
FIGURA 16: MANIFESTAÇÃO DO MTST NO SECOVI/SP EM 18 DE JUNHO DE 2014.....	155
FIGURA 17: GRÁFICO EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS.	159
FIGURA 18: IMAGEM DE SATÉLITE DO BAIRRO SACO DOS LIMÕES. FONTE: GOOGLE EARTH, 2014.....	205
FIGURA 19: MALHA URBANA PREDOMINANTE NO BAIRRO. ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2014).....	207
FIGURA 20: CARACTERÍSTICAS DO BAIRRO E DAS CASAS RESISTEM AO TEMPO. ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2014)..	209
FIGURA 21: LOCALIZAÇÃO DOS DOIS EMPREENDIMENTOS EM EXECUÇÃO. (2014).....	213
FIGURA 22: FOTOS DA RUA JOSÉ BROGNOLI EM 2011, 2013 E 2014, RESPECTIVAMENTE. ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2014).	214
FIGURA 23: CAPITAL FINANCEIRO OPERA EM ESCALA NACIONAL EM BUSCA DE SUPERLUCROS	217
FIGURA 24: NÚMERO DE MESES DE TRABALHO NECESSÁRIO PARA COMPRAR UM METRO QUADRADO.	225
FIGURA 25: JORNAL CURITIBANO DESTACA DESCOMPASSO ENTRE PREÇO DOS IMÓVEIS E SALÁRIOS.....	226

Sumário

Introdução	21
1 Superexploração da força de trabalho e o acesso à habitação	33
1.1 Introdução	33
1.2 A transformação da força de trabalho e da moradia em mercadorias	39
1.3 A transformação da força de trabalho e da moradia em mercadorias em países dependentes.....	47
1.4 Os labirintos da urbanização dependente na América Latina	59
1.5 Superexploração e exclusão habitacional no Brasil atual	119
2. Renda da terra e o acesso à habitação: a cidade como mercadoria de luxo.	155
2.1 Introdução	156
2.1 A renda da terra em Marx	160
2.2 As rendas urbanas	176
2.3 Superlucros de localização.....	187
2.4 A financeirização da produção (da renda) do espaço	195
2.5 A produção financeirizada de uma localização: Saco dos limões ou “Novo Centro”?	204
3. Entre rendas (superlucros) e superexploração: a dialética da moradia.	220
4. Considerações Finais.....	250
5. Referências	258

Introdução

Patrícia levanta todo dia às 5 horas da manhã para trabalhar. Não, sua jornada de trabalho não começa tão cedo, mas é obrigada a despertar neste horário para conseguir chegar no trabalho na hora certa. São quase 2 horas de deslocamento, num trajeto que poderia ser feito em 30 minutos. Ao todo ida e volta são mais de 3 horas de deslocamento. Três horas de seu “tempo livre”, subtraído. Três horas sem desfrutar de sua casa, de sua família ou de si mesma.

Patrícia mora na região de Serraria, periferia do município de São José. Mas como milhares de trabalhadoras é obrigada a se deslocar diariamente até Florianópolis para trabalhar. Mesmo àqueles que não trabalham no centro ou em Florianópolis são, muitas vezes, obrigados a passar por lá se forem usuários do transporte público. Quando perguntada por que não mora mais perto do trabalho, Patrícia ri da ingenuidade do interlocutor:

— Morar onde?

Figura 1: Região conurbada de Florianópolis e localização da região de Serraria (2014)



Patrícia, como milhares de catarinenses e brasileiros, fez parte de um amplo movimento migratório para a região de Florianópolis, reforçando uma certa xenofobia local sobre os problemas urbanos. O marido de Patrícia, no entanto, é “daqui”. Nascido e criado no Morro da Caixa, é Copa Lord e Figueirense. Filho de um dos músicos pioneiros da ilha, é Dagoberto quem fica cuidando da casa e das crianças enquanto Patrícia cumpre suas 11 horas de tempo de trabalho. A mais velha dos cinco filhos tem 15 anos, a mais nova tem 2.

Se pensarmos que a jornada oficial de trabalho é de 8 horas diárias para que nas outras horas o trabalhador descanse e reponha suas energias, o que está acontecendo com Patrícia e com todos esses trabalhadores cujo tempo livre é diminuído pelo deslocamento até o trabalho? Quem está se apropriando desse tempo de deslocamento? O capitalista do transporte público que mantém um sistema ineficiente mas muito lucrativo ou o patrão de Patrícia que paga um salário insuficiente para que ela possa conseguir uma moradia próxima ao seu local de trabalho? Ou ainda será o conjunto dos proprietários de imóveis que conseguem obter um aluguel alto pelo imóvel? Que processo é esse que expulsa os moradores pobres, nativos ou não, para a periferia?

É fundamental responder essas perguntas se queremos compreender esse fenômeno monstruoso que é a urbanização brasileira e latino-americana. Fenômeno aparentemente fora de controle e completamente irracional, caótico, cujos problemas são cada vez mais relevantes para a grande maioria da população brasileira.

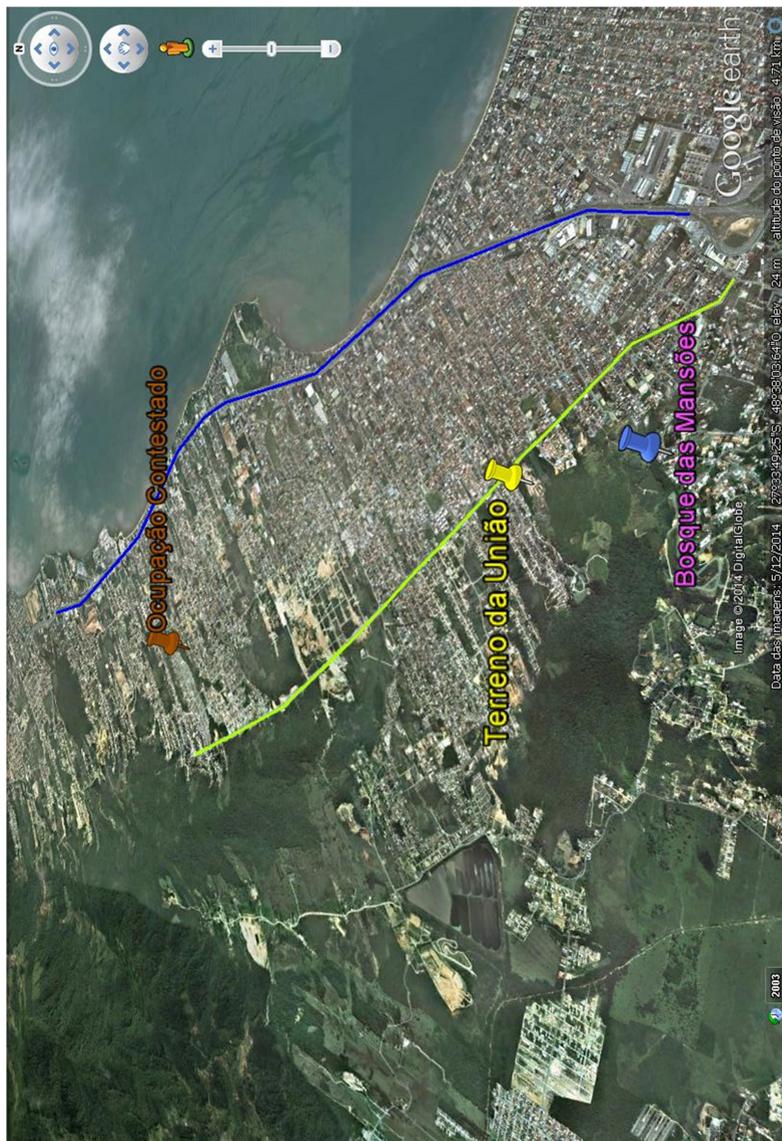
Hoje Patrícia paga três horas de seu dia para chegar ao trabalho, mas, ao menos por enquanto, não paga mais aluguel. Desde novembro de 2012 ela e sua família são moradores de uma ocupação urbana

provisória, a Ocupação Contestado. Desde antes de ocupar o atual terreno provisório, ela e os quase 400 moradores já negociavam a ida para um terreno de propriedade da União, localizado no mesmo bairro. No entanto, o projeto habitacional está há dois anos em negociação e ainda está longe de sair do papel, comprovando a eficiência do Estado brasileiro em não atender os direitos constitucionais do povo. Conhecer as vicissitudes deste “atraso” coloca alguns elementos a mais na nossa investigação.

A região de Serraria vem sofrendo profundas modificações na sua fisionomia urbana. Gleba de terra periférica foi ocupada durante expansão urbana da cidade pelos trabalhadores mais pobres até que o crescimento populacional colocasse a região como demanda de trabalhadores com renda um pouco mais elevada e incorporasse terras ainda mais distantes no processo de urbanização. A região, portanto, se encontra num momento em que extrema pobreza convive com qualificações urbanas para rendas médias.

A sua proximidade com a principal rodovia de ligação da região com o resto do Brasil (BR-101), localizada no lado leste do bairro, e com abertura de uma avenida de 4 pistas, a “Avenida das Torres”, no oeste, acentuou este processo. Aquela aumenta a demanda das terras do bairro por parte de galpões e grandes centros comerciais e de distribuição; esta aumenta a capacidade de deslocamento interno pela região.

Figura 2: Região da Serraria, ocupação Contestado e terreno da união (2014)



A abertura da “Avenida das Torres” (amarelo) foi uma decisão da prefeitura do município de São José com o argumento de que desafogaria a BR-101 (azul). A rodovia também era utilizada para chegar à cidade vizinha, Biguaçu, localizada ao norte. A Avenida, entretanto, termina exatamente no limite dos dois municípios sem cumprir esta função.

No início a suntuosidade da Avenida contrastava com urbanização periférica da região. Cada vez mais, porém, se vê um processo de transformação urbana nas suas margens: construção de grandes supermercados e varejistas e de edifícios residenciais com mais de 12 andares começam a surgir devido a, agora, “localização privilegiada”. Este processo adquire uma linearidade evidente: a ponta da Avenida, mais próxima ao ao trevo de acesso à Florianópolis e ao centro de São José, é a mais transformada e quanto mais se afasta para o sentido norte mais “intacta” é a região, inclusive com grandes áreas totalmente preservadas até agora.

Figura 3: Distinção dos tipos de ocupação na Avenida das Torres

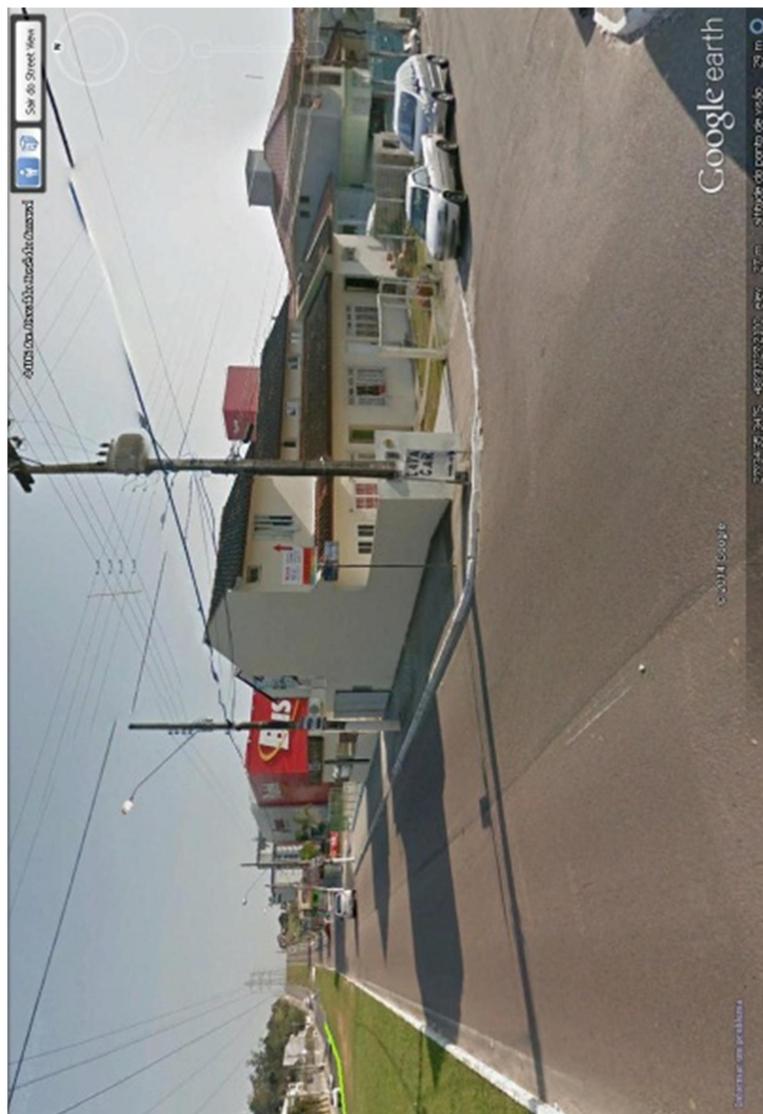
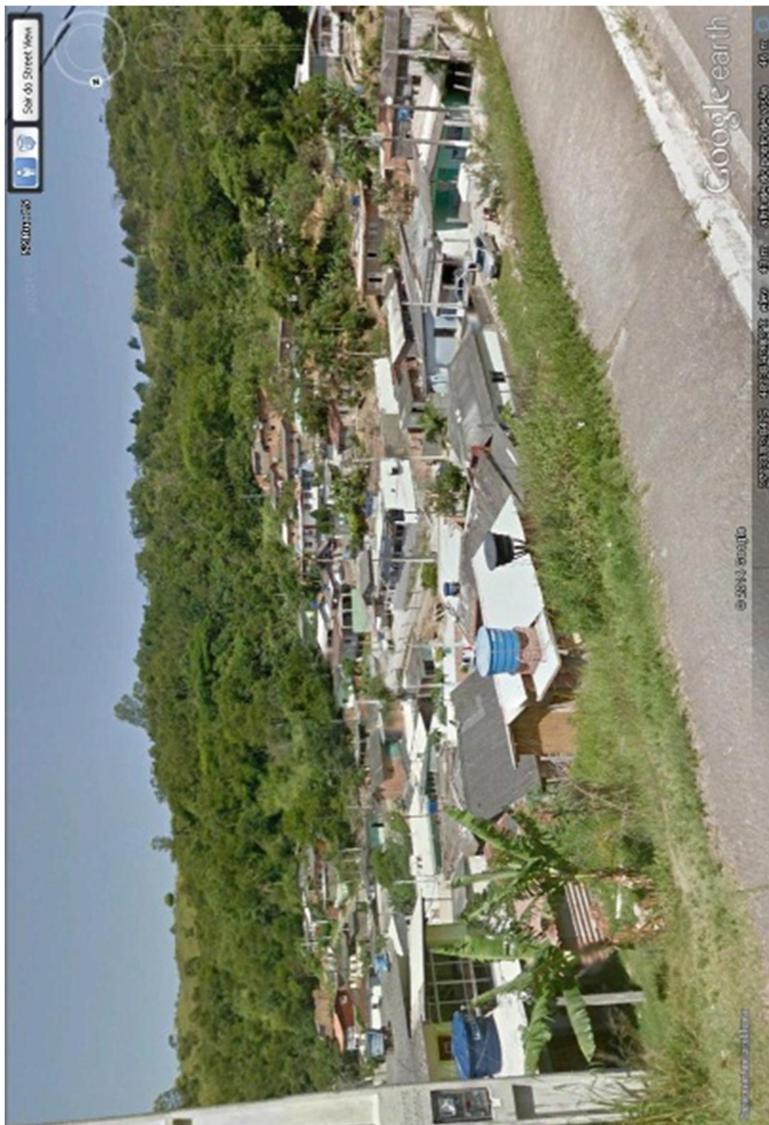


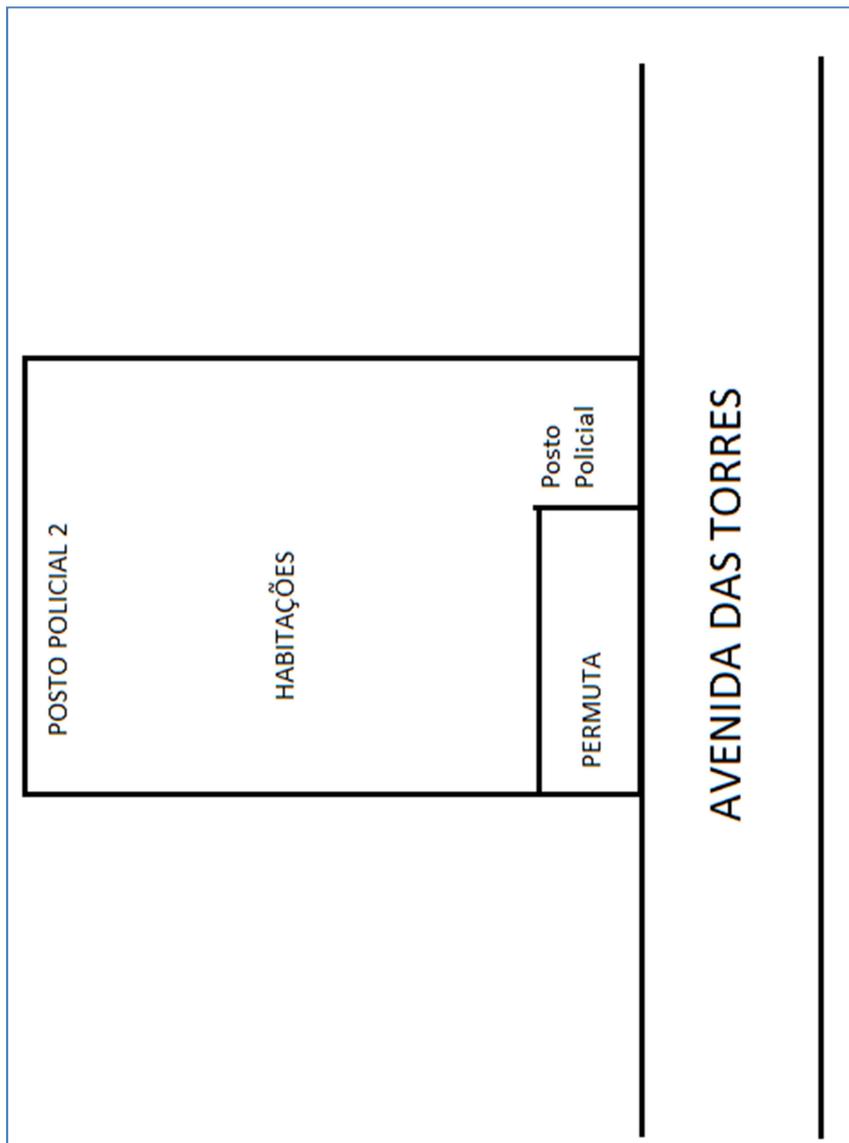
Figura 4: Distinção dos tipos de ocupação na Avenida das Torres



O terreno da União em negociação com os moradores da Ocupação Contestado localiza-se, justamente, às margens da Avenida

das Torres na sua parte sul, mais próxima do centro. Em seu local mais elevado, é possível, por cima das edificações e da BR 101, avistar o mar da baía norte de Florianópolis. Pelos fundos do terreno é possível chegar ao “Bosque das Mansões”, um condomínio residencial horizontal de luxo. Como o terreno é de propriedade da União, ele deve ser repassado à Prefeitura Municipal para a execução de um projeto habitacional. A primeira proposta urbanística da prefeitura considerava uma permuta, uma “troca”, da maior parte do terreno que beirava a Avenida. O argumento é que junto à iniciativa privada se conseguiria em troca daquele pedaço, um terreno maior, embora mais distante, com capacidade de assentar mais famílias. No resto do terreno que beira a Avenida seria construído, como parte do projeto urbanístico e um posto policial colocando, assim, as habitações populares atrás, longe das margens da Avenida.

Figura 5: Esboço do projeto urbanístico apresentado pela prefeitura.



Fonte: Elaboração própria

Os moradores da Ocupação Contestado não aceitaram a proposta e conseguiram comprovar a sua ilegalidade. No entanto, nota-se como por trás de argumentos aparentemente bem-intencionados o próprio Estado atua como agente impulsionador deste processo de valorização de determinadas localizações do espaço urbano e de abertura de novos eixos de expansão. Mas por que age dessa forma? Quais interesses e quais categorias da Economia Política explicam este movimento?

Os moradores da ocupação fazem parte de um contingente de 6,8 mil famílias sem casa no município de São José. Número que vem crescendo ano a ano. No estado de Santa Catarina são 180 mil e por todo Brasil são quase sete milhões de famílias que compõem o déficit habitacional, não obstante, os recentes programas nacionais de habitação (FJP, 2013). Como explicar que no século XXI, na 7ª maior economia do mundo, ainda exista um déficit habitacional desse porte? Não há capacidade produtiva no país para solucionar o problema? Não há mais espaço nas cidades?

Já seria difícil explicar essa irracionalidade a um observador completamente distante dela. Porém, mesmo na maioria dos moradores da cidade, dos sem-teto, e até de muitos cientistas sociais, é raro encontrarmos consciência crítica deste fenômeno. O objetivo deste trabalho é justamente estudar este processo contraditório do acesso à habitação, suas determinações históricas e as tendências atuais. Aparentemente, o nível de exclusão habitacional nos países periféricos, incluindo o Brasil, é determinado pelos baixos salários dos

trabalhadores pelo lado da demanda, e pelo alto custo da terra, pelo lado da oferta, o que encarece o produto habitação. Acredito que as duas categorias essenciais para entender este processo são a superexploração da força de trabalho e a renda da terra urbana, entendida como a valorização econômica da propriedade urbana. O espaço urbano coloca estas duas categorias em contradição. Esse divórcio entre a capacidade de consumo e a produção do espaço urbano são os dois polos basilares da contradição social expressa através do espaço urbano e que ganha contornos dramáticos quando se trata da necessidade de um local para morar. Por isso na exposição que segue analisaremos as duas categorias separadamente (capítulos 1 e 2) para depois colocá-las em movimento (capítulo 3) buscando assim facilitar a compreensão dessa síntese que é o espaço urbano. Esse método expositivo é obviamente distinto daquele utilizado na investigação, mas considero que antecipar qualquer resultado que está para ser demonstrado pode ser desconcertante, por isso convido o leitor e a leitora “que se dispuser a me seguir” a “se elevar do particular ao geral”. (MARX, 1999).

1 Superexploração da força de trabalho e o acesso à habitação

O modo como é satisfeita a necessidade de um teto é um critério que nos permite saber como são satisfeitas as outras necessidades.

Friedrich Engels

1.1 Introdução

As 100 famílias da Ocupação Contestado não são uma exceção. Fazem parte de um conjunto de brasileiros considerados sem-teto e estatisticamente agrupados sob o conceito de “déficit habitacional”. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD-IBGE), em 2012, o déficit habitacional no Brasil era de 5,8 milhões de unidades. No entanto, se levamos em conta o Censo de 2010, o déficit habitacional chega a se aproximar de sete milhões de unidades (6.940.691), segundo dados divulgados pela Fundação João Pinheiro (FJP).

Essa discrepância de dados ganhou notoriedade pelo debate em torno do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Movimentos sociais denunciaram a ineficácia do programa diante do aumento do déficit habitacional. No artigo “Como não fazer política urbana” (BOULOS, 2014), coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto denunciaram o crescimento do déficit habitacional mesmo com o programa. A denúncia se baseava na comparação do número de

2010 obtido através do Censo com os dados de 2009, 2008 e 2007 obtidos através da PNAD:

Déficit Habitacional no Brasil

2007	2008	2009	2010
6.102.414	5.686.703	6.143.226	6.940.691

Fonte: PNAD para os anos 2007 a 2009. Censo para o ano de 2010, Fundação João Pinheiro (FJP, 2014).

Segundo relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vinculado à Presidência da República, não se deve comparar dados obtidos com a PNAD e com o CENSO:

As pesquisas do Censo Demográfico e da PNAD são estruturalmente diferentes, visto que cada uma tem objetivo, periodicidade e desenho amostral específico. “Diante dessa heterogeneidade de origens, trajetórias e objetivos, não é surpreendente que os Censos, as PNADs e as POFs apresentem diferenças significativas em todas suas etapas, o que traz problemas para a comparação direta entre as pesquisas” (Souza, 2013). (IPEA, 2013)

Adriana Ribeiro, responsável técnica pela FJP, também aponta distorções em tais comparações:

No caso da aplicação da metodologia do Déficit aos dados do Censo, também se utiliza amostra, como na PNAD. **A diferença é que a amostra do Censo é muito maior e, portanto, é capaz de captar as especificidades do déficit com maior rigor.** O Censo Demográfico utiliza na coleta dois tipos de questionário, um mais curto (que a gente chama de ‘universo’), que é aplicado à totalidade da população brasileira (todos os domicílios) e outro mais extenso, que é aplicado a uma amostra (que varia em função do tamanho do município).

Posteriormente, criam-se fatores de expansão para a amostra, a partir da compatibilização dos resultados do questionário curto e do extenso. Assim, a amostra passa a representar a totalidade da população. No caso da PNAD, a amostra também é expandida, mas não se tem um ‘universo’ e os fatores de expansão são calculados com base em projeções populacionais.¹ (grifo nosso).

Esse argumento somado à divulgação do déficit habitacional pela PNAD para os anos de 2011 e 2012, onde houve redução do número, foi o suficiente para que analistas saíssem em defesa do PMCMV, e por consequência do governo². Utilizando dados calculados pelo IPEA defendem que está havendo uma redução sustentada do déficit habitacional:

Déficit Habitacional no Brasil

2007	2008	2009	2011	2012
5.593.191	5.191.565	5.703.003	5.409.210	5.244.525

Fonte: IPEA, 2013.

Os defensores do governo vão ainda mais longe. Além de criticar a comparação de dados entre pesquisas diferentes comemoram a redução do índice relativo do déficit habitacional. Este índice equaciona o número absoluto do déficit com o número absoluto de domicílios existentes, conforme a tabela a seguir:

¹ Disponível em: <http://novascartaspersas.wordpress.com/2014/02/17/deficit-habitacional-no-brasil-cai-168-nos-ultimos-cinco-anos/>. Acessado em: agosto de 2014.

² Ibidem.

Figura 6: Déficit habitacional 2007-20012 - Brasil - Fonte: IPEA,2013

	2007	2008	2009	2011	2012
Número de domicílios	55.918.038	57.703.161	58.684.603	61.470.054	62.996.532
Déficit habitacional	5.593.191	5.191.565	5.703.003	5.409.210	5.244.525
Precárias	1.244.028	1.139.729	1.074.637	1.163.631	870.563
Rústico	1.135.644	1.039.445	1.005.875	1.034.725	785.887
Improvisados	108.384	100.284	68.762	128.906	84.676
Coabitación	2.307.379	2.032.334	2.315.701	1.808.314	1.757.160
Cômodos	214.476	190.213	224.120	237.914	178.433
Conviventes com intenção de mudar	2.094.410	1.842.670	2.094.953	1.571.581	1.579.263
Excedente aluguel	1.756.369	1.735.474	2.020.899	2.110.409	2.293.517
Adensamento aluguel	526.900	500.925	539.582	512.925	510.197
<i>Estimativas relativas</i>					
Déficit habitacional	10,00%	9,00%	9,72%	8,80%	8,53%
Precárias	2,22%	1,98%	1,83%	1,89%	1,42%
Coabitación	4,13%	3,52%	3,95%	2,94%	2,86%
Excedente aluguel	3,14%	3,01%	3,44%	3,43%	3,73%
Adensamento aluguel	0,94%	0,87%	0,92%	0,83%	0,83%

Conforme os dados manipulados pelo IPEA, este déficit relativo teria passado de 10% para 8,53%, uma redução de 16% no déficit:

O mais significativo, porém, é o **indicador**

relativo do déficit: caiu de 10% para 8,33%, entre 2007 e 2012. Isso significa que no espaço de apenas cinco anos houve uma queda do déficit habitacional no Brasil na ordem de 16,8%. (idem, grifos do autor).

Importante ressaltar a diferença entre os dados divulgados pelo IPEA e pela FJP. Mesmo quando utilizam a mesma fonte – a PNAD coletada pelo IBGE – há uma diferença de quase meio milhão de unidades em todos os anos divulgados.

Déficit Habitacional no Brasil 2007-2012 – Fontes: IPEA, 2013 e FJP, 2014. Elaboração própria.

	2007	2008	2009	2011	2012
IPEA	5.593.191	5.191.565	5.703.003	5.409.210	5.244.525
FJP	6.102.414	5.686.703	6.143.226	5.889.357	5.792.508
Diferença	509.223	495.138	440.223	480.147	547.983

É nesta disputa pela estatística que estão metidos grande parte dos “analistas”. Além de ignorar o dado do Censo, apontado como mais apropriado pela coordenadora técnica da FJP - “A diferença é que a amostra do Censo é muito maior e, portanto, é capaz de captar as especificidades do déficit com maior rigor.” - manipulam taxas percentuais a fim de atingir a maior capacidade de marketing para a política governamental. Enquanto isso são quase sete milhões de famílias brasileiras, segundo o Censo de 2010, sofrendo com o problema habitacional no país.

Inevitável a referência a Álvaro Vieira Pinto, neste debate. Este circunspecto filósofo brasileiro, completamente proscrito de nossas universidades escreveu em meados da década de 1970 o livro intitulado

A sociologia dos países subdesenvolvidos, que ficou completamente desconhecido até 2008, quando foi publicado pela editora Contraponto. Com o objetivo de denunciar a “prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do ‘vale de lágrimas’”, Vieira Pinto faz um incansável percurso por todos os ramos da ciência que se tornou, junto da religião, uma das principais formas de alienação social. Seu livro é um verdadeiro tratado sobre a ideologia.

Do ponto de vista filosófico, importa-nos acentuar as linhas de pensamento que presidem essas infantis, mas rendosas habilidades, que hoje mobilizam batalhões de “teóricos”, “pesquisadores de campo” e simples indagadores, às vezes sem qualquer responsabilidade do que estão fazendo, atuando como caçadores de opiniões, sem a menor garantia de validade. Para dar, no entanto caráter científico a tal atividade, típica de uma sociedade onde reina a anarquia do mercado e o controle da opinião pessoal pelos órgãos publicitários possuídos pelas grandes corporações econômicas ou políticas, os partidos da democracia liberal, é preciso recorrer à matemática, que sob as mais variadas modalidades oferece meios de expressão visual ou de informação manipulada, mas nem por isso menos impressionante, que servem para o “esclarecimento” dos espíritos, para dirigir de fora, por coação psicológica inidônea, tanto a compra de uma pasta de dentes como o voto num senador. Daí o enxame de inquéritos, levantamentos, sondagens, que tanto podem servir a fins legítimos, os recenseamentos demográficos por amostragem, quando conduzidos segundo técnicas matemáticas legítimas, sem interferências tendenciosas, por exemplo, quanto à mistificação da publicidade comercialmente montada, valendo-se da “informática”, cujos pastores são nessa hora convocados, pelos valiosos serviços que podem prestar ao preparo prévio dos resultados a serem descobertos. Para nossa análise importa, sobretudo, assinalar, como dissemos, o recurso dos processos matemáticos a fim de dar cobertura a manipulações sociais que a classe

dominante, em defesa de seus interesses econômicos e políticos, têm em vista. (PINTO, 2008, p.117).

Marx em seu pequeno esboço sobre o método da economia política já alertava para o equívoco de uma investigação pela “pressuposição prévia e efetiva” do real (MARX, 1999, p.39). Assim, antes de continuar a analisar os dados, é fundamental procedermos a uma análise crítica dos conceitos utilizados nas estatísticas e da própria formulação “problema habitacional”, pois em sua própria formulação, assim abstrata, já estão contidas possibilidades mistificadoras. Afinal, a habitação em si não tem problema, é um simples objeto, produzido pelo trabalho humano. Seria interessante perguntar a um Tupinambá ou a um Guarani o que ele pensa sobre a falta de habitação e o déficit habitacional. Seguramente ele ficaria espantado que uma sociedade, uma comunidade que se diz entre iguais, admita a existência de uma quantidade gigantesca de pessoas sem condições mínimas de moradia. Quer dizer, o problema habitacional é, na verdade, um problema social e sua origem deve ser procurada nas relações sociais do atual modo de produção.

1.2 A transformação da força de trabalho e da moradia em mercadorias

Numa primeira aproximação, o modo de produção capitalista é composto por dois tipos de classes: os proprietários dos meios de produção – que cada vez mais vem se resumindo a serem proprietários de capital-dinheiro – e os não proprietários, os trabalhadores. Não é

preciso estatística para concordar que o problema habitacional, ou do déficit habitacional atinge apenas uma das classes, a classe trabalhadora. É esta classe que não tem acesso à habitação no atual modo de produção. O que não quer dizer que o problema habitacional da classe trabalhadora não afete os interesses dos capitalistas.

Do ponto de vista mais abstrato que podemos alcançar ao analisar o modo de produção capitalista, o problema da habitação é o problema de reprodução da força de trabalho. E este é um problema tanto para o portador da mercadoria força de trabalho, isto é, o trabalhador em luta pela sua existência enquanto trabalhador, como para o capitalista e o capital. Afinal a origem de todo o lucro e em última instância de todo capital e de todo capitalista é a apropriação de tempo de trabalho, a exploração da classe trabalhadora. Isso significa que sem classe trabalhadora não existe capital e capitalista e, por isso, a reprodução da classe trabalhadora, de sua existência material, é um problema capitalista. Mantê-la somente como trabalhadora é um problema de dominação. Assim, as relações capitalistas de produção colocam o problema da habitação em três formas distintas: i) como sobrevivência da classe trabalhadora; ii) um problema de reprodução da força de trabalho, portanto de manutenção da produção de mais-valia; iii) de reprodução do ramo específico de acumulação do capital através da construção de moradias; e, iv) de dominação pela classe capitalista.

Ao localizarmos conceitualmente o problema, estamos localizando-o também historicamente. Como se trata de um problema de reprodução da força de trabalho, a questão da habitação, tal como a conhecemos, surge junto com surgimento da classe trabalhadora. Faz parte do secular processo de acumulação primitiva do capital e de

separação forçada de parte do povo de todas as formas de se reproduzir que não fossem através da venda de sua força de trabalho. A principal forma é separando os camponeses do acesso à terra. Mas apenas isso não bastava. É necessário disciplinar os produtores às novas relações de trabalho:

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta – esse proletariado sem direitos – não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos, por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa Ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI, uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam. (MARX, 2006, p. 848)

Marx cita exemplos dessa “legislação sanguinária contra os expropriados” destinada a discipliná-los e a rebaixar seus salários numa época em que os “direitos” da classe trabalhadora não existiam justamente porque era impossível existir diante das necessidades de implantação do capital. Esse processo – a chamada acumulação primitiva - embora seja essencial no início de todo o processo de assalariamento é um processo permanente que acompanha o modo de

produção capitalista durante estes três séculos de existência. Não obstante, muitos teóricos insistem em caracterizá-lo como algo progressista. Inclusive parte dos marxistas contemporâneos diante da permanente existência destes fenômenos os identifica como etapas fundamentais para o desenvolvimento da produção capitalista e criação das bases materiais do comunismo.

Passada essa primeira etapa histórica generalizada de expropriação à força, a classe trabalhadora, já disciplinada, passa a acessar os bens necessários à sua reprodução através dos salários e, principalmente, passa a ser um importante mecanismo de realização das mercadorias produzidas. Estamos falando da ampliação do mercado de consumo interno dos países. Esta evolução histórica do processo – da expropriação ao consumo – é fundamental para o capitalismo, pois cria as condições de realização das mercadorias produzidas e ao mesmo tempo completa a dominação capitalista sobre os trabalhadores, pois facilita a naturalização e reificação das relações mercantis.

Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e costume, aceita as exigências daquele modo de produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra toda a resistência; a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Ainda se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional. Para a marcha ordinária das coisas, basta deixar o trabalhador entregue às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital, a qual decorre das próprias condições de produção e é assegurada e perpetuada por essas

condições. (MARX, 2006, p.851).

Este mesmo processo de transformação das necessidades materiais de reprodução humana em mercadoria – expropriação e consumo – ocorreu com a habitação. No início o capitalista se responsabilizava pela construção da habitação e em localizar a força de trabalho próxima à fábrica e em troca pagava baixíssimos salários e cobrava altíssimo aluguel. Era o *cottage system*, descrito por Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.(ENGELS, 2010).

Para os estudantes de urbanismo é provavelmente assustador descobrir que as civilizadas cidades europeias, tomadas à exaustão como exemplos de urbanismo, de regramento e planejamento tem como base histórica este processo descrito pelo jovem Engels, com apenas 25 anos de idade: “É difícil imaginar o desordenado amontoamento das casas, literalmente empilhadas umas sobre as outras, autêntico desafio a qualquer arquitetura racional.” (ibidem).

Preocupado em conhecer a real condição de vida dos trabalhadores industriais Engels percorre a Inglaterra, as grandes cidades, os bairros operários e os centros. E nos oferece diversas lições de urbanismo durante o processo de acumulação originária e a revolução industrial. Algumas destes traços serão marcas permanentes das cidades capitalistas:

Manchester é construída de um modo tão peculiar que podemos residir nela durante anos, ou entrar e sair diariamente dela, sem jamais ver um bairro operário ou até mesmo encontrar um operário – isso se nos limitarmos a cuidar de nossos negócios ou a passear. A razão é que - seja por um acordo inconsciente e tácito, seja por uma consciente e expressa intenção – os bairros operários estão rigorosamente separados das partes da cidade

reservada à classe média ou, quando essa separação não foi possível, dissimulados sob o manto da caridade. (...) em lugar nenhum como em Manchester verifiquei tanta sistematicidade para manter a classe operária afastada das ruas principais, tanto cuidado para esconder delicadamente aquilo que possa ofender os olhos ou os nervos da burguesia. E, no entanto, em Manchester a urbanização, menos ainda que em qualquer outra cidade, não resultou de um planejamento ou de ordenações policiais: operou-se segundo o acaso. (ibidem, p. 89)

Não pode ser fruto do acaso que todas as grandes cidades compartilhem desta “disposição urbana hipócrita”, caracterizada por ele. Embora não fosse perceptível a essência das leis que regem esta hipocrisia, o jovem Engels descreve-as muito bem assinalando ainda os métodos de construção dos bairros operários e suas tipologias. As leis da produção capitalista do espaço urbano e sua principal categoria, a renda da terra, será nosso objeto de exposição no próximo capítulo. Importa-nos agora é constatar que este processo de separação dos trabalhadores de todos os meios de produção, transformou a habitação em mercadoria, em fonte de lucro e colocou durante décadas os trabalhadores dos países “desenvolvidos” sob condições muito semelhantes às de nossas favelas de hoje. E assim como os trabalhadores brasileiros de hoje, “o operário é constrangido a viver nessas casas já arruinadas porque não pode pagar o aluguel de outras em melhor estado, porque não existem moradias menos ruins na vizinhança das fábricas ou porque, ainda, elas pertencem ao industrial e este só emprega os que aceitem habitá-las” (idem, p. 101).

O desenvolvimento da divisão social do trabalho progride no sentido de eliminar este último sistema, o *cottage*, em que o industrial

necessita de seus trabalhadores próximos da fábrica e lhe é permitido obrigá-los a aceitar suas residências. Ao mesmo tempo o avanço do movimento operário europeu conseguiu se apropriar das mudanças qualitativas pela qual passaria o padrão de reprodução do capital nestes países. As reurbanizações, as qualificações urbanísticas dos bairros operários, enfim, toda a mudança qualitativa perceptível entre as cidades europeias do século XIX e hoje foi possível graças a capacidade que estes países tiveram de se apropriar da extração de valor em nível mundial. Por outro lado, estas transformações urbanas tiveram a função de controlar as “classes perigosas” que tomaram Paris por duas vezes durante o século XIX. Foi somente após a urbanização bonapartista de Hausmann que as classes dominantes europeias perceberam que era muito melhor ceder alguns direitos – os chamados direitos de segunda geração – do que manter as cidades como verdadeiros “viveiros revolucionários”.

Não obstante todas estas transformações urbanas e as mudanças qualitativas do padrão de reprodução da classe trabalhadora dos países centrais - comumente conhecido como “padrão de vida” ou *way of life* e tão invejado pela pequena burguesia dos países subdesenvolvidos – as leis gerais que regem a produção capitalista do espaço urbano se mantiveram e por isso manteve-se também uma hipócrita disposição urbana. É neste momento que emerge – e somente nestas condições é possível – a consciência de que a cidade toda deve ser um direito dos trabalhadores. (LEFEBVRE, 2001)

Embora os trabalhadores dos países subdesenvolvidos aprendam e devam aprender com os avanços de consciência obtidos através da experiência de luta em outros países, não quer dizer que os

problemas sejam iguais. Marx termina o referido relato sobre a acumulação primitiva afirmando que “os diferentes meios propulsores da acumulação primitiva se repartem numa ordem mais ou menos cronológica por diferentes países, principalmente Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, nos fins do século XVII, são coordenados através de vários sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o proteccionismo.” (MARX, 2006, p. 864). Note-se que os “diferentes países” a que se refere Marx são todos europeus. Enquanto eles eram colonizadores, nós éramos os colonizados, enquanto eles eram protecionistas, nos vendiam – e nos impunham – o liberalismo; enquanto o endividamento do Estado financiava a indústria, nossas dívidas eram verdadeiros saques externos; enquanto sua legislação tributária se fortalecia, nosso Estado falia. Nós somos o verso deste processo. Portanto “os diferentes meios propulsores da acumulação primitiva” ocorreram aqui sobre bases distintas às comparadas com a Europa. Em geral, os sociólogos, historiadores e economistas consideram os 300 anos de saqueio colonial como um dado da história ou, no melhor dos casos, como uma herança, quando na verdade ela é definidora de nosso padrão de reprodução do capital e do padrão de reprodução da força de trabalho.

Por tudo isso não basta compreender que o “problema da habitação” é o problema capitalista da habitação; é necessário ainda mais, ter consciência de que é o problema do capitalismo periférico, dependente, ou ainda, subdesenvolvido. E para tanto, é fundamental entender as singularidades do nosso processo de acumulação e das formas específicas que condicionadas por ele assume a reprodução da força de trabalho e, aí então, discutiremos como este processo

reposiciona o problema da habitação nos nossos países.

1.3 A transformação da força de trabalho e da moradia em mercadorias em países dependentes

Estaremos assim, descendo mais um degrau nesta grande escada de abstração. Partimos do concreto aparente, do problema da habitação em geral para o problema capitalista da habitação. Situado historicamente o problema é necessário posicioná-lo espacialmente e para isso precisamos descer mais um degrau no nosso nível de abstração e discutir como ele se apresenta na “latidade subdesenvolvida” (VASCONCELLOS, 2014).

E assim como procedemos anteriormente, a habitação aparece como problema na América Latina com o surgimento, ou melhor, com a transição para a força de trabalho assalariada e por isso é um problema da reprodução da mercadoria força de trabalho. No entanto, as bases desta transformação irão condicioná-la e a reprodução da força de trabalho aqui adquirirá contornos diferentes ao processo ocorrido nos países centrais. Esta diferenciação é fundamental, pois parte das interpretações históricas pretende eludir estas especificidades afirmando que com a transição ao assalariamento as economias Latino-Americanas seriam economias capitalistas e os problemas sociais persistentes seria apenas uma herança ainda não resolvida do passado colonial, mas que o próprio desenvolvimento das relações capitalistas se encarregaria de eliminar. E nossa hipótese é de que justamente são essas especificidades das condições de reprodução da força de trabalho na América Latina que

tornam o problema da habitação um problema social de contornos dramáticos para nossos países e insolúvel dentro do capitalismo.

O assalariamento no Brasil surge de uma economia exportadora que durante três séculos se apoiou no trabalho escravo. O recurso ao trabalho compulsório na América Latina não foi ao acaso e tampouco foi simples. Quero dizer, o negro africano não foi jogado ao cativo da produção canavieira porque era a solução mais fácil para Portugal. Deveu-se ao tipo de colonização, ao movimento geral ao qual a América Latina foi convocada a incorporar-se. Este movimento geral é a expansão mundial do capital comercial e bancário:

Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamentos, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2005, p. 140)

O estudo dessa sociedade colonial feito por Sérgio Bagú apresenta uma solução alternativa e original ao debate sobre que tipo de formação social predominava na América Latina. Segundo Sergio Bagú (1992), **capitalismo colonial** é o conceito mais adequado para esta realidade completamente subordinada às metrópoles ibéricas, mas cujas riquezas eram canalizadas principalmente à Inglaterra. A utilização de força de trabalho compulsória, as relações “pré-capitalistas”, respondiam assim à necessidade de produção de valor excedente em grandes magnitudes a fim de sustentar o sistema colonial. As formas compulsórias instituídas variaram por toda América Latina. Grande

parte dela, incluída a colônia portuguesa, adotou importação de negros africanos por outras duas razões: o fracasso da tentativa de escravizar os povos originários e a importância do tráfico negreiro para o capitalismo comercial da época, particularmente para o sistema naval inglês. Constituiu-se assim o comércio triangular no oceano atlântico (WILLIANS, 1975). Nesta etapa, a habitação não existia como problema simplesmente porque o escravo era uma mercadoria, um capital, cuja responsabilidade era do seu senhor. Não tinha direitos simplesmente porque não era considerado um ser dotado de vontade própria (VILLAÇA, 1986).

A partir do século XIX, a disputa entre as frações dominantes coloniais, metropolitanas e inglesas leva a uma série de convulsões sociais pela independência dos países latino-americanos cuja finalidade é eliminar o intermediário ibérico da repartição do excedente produzido na América Latina. Percebendo esse movimento e a sua inevitabilidade, a dinastia dos Bragança, então reinante em Portugal e na colônia, promoveu a independência brasileira, antes que outros a fizessem e conseguiram, assim, se manter no poder por mais 60 anos, período no qual ainda retomaram a coroa portuguesa.

Estas transformações políticas expressam uma substantiva alteração na inserção mundial dos países latino-americanos nos albores da grande indústria europeia. Aparentemente nada se altera, pois a América Latina continua sendo uma economia agroexportadora e em alguns países mantêm-se o trabalho compulsório. No entanto, se aparência e essência coincidissem a ciência seria inútil e a função latino-americana na economia mundial alterou-se qualitativamente. Não mais mercadorias para impulsionar o capital comercial e bancário, mas

matérias primas e produtos alimentícios para reduzir os custos de produção da grande indústria, tanto do capital constante (matérias primas), quanto do capital variável (bens alimentícios utilizados pela força de trabalho).

O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção. (MARINI, 2005, p. 144).

E esta maior exploração da força de trabalho da América Latina na fase de economia exportadora inaugura o período da dependência, entendida como “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução

ampliada da dependência” (idem). A base destas relações de subordinação encontra-se num processo histórico de 300 anos de colonialismo a partir do qual surgirá uma economia agroexportadora assentada na superexploração da força de trabalho assalariada.

No Brasil, no entanto, esta transição no regime de exploração não se deu de maneira tão simples. Na verdade apresentava-se um problema extremamente complexo para a acumulação de capital no Brasil: onde encontrar uma grande quantidade de trabalhadores dispostos a se submeter “livremente” ao regime de exploração vigente?

Alguns dados são suficientes para demonstrar o nível de exploração a que era submetida a força de trabalho no Brasil para sustentar a economia exportadora. Último país americano a abolir a escravidão, carregamos a cicatriz histórica de manter esta relação de trabalho por mais seis décadas após a independência. E sabendo da pressão inglesa para que isso ocorresse, podemos ter certeza que a decisão de mantê-la durante todo esse tempo foi interna. Foram as elites brasileiras que decidiram manter a escravidão no país. Não foi uma herança colonial, imposta pela metrópole. Antes, porém, da efetiva abolição uma série de leis paliativas foram sendo firmadas. Segundo Caio Prado Jr. (1998), em 1850 o Brasil apresentava uma população de 2,5 milhões de escravos. Neste mesmo ano foi assinada a Lei Eusébio de Queiróz que abolia o tráfico negreiro. A partir de então só chegariam escravos ao Brasil de maneira ilegal. Essa decisão sufocava fortemente a oferta de novos escravos. Com a oferta limitada o número de escravos no Brasil em 1887 era de apenas 723.419. Ou seja, em apenas 37 anos foram consumidos pelo modo de exploração da economia exportadora brasileira mais de 1,5 milhão de negros. A economia exportadora

brasileira era um verdadeiro “moinho de moer gente” (RIBEIRO, 1995).

O arrastar de seis décadas para abolir a escravidão se deve a um problema concreto de encontrar uma força de trabalho apta a manter o regime de exploração vigente. Alguns economistas e historiadores argumentam que não havia “mão de obra” interna e por isso a necessidade de importar os trabalhadores europeus. Celso Furtado ao analisar a corrente migratória que partindo do nordeste foi trabalhar nos seringais da Amazônia – que denomina “transumância amazônica” – supunha que “se não tivesse sido possível solucionar o problema da lavoura cafeeira com imigrantes europeus, uma solução alternativa teria surgido do próprio país” (Furtado, 1977). A formulação correta, no entanto, deveria ser outra: por que a elite cafeeira não utilizou esse imenso reservatório de força de trabalho disponível que orbitava em torno das economias de *plantation*, não apenas no nordeste, mas em todo o país?

Esta é uma das perguntas mais importantes da história do país, muito embora ela não oriente o ensino de história aos jovens do ensino médio e até universitário. A resposta a ela deve seguir ao menos quatro linhas de interpretação.

A primeira, e mais determinante, deve-se à consciência da elite cafeeira de que é mais fácil superexplorar uma força de trabalho acostumada ao regime assalariado de exploração que passar por todo processo histórico de espoliação e adestramento necessários para produzir tal sujeito histórico. Aliado a isto, e inclusive como justificativa, a busca por uma força de trabalho europeia de cor “branca”, pois seriam mais “morigerados, industriais e moralizados”, podendo cumprir a missão de não apenas substituir a força de trabalho

escrava, mas também de civilizar o país superando os entraves das “culturas inferiores”.

Essa necessidade por força de trabalho e a predileção pelos trabalhadores europeus encontrou no além-mar a elite europeia preocupada com a agitação promovida pelas massas sobrantes que se acumulavam nas cidades. Neste encontro elitista de interesses caberia investigar até que ponto as “ideias” de “embranquecimento” da população brasileira e as próprias políticas de atração de imigrantes não foi impulsionada pela política exterior dos países imperialistas. De uma forma ou de outra, o Brasil – e a América Latina como um todo – serviu de escoadouro para as hordas humanas de “superpopulação relativa” produzida pela industrialização europeia na segunda metade do século XIX e primeira do século XX.

Um quarto e último elemento explicativo se deve à consciência dos crioulos, caboclos, sertanejos, caipira e gaúchos do que significava submeter-se ao regime de exploração nas fazendas de exportação. Essa massa de trabalhadores que realizaram a transumância ou que ficaram envolvidos numa economia mista predominantemente de subsistência não estava disposta a se submeter as já conhecidas condições de exploração nos locais onde havia o trabalho escravo. Mesmo ao “morigerado, disciplinado e laborioso” imigrante europeu, após algumas tentativas mal sucedidas, foram oferecidas várias condições extraordinárias para seduzi-los e que ao não se realizarem colocaram em conflito imediato os imigrantes e os fazendeiros.

O elemento nacional preferia a sobrevivência autônoma a sujeitar-se ao jugo das regras de obediência e disciplina imposto pelo trabalho

regular e disciplinado. Suspeita-se que para o trabalhador livre aceitar esse tipo de submissão era o mesmo que consentir em receber a condição de cativo. (...)

Havia por parte de alguns parlamentares a proposta de utilização da população nacional, mas torna-la subordinada às condições do trabalho regular não seria tarefa das mais fáceis em um universo em que dominava as relações escravistas de produção e se havia esse interesse por um lado, por outro, havia trabalhadores livres e pobres que eram vistos pelos senhores como uma categoria que poderia ser tratada da mesma forma com que se tratava os escravos, ou seja, uma categoria passível de ser superexplorada até os limites de sua sobrevivência, o que não ocorria, uma vez que o homem livre não se sujeitava a tal condição. (REIS; ANDRADE, s/d, p.3).

A história da transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado superexplorado é uma das aventuras mais complexas da história da humanidade. Infelizmente a forma antierótica de nossa sociologia e história transforma isso em tema para iniciados. A complexidade desse processo se deve justamente por ser o elo em que repousará todo encadeamento de subordinação da economia brasileira. A transição de uma acumulação baseada na extração de mais valia absoluta para mais valia relativa nos países europeus corresponderá à transição do trabalho compulsório para o trabalho assalariado nos países latino-americanos, mediado por processos de independência política.

Não serão poucas as interpretações que iludidas pelas aparências desse fenômeno demarcarão o fim do exclusivismo metropolitano pelo processo de independência e do surgimento dos estados nacionais como o fim da transferência de valor e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado como o fim da

superexploração da força de trabalho. Esta é a narrativa inaugurada por João Manuel Cardoso de Mello (1984), fundador do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas e posteriormente também do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, em sua tese de doutoramento *O capitalismo tardio*, que encontrará continuidade nas análises de Maria da Conceição Tavares, Wilson Cano e de toda a interpretação da “Escola de Campinas” (TONIN, 2011)

Uma análise totalizante e radical do processo, no entanto, revela que é justamente nesse momento que se configura a situação de dependência. Onde países formalmente independentes continuam subordinados através das relações estabelecidas no sistema mundial de acumulação. Para ver isso, no entanto, é necessário ir além das aparências e investigar o fenômeno a partir das categorias da crítica da economia política. Diante da necessidade de reverter a queda tendencial da taxa de lucro os países dominantes buscam rebaixar o valor da força de trabalho seja elevando a produtividade dos bens salários, seja adquirindo bens salários a preços inferiores, através do comércio externo. Mas não somente isso, uma vez que a taxa de lucro equaciona a mais valia apropriada por todo o capital adiantado ($\text{lucro} = \text{mv}/\text{cv} + \text{cc}$), para contrariar a sua tendência de queda é necessário também baratear os elementos do capital constante, entre eles as matérias primas utilizadas na produção industrial. Esse barateamento será encontrado no comércio mundial, submetendo as colônias africanas e asiáticas e países dependentes da América Latina às suas necessidades. Para estes países, no entanto, os preços exportados serão situados abaixo do valor socialmente necessário para produzi-los caracterizando uma verdadeira transferência de valor, via exportação de mercadorias.

Em *Dialética da dependência* Ruy Mauro Marini analisa três formas em que pode ocorrer estas transferências de valor: aquelas que trocando mercadorias do mesmo setor de produção, mas com composições orgânicas distintas, caracterizando uma transferência de mais-valia extraordinária, graças ao descolamento entre valor e preço de produção; ii) aquelas entre setores distintos e por isso com graus também distintos de composição orgânica, caracterizando uma transferência de lucros extraordinários devido a brecha entre preço de produção em relação ao preço de mercado; e por fim as situações de monopólio em que os países industrializados podem jogar com as margens de seu preço de mercado em detrimentos dos países exportadores. (MARINI, op. cit.; CARCANHOLO, 2013).

Nesta dinâmica, os países dependentes veriam suas taxas de lucratividade e de acumulação fortemente restringidas não fosse encontrada nenhuma forma de compensar estas perdas internacionais. É nisto que radica a categoria de superexploração da força de trabalho: um mecanismo interno de compensação diante das transferências internacionais de valor.

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter de expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana. (MARINI, op. cit,

p. 162).

Assim a superexploração não deve ser entendida somente no sentido literal, como o superlativo da exploração, mas sim categorialmente, como elemento de compensação interna das transferências de valor. (CARCANHOLO, op. cit.) E como categoria ela pode se expressar concretamente de diversas maneiras, todas confluindo para um caráter geral em que a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor. Isto é possível vez que a força de trabalho é uma mercadoria que como qualquer de suas homólogas pode ter o preço, representado pelo salário, por cima ou por debaixo do valor socialmente necessário para produzi-la. O recente resgate crítico desta categoria tem sistematizado quatro formas de manifestação da superexploração da força de trabalho. Duas delas, a elevação para além das condições normais historicamente dadas da intensidade do trabalho e de sua jornada, representam o que podemos chamar violação do fundo de vida do trabalhador; as outras duas, a remuneração da força de trabalho por debaixo de seu valor e a elevação do valor da força de trabalho sem acompanhamento por parte dos salários representam uma violação do fundo de consumo do trabalhador. (OSORIO, 2013; LUCE, 2013)

Portanto, é nesta estrutura social marcada pela violação sistemática do fundo de vida e de consumo do trabalhador que se processará a industrialização e a urbanização nos países latino-americanos. Acreditamos que através da teoria marxista da dependência se obtêm maior capacidade analítica de todo o espaço urbano: as segregações e autosegregações; as valorizações e desvalorizações do espaço; a informalidade, ou marginalidade urbana; a espoliação urbana;

o acesso à moradia e a controversa “ideologia da casa própria”, por exemplo. Estabelecendo assim as mediações necessárias entre a formação econômico-social inserida num determinado modo de produção mundial e o acesso à moradia, tal qual efetuado por Engels em seu prefácio escrito em 1887 à *Contribución para el problema de la vivienda*, onde argumenta que diante do pagamento da força de trabalho por debaixo de seu valor é que a Alemanha consegue ocupar um espaço no mercado mundial. E demonstra que esta dinâmica é fundamental para a compreensão do problema habitacional naquele então e para a compreensão da aparição, com todo esplendor, da benção da propriedade de uma casa, conhecido entre nós como a “ideologia da casa própria”.

É aqui que aparece em plena luz o “privilégio” que representa para o trabalhador a posse de uma casa ou de um terreno. Em nenhum país – nem mesmo talvez na Irlanda, país de indústria doméstica – pagam-se salários vergonhosamente tão baixos como na indústria doméstica da Alemanha. O que a família retira pelo seu trabalho da horta ou do pedaço de terreno, o capitalista, apoiando-se na concorrência, pode deduzi-lo do preço da força de trabalho; os trabalhadores são obrigados a aceitar qualquer salário, porque de outra forma não receberiam absolutamente nada; ora, eles não podem viver unicamente do produto de seu cultivo; e, por outro lado, este cultivo e a terra que possuem são laços que os impedem de procurar outra ocupação. E eis por que a Alemanha pode continuar mantendo a concorrência no mercado mundial por toda uma série de pequenos artigos. Todo o lucro do capital se extrai de um desconto sobre o salário normal e pode-se

oferecê-lo ao comprador de toda a mais-valia. Este é o segredo da barateza surpreendente da maior parte dos artigos alemães de exportação.

É esta a circunstância que, mais que qualquer outra, e igualmente em outros setores industriais, mantém os salários e o nível de vida dos trabalhadores alemães num nível inferior ao atingido nos Estados da Europa ocidental. A terrível opressão destes salários, tradicionalmente sustentados bastante abaixo do valor da força de trabalho, pesa também sobre os dos trabalhadores das cidades e mesmo das grandes cidades, fazendo-os descer abaixo deste valor; e isso tanto mais que igualmente nas cidades, a indústria caseira mal retribuída tomou o lugar do velho artesanato e, aí também, baixa o nível geral dos salários. (ENGELS, 1979, p. xv).

Antes de aprofundarmos nossa interpretação sobre o acesso à moradia nos países dependentes é importante passar em revista os aportes já existentes sobre a questão urbana a partir das distintas versões da dependência e os motivos de seu abandono.

1.4 Os labirintos da urbanização dependente na América Latina

O processo de urbanização e o espaço urbano não foram objeto de investigação sistemática por parte dos autores que buscavam edificar uma versão marxista da teoria da dependência. Na exposição anterior sobre os aportes de Ruy Mauro Marini, um dos principais expoentes desta vertente, revisamos conceitos e categorias que se situam

em níveis intermediários de abstração sem abandonar o rigor teórico metodológico marxista. Este referencial teórico jamais foi utilizado para analisar as questões especificamente urbanas dos países dependentes.

Vários outros autores, no entanto, de diferentes correntes teóricas tentaram analisar as especificidades dos processos urbanos em países dominados na estrutura de poder mundial. Isto é, apesar das gigantescas diferenças, são autores que compartilhavam a noção geral de que para entender o complexo fenômeno da urbanização latino-americana era preciso estudá-lo a partir das determinações gerais do imperialismo, da dependência e do subdesenvolvimento, ou seja, das especificidades da formação econômico-social capitalista na América Latina.

Ainda que entre eles não encontremos nenhum dos autores da vertente marxista da dependência e ainda que não trabalhassem com as categorias desenvolvidas por Marini, parece-nos fundamental retomar estas análises para estabelecer o fio perdido dos estudos da “urbanização dependente”, analisando seus aportes, suas limitações e, inclusive, e os balanços críticos realizados posteriormente em busca das razões de seu abandono.

Estava claro para as dezenas de autores que compunham esta agenda de pesquisa que era impossível pensar a questão urbana nos países da América Latina sem passar por determinações históricas que são comuns a estes países e que eram articuladas pelos conceitos de imperialismo e dependência.

Luiz Pereira (1969) organizou em 1969 uma coletânea de ensaios intitulada *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Agrupando textos de sua própria autoria com análises da CEPAL, de Gino Germani

e de Jorge Graciarena o autor busca, apesar das diferenças entre os autores, entender a urbanização como “subprocesso de fato privilegiado, dentre outros analiticamente distinguíveis (em particular o de industrialização), na dinâmica do processo subdesenvolvimento-desenvolvimento latino-americano” (idem, p. 7). Para abrir esta coletânea e servir “como suporte e travejamento de toda coletânea” (idem, p. 8) o autor seleciona o artigo *Desenvolvimento do subdesenvolvimento* de Andre Gunder Frank, um dos principais autores da dependência, e crítico pioneiro da razão dualista nas ciências sociais da América Latina. (FRANK, 1963; 1963b; 1964)

Evidentes desigualdades de renda e diferenças de cultura levaram muitos observadores a ver, nos países subdesenvolvidos, sociedades e economias “duais”. Supõe-se que as sociedades subdesenvolvidas estariam divididas em duas partes, e se supões que cada uma dessas partes teria sua própria história, sua própria estrutura e uma dinâmica atual largamente independente. Supõe-se ainda que apenas uma parte da economia e da sociedade teria sido afetada de omo importante por relações econômicas íntimas com o mundo capitalista “exterior”, e essa parte, afirma-se tornou-se moderna, capitalista e realtivamente desenvolvida justamente por causa desse contato. A outra parte é vista como isolada, baseada numa economia de subsistência, feudal ou pré-capitalista de várias formas; e por isso mesmo é que seria mais subdesenvolvida. De minha parte, acredito que a tese inteira da “sociedade dual” é falsa e que as diretrizes políticas a que conduz, se postas em prática, serviriam apenas para intensificar e perpetuar as condições mesmas do subdesenvolvimento que elas supostamente se destinam a remediar. (FRANK, 1969 (1966), p.27).

Devemos concluir, em suma, que o

subdesenvolvimento não é devido à sobrevivência de instituições arcaicas e à escassez de capital em regiões que permaneceram isoladas do fluxo da história mundial. Ao contrário, o subdesenvolvimento foi e é ainda gerado pelo mesmo processo histórico que gerou também o desenvolvimento econômico: o desenvolvimento do capitalismo. (ibidem, p. 31)

Para Pereira, o modelo histórico de Frank estabelece, num primeiro momento, “a constituição e a formação do sistema capitalista internacional como formação e contínua reatualização do padrão estrutural de dominação-dependência” (idem, p.8) entre países centrais e periféricos para, num segundo momento, revelar como essa articulação condiciona esse mesmo processo de satelização no âmbito interno das sociedades periféricas. Era a abordagem de Gunder Frank, portanto, que fornecia o modelo histórico necessário para compreender o processo de urbanização nos países dependentes como um subprocesso da acumulação mundial de capital. Sua análise histórica permitia estabelecer, ao mesmo tempo, as mediações externas e internas deste processo. Pereira se refere a seguinte formulação de Frank:

Assim, as relações metrópole-satélite não se limitam ao nível imperial ou internacional, mas penetram e estruturam a própria vida econômica, política e social interna dos países e colônias da América Latina. E assim como a capital colonial e nacional e seu setor de exportação se tornaram satélites das metrópoles ibéricas (e mais tarde de outras do sistema econômico mundial), esta capital-satélite se tornou imediatamente por outro lado uma metrópole-colonial e depois nacional em relação aos setores produtivos e à população do interior. Mais ainda, as capitais provinciais, que desse modo se tornam satélites da metrópole

nacional – e, através dela, da metrópole mundial – convertem-se por seu turno em centros provinciais em cuja órbita passam a girar seus próprios satélites locais. Desse modo, uma cadeia inteira de constelações de metrópoles e satélites vincula todas as partes do sistema global, desde seu centro metropolitano na Europa ou nos Estados Unidos até o mais longínquo posto da zona rural latino-americana. (ibidem, p. 29).

Quatro anos depois duas coletâneas de ensaios se incorporam a este movimento evidenciando que um intenso debate ocorria sobre o tema articulando diversos autores latino-americanos e influenciando inclusive os teóricos dos países centrais. Uma coletânea organizada por Manuel Castells e Patricio Véllez, *Imperialismo y Urbanización en América Latina* (CASTELLS; VÉLEZ, 1973) foi publicada na Espanha. A outra, organizada por Martha Shteingart (1973), *Urbanización y dependencia en América Latina*, foi publicada na Argentina. As duas apresentam a mesma estrutura básica de temas: o processo de urbanização e migrações; a marginalidade urbana; estudos de caso de países ou cidades da América Latina.

A atenção ao tema é, sem dúvida, fruto daquela conjuntura histórica. A intelectualidade tomava consciência e buscava explicar esse monstruoso fenômeno que era a urbanização dos países latino-americanos que havia alterado a composição urbano – rural da população em pouco menos de trinta anos, um movimento que não parecia arrefecer: “mientras los países desarrollados disminuyen su ritmo de urbanización es a los subdesarrollados, que representan las tres cuartas partes de la humanidad a quienes se debe el rápido proceso que caracteriza el mundo contemporáneo” (ibidem, p.11) caracterizava

Martha Schteingart na apresentação de sua coletânea.

A magnitude deste processo chamava a atenção não somente dos especialistas e investigadores de temas sociais, mas também das organizações políticas, pois adquiria um caráter social explosivo e as novas experiências organizativas destas populações urbanas “marginais” colocava em questão o próprio sujeito político e a estratégia revolucionária nestes países. Ou seja, o fenômeno analisado despertava várias controvérsias teóricas e políticas, tal qual muito bem posicionado por Paul Singer em 1973:

Os últimos dados censitários estão revelando que continua, de forma intensa, a migração rural-urbana em quase todos os países da América Latina. As grandes tensões sociais, que se supunha existirem no campo, estão sendo aparentemente levadas pelos migrantes às cidades. A população urbana cresce aos saltos, os serviços urbanos, principalmente o da habitação, atendem cada vez mais precariamente as necessidades do público, e os sinais exteriores de miséria – mendicância, prostituição, comércio ambulante etc. - se multiplicam. Tudo isso vai alimentar a controvérsia sobre a urbanização dos países não desenvolvidos, cujas características sociais nefastas ocasionam um pessimismo que vai adquirindo diferentes tonalidades ideológicas conforme as preferências do autor. (SINGER, 1973, p. 63).

É, portanto, uma crise política que abre a discussão sobre uma crise de reprodução da sociedade, a partir da crise de reprodução da força de trabalho nos países latino-americanos. A crise era aguda e a incapacidade das classes dominantes perante ela também que passou a ser pautado pelos autores mais críticos (marxistas ou não). Ademais, era clara a consciência de que tal processo deveria ser investigado a partir

de certas categorias que conferiam unidade continental para a análise:

Se trata de delimitar los distintos procesos sociales que constituyen em su variedad y complejidad la America Latina, estableciendo la especificidad de cada sociedad (tan radicalmente distintas unas de outras que no se puede hablar de una entidad) y, al mismo tiempo, lo que las une en términos de proceso económico-político: una cierta similitud em el lugar que ocupan el el sistema de relaciones de imperialismo. Si no fuera así, la reunión de trabajos y problemas sobre países tan distintos sólo podría tener una connotación do tipo racista, a la manera como ciertas universidades se “especializan” em los “latinoamericanos”, como una de esas tribus o especies a estudiar-para-vigilar. (CASTELLS; VÉLEZ, 1973, p. 1)

Advertência similar é feita por Martha na apresentação de sua coletânea:

La urbanización em los países subdesarrollados no puede ser considerada como una repetición del proceso por el que atravesaron em otras épocas los países industrializados ni puede afirmarse que el desarrollo económico de aquéllos países, vaya a repetir las mismas etapas y alcanzar las mismas metas y niveles que las naciones desarrolladas. Ello supondría una visión “evolucionista” del desarrollo social e implicaría ignorar la coyuntura mundial em la cual los diferentes países comienzan su desarrollo, así como la existencia de un sistema internacional de relaciones de dependencia emtre países centrales y periféricos. (SCHTEINGART, 1973, p. 12).

Tratava-se então de identificar e compreender como as relações de dependência se expressavam num processo de urbanização específico. Ou seja, estabelecer as mediações analíticas – quem sabe até teóricas – emtre o caráter mais geral das formações econômico-sociais e

o processo de urbanização. Os textos de Manuel Castells e Aníbal Quijano presentes nas duas coletâneas serviram como guias para análises da urbanização dependente e foram os principais alvos das críticas por isso os analisaremos.

No texto *A urbanização dependente na América Latina*, CASTELLS (1973) identifica quatro características fundamentais do processo de urbanização: i) seu caráter acelerado gerando aglomerações gigantescas em um curto lapso de tempo; ii) a constituição de grandes concentrações populacionais sem desenvolvimento equivalente da capacidade produtiva produz um inchaço do setor terciário, que nada mais é que subocupação ou desocupação disfarçada; iii) movimento migratório do campo e das cidades pequenas e médias para as grandes cidades gerando um tecido urbano desarticulado e truncado com privilégio de uma grande região metropolitana (macrocefalia da rede urbana); e, por fim, iv) a crescente distancia econômica, social e cultural entre as antigas cidades e o campo se soma uma estratificação social maior no campo que nas cidades e sua reprodução no espaço intraurbano.

Em seguida, Castells busca identificar as causas desse processo e para isso sugere o seguinte roteiro de pesquisa: i) estabelecer os diferentes tipos de dependência que vem caracterizando a história das sociedades latino-americanas; ii) demonstrar o efeito de cada uma destas situações de dependência sobre a organização do espaço; iii) encontrar a influência das formas espaciais constituídas sobre os espaços produzidos pela relação de dependência dominante; e iv) estudar os efeitos de interação entre cada uma das características espaciais produzidas. (p. 81).

Admitindo que “se trata de un largo camino”, Castells inicia algumas aproximações com seu roteiro de pesquisa buscando entender àquelas características específicas da urbanização latino-americana a partir de uma análise histórica. Isto é, de como cada uma das “situações de dependência” produz o espaço urbano. Para tanto, toma a delimitação de 3 tipos de dependência elaborados por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em *Desenvolvimento e dependência na América Latina* (1970) - dominação colonial, dominação capitalista comercial e dominação imperialista - para investigar como cada uma delas produziu características específicas no espaço urbano. A primeira situação de dependência produziu uma cidade com três funções: governo político e administração econômica dos territórios conquistados; função de povoamento para marcar a expansão do Império e para encontrar uma válvula de escape a miséria das populações metropolitanas; e comércio, sobretudo com a metrópole. São estas funções que explicam que os centros urbanos sejam extremamente raros e dispersos, diretamente ligados à metrópole e localizados na costa oceânica.

A segunda situação de dependência “dominação capitalista-comercial” teria produzido um espaço urbano mais diversificado em cada território a partir da especificidade da própria configuração da dependência. Descreve três formas desta situação de dependência: as “economias de enclave”, que podem ser de dois tipos: diretamente ligada com o exterior, como na Venezuela e Bolívia, onde se assiste a uma débil urbanização geral do país e um crescimento ao redor dos polos econômicos e se rompe todo o equilíbrio no interior da rede urbana; e um segundo tipo de enclave, quando a exploração é dirigida por uma burguesia nacional gerando além do crescimento urbano ao

redor do enclave, um desenvolvimento de uma urbanização terciária geralmente na capital. O segundo tipo seria a “economia agrícola e pecuária para a exportação”, como Argentina e Uruguai, com caráter extensivo da exploração e existência de um grande centro exportador, comercial e administrativo. E, por fim, há as “economias de plantation”, onde o aparato de gestão, exceto o repressivo, é reduzido ao mínimo e o consumo local se caracteriza pela autossustentabilidade, de tal maneira que este sistema produtivo determina um nível de urbanização muito débil.

Antes de passar diretamente para a análise da terceira situação de dependência, o autor se detém em um curto período denominado “urbanização derivada da crise de dominação capitalista” período que compreende da primeira à segunda guerra mundial, passando pela crise de 1929. O crescimento industrial neste período, ainda que limitado, suscita uma expansão proporcionalmente muito mais importante dos serviços porque permite absorver parcialmente toda uma massa de desocupação disfarçada, ampliando ao mesmo tempo o mercado interno. Este processo de industrialização nacional – segundo Castells — reforça consideravelmente as aglomerações existentes e acelera o crescimento urbano, sem provocar nunca um fluxo migratório excessivo na medida em que este desenvolvimento não se faz por pressões externas, mas que parte da necessidade de certo equilíbrio econômico definido no quadro de cada país.

Esse processo, no entanto, seria interrompido após a segunda guerra com a nova situação de dependência, a “dominação imperialista”, e a denominada “nova urbanização dependente”, onde a industrialização passa a ser dominada por monopólios estrangeiros, cujas decisões são tomadas em função de uma estratégia mundial e cuja lógica escapa à

economia do país causando efeitos disjuntores no interior de cada sociedade. Ocorre também um novo papel do Estado que se torna negociador entre a burguesia local e os monopólios internacionais. Os grupos sociais neste processo são, cada vez mais, marcados pelo antagonismo entre as massas integradas no setor moderno e as marginais afetadas pela decomposição interna da sociedade nacional. Esta nova industrialização dependente reforça a distância entre a cidade e o campo ao promover uma decomposição da estrutura social agrária com a racionalização capitalista de certos setores e a crise das estruturas tradicionais. Tudo isso explicará o inchaço do terciário; a desintegração do sistema produtivo obtido na etapa anterior e sua correspondência na rede urbana; e o desaparecimento do Estado planejador.

Por fim, na última seção do artigo, Castells busca advertir o jogo político da urbanização latino-americana. Todo este processo estaria carregado de sentido político, pois condensa, concentra e polariza as contradições sociais no novo espaço das grandes metrópoles latino-americanas. “Esto implica, en efecto, el fortalecimiento de las subculturas de clase y la expresión abierta de las oposiciones a través de la constitución de dos mundos.” (ibidem, p. 91)

Aníbal Quijano, ao lado de Castells, é um dos principais formuladores da “urbanização dependente”. Seu texto *Dependencia, cambio social y urbanización* publicado pela primeira vez em 1968 na Revista Mexicana de Sociologia e que também compõe as duas coletâneas acima mencionadas é, junto à coletânea organizada por Luiz Pereira, a primeira tentativa de buscar uma explicação integral e totalizante para o processo de urbanização e de marginalização das amplas massas urbanas. De início, Quijano já deixa claro aquilo que

consideramos o principal aporte desta vertente de estudos sobre a urbanização. Trata-se de buscar uma análise totalizante em que o processo de urbanização, como qualquer outro processo histórico latino-americano “no puede ser explicado, válidamente, sino como parte de la más amplia problemática de la sociología de la dependencia latinoamericana”, isto é, sem levar em conta que estes países “ocupan una situación de dependencia” dentro do “sistema de relaciones de interdependencia formado por los países capitalistas”.

La tesis central del enfoque sostiene que la urbanización en Latino América es un proceso dependiente. Esto es, que sus tendencias y características sobresalientes están regidas por las del proceso de las relaciones de dependencia de nuestras sociedades. (QUIJANO, 1968, p.534).

Para Quijano, este caráter dependente do processo de urbanização se expressa i) nas características das transformações da rede urbana ao longo da história da América Latina e ii) nas transformações do conteúdo da sociedade urbana que habita essa rede ecológico demográfica. A análise histórica em que busca pontuar essas transformações é muito semelhante à de Castells, embora em Quijano a riqueza de detalhes e de conhecimento histórico da América Latina é evidentemente superior.

Para não nos estender ainda mais, chamaremos atenção para aspectos complementares trazidos por Quijano. Após recorrer a história da América Latina descrevendo a “expansão e a modificação das relações de dependência e a expansão e modificação da urbanização na região”, Quijano detêm-se nos efeitos da industrialização dependente

sobre a urbanização. Neste momento, o crescimento industrial altera-se qualitativamente. Se no primeiro momento, na primeira fase de substituição de importações dominadas pela burguesia nacional o “crecimiento de la producción industrial y el crecimiento urbano demográfico podrían marchar de manera no muy desnivelada” (ibidem, p. 553), nesta segunda fase do crescimento industrial dominado pelo capital estrangeiro **a urbanização cresce muito à frente da indústria**. Isto porque, para Quijano, essa industrialização é monopolista, subordina a burguesia local ao grande capital estrangeiro, substitui empresas familiares por alta tecnologia poupadora de mão de obra e que exige uma força de trabalho mais qualificada, as decisões de investimento e de produção não estão subordinadas às necessidades do mercado, mas sim as decisões do capital transnacional (ibidem, p.556). Estas características da industrialização dependente somadas à manutenção dos padrões de fecundidade e natalidade com redução das endemias e, portanto, da mortalidade e, ainda, manutenção da estrutura da propriedade agrária confluirão para aumento populacional urbano, seja com aumento demográfico seja através das migrações internas.

Todas estas transformações nas relações de dependência produzirão sub-repticiamente uma superpopulação que não é incorporada ao sistema produtivo e precisa se alojar no setor terciário da economia, através de subocupação ou desemprego disfarçados. Tampouco são incorporados aos padrões regulares de produção e consumo do espaço urbano, de tal forma que a industrialização dependente se expressa, do ponto vista urbana, numa massa populacional completamente marginalizada seja da produção nacional, seja do consumo do espaço.

O conceito de marginalidade é assim retirado de sua formulação funcionalista original e vai adquirindo um conteúdo cada vez mais estrutural e com isso capacidade explicativa de um fenômeno social que assombrava o mundo em fins da década de 1960 tal como descrito por Darcy Ribeiro:

A multiplicação das massas marginalizadas e sua concentração nas cidades – grandes e pequenas – é tida pelas classes dominantes como uma desgraça e comumente explicada como consequência do êxodo rural e da irresponsabilidade de gente miserável que se permite reproduzir-se desgraçadamente. A seus olhos, a existência dessa subumanidade constitui, mais que um problema, uma vergonha que atenta contra seus foros de civilização ao exhibir sua feiúra, suas enfermidades e sua miséria nas grandes metrópoles. (RIBEIRO, 1983 (1971), p.85)

Outra noção importante que Quijano empresta de Andre Gunder Frank é o de “colonialismo interno”. Trata-se da relação de dominação que algumas cidades dos países dependentes estabelecem com o resto do espaço devido sua função privilegiada no sistema nacional. Este colonialismo interno se expressa nas “macrocefalias” de centros urbanos.

Para Latinoamérica por lo menos, el tipo de proceso económico (la desigual concentración de la expansión y diversificación de los sectores urbanos de la economía entre ciudades y regiones de un país), condicionado por la forma particular de articulación geográfico-económica del país a las relaciones con los centros metropolitanos, parece explicar más adecuadamente la condición primada de ciertas regiones y/o ciudades y el desarrollo de un colonialismo interno que reproduce, de cierta manera, la estructura de

dominación entre sectores de desigual desarrollo en el sistema de dependencia capitalista en su conjunto. (QUIJANO, 1968, p.545/6)

Através da exposição destas duas interpretações buscamos contemplar os principais aspectos do que podemos chamar de “interpretação da urbanização dependente”. Suas principais contribuições se fundam no caráter totalizante da análise do processo da urbanização dos países latino-americanos, na reconceituação do processo de marginalidade e na radicalidade analítica sobre a questão urbana.

A urbanização não aparece como algo abstrato descontextualizado das estruturas do sistema capitalista mundial ou das determinações de reprodução do capital em países subdesenvolvidos ou dependentes. Ao contrário, ela é ininteligível se não for situada dentro desta dupla determinação. Tampouco, o termo dependente ou subdesenvolvido significa que os fatores externos sejam sobrevalorizados em detrimento de fatores internos ou que as sociedades latino-americanas se encontrem em um estágio inferior do desenvolvimento capitalista. Aqui, já está incorporada uma segunda fase dos conceitos de subdesenvolvimento e de dependência que supera a sociologia funcionalista de origem estadunidense e também a primeira fase cepalina, pois admite como dependência a articulação dialética entre as estruturas internas e externas de dominação:

En tales condiciones, la problemática total del desarrollo histórico de nuestras sociedades está afectada radicalmente por el hecho de la dependencia. Esto no es un dato externo de referencia, sino un elemento fundamental en la

explicación de nuestra historia: no se trata de sociedades con una legalidad histórica autónoma, que, como consecuencia de una posterior sujeción al dominación externa, son forzadas a reajustarse en su comportamiento a las exigencias de los dominadores; por el contrario, la legalidad total de estas sociedades es dependiente y su comportamiento no es un sometimiento a una imposición externa sino una correspondencia interna a las leyes generales del sistema de dominación en su conjunto, pero especificadas por múltiples elementos de intermediación y singularización. (ibidem, p. 533)

O mesmo avanço ocorre em relação ao conceito de marginalidade. Mais que ao conceito à realidade. Essa imensa massa sobrança que começa a se aglomerar nos grandes centros metropolitanos deixa de ser entendida como uma excrecência disfuncional ao sistema, um resíduo das transformações sociais condenado a desaparecer com o desenvolvimento das relações capitalistas - tidas como modernas - sobre as relações arcaicas. Ao contrário, a marginalidade adquire um conteúdo estrutural e perene nos marcos da reprodução do sistema. Ainda que excluída dos setores mais avançados de produção cumpre papéis secundários na estrutura produtiva e social dependente. E sendo estrutural adquire virtualidades insurgentes, tal como descreveu Darcy Ribeiro:

A realidade, porém, é que, contrariando o desejo de todos, as massas marginalizadas crescem aceleradamente, tanto pela diferença entre seu elevado ritmo de incremento e o baixo nível de oferta de novos empregos, como também, desde há algum tempo, pelo deslocamento de setores pobres mas integrados, para a condição de marginalizados. Isto vem ocorrendo devido à sua incapacidade de acompanhar os novos padrões de consumo conspícuo dos setores melhor

incorporados ao sistema. O “problema” se agrava mais ainda porque estas massas, além de crescer numericamente, se concentram espacialmente. Formando conglomerados humanos de milhões de pessoas, sobretudo nos terrenos baldios dos grandes centros urbanos.

Assim concentradas, elas de alguma forma se vão homogeneizando e, provavelmente, conscientizando-se a respeito de sua condição de párias. Desse modo, começam a alcançar a condição necessária para constituir-se um dia em um grupo social diferenciado, ou seja, consciente de si mesmo, com formas previsíveis de conduta e com capacidade de ação conjugada. Vale dizer, os temores tão temidos começam a ter razão de ser. (RIBEIRO, (1971) 1983, p. 89-90)

A terceira característica que gostaríamos de destacar como um avanço para a compreensão da questão urbana na América Latina é o caráter radical da interpretação da urbanização dependente. Ao localizar os “problemas” urbanos como expressões no urbano das contradições da estrutura social, sendo esta um produto específico das contradições da acumulação mundial capitalista, inverteu a lógica aparente que captada como ciência propugnava que quanto mais urbanizada e terceirizada uma economia mais avançada e desenvolvida ela era. Formulações deste tipo tautologicamente definiam um país como subdesenvolvido quando ele apresentasse índices do subdesenvolvimento. A urbanização da economia e da população não superaram o subdesenvolvimento justamente porque o subdesenvolvimento não é definido por expressões aparentes do fenômeno. A interpretação da urbanização dependente ao partir de uma determinada concepção histórico-estrutural consegue alcançar mais fundo nas causas dos problemas urbanos estabelecendo um nexos causal entre eles e a posição dos países latino-americanos na

divisão internacional do trabalho e na estrutura do sistema mundial de poder. Como corolário desta formulação, as características urbanas só podem ser modificadas quando há alteração nas relações de dependência, ou ainda, os problemas urbanos de um país dependente para serem superados devem encontrar a superação da própria dependência:

En otros términos, el proceso de urbanización en Latino América no puede servir de canal a un proceso de desarrollo efectivo de nuestras sociedades, sino a condición de que los principales factores derivados de la dependencia, que hoy día lo alimentan, sean modificados profundamente, y a condición de que no se considere al desarrollo urbano desligado de sus relaciones de interdependencia con los sectores rurales. En suma, sólo en tanto y en cuanto la situación de dependencia de nuestras sociedades sea cancelada o, por lo menos, seriamente reducida y controlada. (ibidem, p. 568).

Não obstante, estes estudos apresentam sérias limitações teóricas e algumas confusões que certamente facilitaram a crítica e seu abandono. A principal limitação teórica encontra-se na própria conceituação de dependência utilizada. A grande maioria deles foi influenciada pela interpretação histórica de Gunder Frank e sua formulação primorosa de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, mas basearam-se principalmente nos conceitos e tipologias formuladas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto.

A interpretação histórica de Frank sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento é primorosa, mas não logrou alcançar estatura teórica capaz de demarcar variações qualitativas nas etapas históricas de dominação. Como muito bem avaliou Ruy Mauro Marini:

A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. Neste sentido, a conhecida fórmula de Andre Gunder Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” é impecável, como impecáveis são as conclusões políticas a que ela conduz. As críticas que lhe são dirigidas representam muitas vezes um passo atrás nessa formulação, em nome de precisões que se pretendem teóricas, mas que costumam não ir além da semântica. Entretanto, e aí reside a debilidade do trabalho de Frank, a situação colonial não é o mesmo que a situação de dependência. (MARINI, 2005, p. 141)

Veremos em seguida como muitas das críticas dirigidas aos estudos da urbanização dependente “representam muitas vezes um passo atrás em nome de precisões que se pretendem teóricas”, mas não podemos deixar de assinalar que compartilhamos da mesma crítica apontada por Marini e melhor detalhada por Theotonio dos Santos em sua análise da metodologia de Frank: “De ahí se deriva un carácter estático en el sistema de Gunder Frank. Las contradicciones de América Latina son, para él, las mismas desde su descubrimiento hasta hoy. (...)” Isto se deve, para Theotonio dos Santos, pela concepção do próprio conceito de contradição compreendido por Frank (SANTOS, 1980, p. 351). Como grande parte das críticas ao conceito de dependência tomou como objeto as análises de Frank suas debilidades acabaram sendo superestimadas em detrimentos de suas imensas virtudes.

Entretanto, ainda que influenciadas pelos trabalhos de Frank, é na análise de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto,

Desenvolvimento e dependência na América Latina, publicada em 1970, que se sustentarão as interpretações históricas sobre a urbanização dependente. A análise de Cardoso e Faletto não ultrapassa os limites de uma tipologia weberiana. Seu caráter descritivo e o recurso ao ecletismo, estranho a alguém que se pretendia rigoroso com o método marxista, fazem de sua “análise da dependência” nada além de uma **descrição das formas de subordinação** dos países. Ademais, autores como Theotonio dos Santos (2000) e Roberta Traspadini (2014) já demonstraram que sua teoria da dependência em vez de crítica era uma ode ao desenvolvimento associado como estratégia para alcançar o rol dos países interdependentes e dominantes na estrutura do sistema de acumulação mundial.

Queremos com isso demonstrar que a principal limitação das análises pioneiras sobre a urbanização dependente encontra-se no próprio referencial teórico de dependência com que trabalhavam. Tanto um como outro não tinham um conceito preciso e rigoroso do próprio conceito de dependência. Em ambos este conceito está limitado ainda à superestrutura política das relações de dependência.

Diremos que una sociedad es dependiente cuando la articulación de su estructura social, a nivel económico, político e ideológico, expresa relaciones asimétricas con otra formación social que ocupa frente a la primera una situación de poder. Por situación de poder entendemos el hecho de que la organización de relaciones de clase en la sociedad dependiente encuentra su lógica en el interior de ella misma y expresa el modo de hegemonía de la clase social que ostenta el poder en la sociedad dominante. (CASTELLS, 1973, p. 82).

En otros términos, los intereses dominantes dentro de las sociedades dependientes corresponden a los intereses del sistema total de relaciones de dependencia y del sistema de producción y de mercado en su conjunto.

Desde este punto de vista la dependencia es un sistema particular de interdependencia en el universo capitalista, dentro del cual un sector es dominante sobre los demás. Para que eso sea posible, la correspondencia básica entre los intereses dominantes en ambos sectores es condición *sine qua non*. (QUIJANO, 1968, p. 5)

É verdade que a dependência não é estritamente econômica e tem uma decisiva dimensão política. O que queremos dizer, no entanto, é que a definição apresentada pelos principais teóricos da urbanização dependente ainda estava limitada à dimensão política que se explicava por si mesma em vez de encontrar raízes nas próprias relações de produção e circulação de valor entre os países centrais e dependentes. Esta limitação se expressa, por exemplo, ao não diferenciar o sistema colonial e a dependência, na dificuldade que encontrarão ao analisar a marginalidade urbana sem relacioná-la com a categoria de superexploração da força de trabalho e ao traço marcadamente descritivo das interpretações históricas que não incorporam o intercambio desigual de valores e a superexploração da força de trabalho em suas análises.

Os próprios autores estavam cientes de que o conceito de dependência ainda estava por se definir mais precisamente. É o que explicita Castells ao reconhecer que “el término general de dependencia, que hay que definir más claramente” (CASTELLS, 1973, p. 81) e também para Aníbal Quijano: “La construcción de la problemática general de la dependencia está todavía por hacer, y

ninguna tipología de la dependencia existe actualmente para servir de marco de referencia al estudio de la situación latino-americana.” (QUIJANO, 1968, p. 5)

A esta limitação fundamental, soma-se a utilização de terminologias tomadas do próprio dualismo. Termos como “moderno”, “atrasado”, “arcaico”, “polos” “marginalidade” são largamente utilizados e embora reconceituados ao utilizar os mesmos termos num arcabouço teórico ainda frágil, ampliaram-se os espaços para críticas e confusões intencionais ou não.

Uma das críticas mais difundidas é a de Paul Singer em seu trabalho *Urbanización, dependencia y marginalidad en América Latina* escrito para compor a coletânea organizada pelo próprio CASTELLS (1973) e também incorporada a uma coletânea de textos exclusivos do autor, *Economia Política da Urbanização* (SINGER, 1973). Tratava-se, portanto, de um texto para alimentar o debate e a polêmica, traços tão fundamentais para o avanço científico de compreensão do real.

O fundo da crítica de Singer é de que não é estabelecida de forma correta a relação entre dependência e urbanização. Para ele, os ensaios criticados, estabelecem essa relação de maneira direta quando a dependência está num nível mais elevado de abstração. Singer não demonstra o fundamento desta crítica. Preocupa-se mais em demonstrar supostos erros analíticos originados a partir dela. Ao não fazer essa crítica diretamente, ou talvez melhor colocado, ao não estabelecer essa crítica como a central, acaba por não fazer a discussão sobre a natureza da dependência, ou seja, o que Singer considera dependência e qual a sua posição metodológica diante do tema da urbanização.

Um dos momentos em que faz menção a este erro são:

sempre é possível encontrar alguma relação entre a dependência e qualquer evento histórico que tenha ocorrido num país 'dependente', desde que se opere num nível de abstração suficientemente elevado. O que importa, no entanto, é determinar quais foram os fatores decisivos no desenrolar da história latino-americana neste período. Embora seja possível alinhar a dependência como *um* destes fatores numa série de eventos (a independência de Cuba, a criação do Panamá como país independente seriam alguns exemplos), o tamanho, a força e os interesses das várias classes e grupos regionais dentro de cada país e dos vários países em confronto foram certamente decisivos em muitos outros momentos. (SINGER, 1973, p. 65).

Como o autor não encara a questão da “dependência”, somos obrigados a fazer algumas ilações. De que forma a dependência pode ser colocada como mais um fator, numa série de eventos, se justamente ela está num nível mais alto de abstração? Qual a relação entre dependência e o tamanho que adquiriram, a força e os interesses historicamente construídas nas classes dentro dos países latino-americanos?

No parágrafo seguinte, Singer afirma categoricamente que o “nível de abstração, em que a urbanização é determinada pela dependência é pouco adequado para sua compreensão”. Para tanto, em vez de discutir os termos da dependência, o autor prefere dar um exemplo, “para dar uma ideia”. Para isso cita a tipologia de Castells de economia de *plantation* surgida na fase “capitalista-comercial” da dependência. Para Castells é isto que explica o nível de “urbanização extremamente fraco” do período. Após fazer algumas certas correções à tipificação de Castells, Singer argumenta:

O baixo nível de urbanização do país se devia, antes

de mais nada, ao fato de que grande parte da população vivia, neste período *fora* da “economia de plantação”, inserida em economia de subsistência, produzindo quase nenhum excedente capaz de alimentar a vida urbana. Nestas condições, o baixo nível de urbanização não era fruto da dependência mas o fato de que grande parte da economia não estava integrada em qualquer divisão supralocal (nacional ou internacional) de trabalho. (idem, p. 66)

Cabe questionar se de fato “grande parte da população” vivia fora da economia de plantação, vez que a maioria da população brasileira neste período era de escravos, rurais e urbanos, incorporados nas fazendas e na cidade. Mas havia uma “economia de subsistência” se reproduzindo às margens das fazendas de açúcar. O que de forma alguma deve significar que era um sistema paralelo, excluído, pois, mesmo aparentemente essa economia de subsistência estabelecia relações com a economia de *plantation* de variadas formas como amplamente assinalado na historiografia brasileira e admitido pelo próprio Singer. Mas para entender a relação essencial entre a dependência e a existência dessa economia de subsistência, deve-se perguntar por que existia essa forma de reprodução social? Por que parte da população apta ao trabalho e a produção não era incorporada nas formas dominantes de produção de excedente? Por que se importavam escravos em vez de utilizar esta população ativa? A resposta a estas perguntas estabelece a relação causal essencial entre dependência e estes núcleos populacionais subsistentes. Explica também porque grande parte da produção não era urbana e sim rural, nas fazendas, nas *plantations*.

A crítica de Singer à dependência sugere que, ao estabelecer

de forma mecânica uma relação causal entre a dependência e o inchaço urbano, Castells e Quijano acabariam cometendo uma crítica reacionária, apologéticas do capitalismo nacional e do capitalismo puro.

Chegamos, agora, ao fundo da questão. De acordo com os autores que estamos analisando, o capitalismo nacional produziu uma urbanização equilibrada que a penetração do capital estrangeiro perverteu. Antes a urbanização não era excessiva, agora o é. Antes a população que migrava às cidades era integrada social e economicamente, agora ela fica marginalizada. Não é mais o capitalismo que produz as distorções, é o capital estrangeiro que o faz. (p. 69)

Trata-se de uma crítica política semelhante à realizada por Emílio Pradilla Cobos (1984), mas que se baseia em uma caricatura das interpretações dos autores criticados. Ainda que possam ter posteriormente se aliado a posições reformistas ou conservadoras em nenhum momento destes textos afirmam que há uma oposição entre uma urbanização realizada pelo capital nacional e outra pelo capital internacional como se fossem duas alternativas postas, duas virtualidades presentes. O que fazem é a análise histórica do processo de urbanização durante o período de industrialização substitutiva de importações pré-segunda guerra mundial baseado principalmente no capital nacional e o período posterior em que este último se subordina ao capital estrangeiro. Na análise histórica e em comparação com o período imediatamente posterior (industrialização promovida através de investimentos estrangeiros) afirmam que há um descompasso entre a industrialização e a incorporação da força de trabalho seja na produção seja no consumo.

Trata-se de identificar essa enorme distância, ou divórcio,

entre o que é produzido e o que é consumido no país. É evidente que a pergunta feita por Singer - “grupos empresariais capitalistas, monopólicos ou não, nacionais ou estrangeiros, operaram alguma vez em função das necessidades econômico-sociais de sua população?” - corresponde uma resposta negativa, pois a própria pergunta está equivocadamente formulada. O que se deve investigar é se o ciclo de reprodução do capital em um determinado país depende mais do mercado interno, portanto do consumo da população nacional, ou do mercado externo, portanto das necessidades de outros países. E ainda que Quijano em determinado momento utilize a terminologia equivocada que Singer apresenta, é evidente que não está de forma alguma fazendo apologia a um capitalismo nacional. Para que não restem dúvidas, pois esta crítica foi ressoante, reproduzimos a advertência que Quijano faz em nota de pé de página de seu texto de 1968:

Algunos de los países más industrializados de América Latina, bien que dependientes, tuvieron antes la posibilidad de mayor control interno de sus recursos principales y de su desarrollo industrial, lo que permitió cierto margen nacional una burguesía que – como em Brasil – tentó inclusive un populismo nacionalista. Sin embargo, hoy día se admite que los sectores decisivos de la economía brasileña, sobre todo industrial, está bajo el control del capitalismo internacional. Eso liquida las bases económicas del nacionalismo burgués en ese país, y el margen nacional de la burguesía, que pasa a ser ahora una burguesía dependiente; al mismo título que las burguesías de países como Perú, por ejemplo, que recientemente iniciar la industrialización sustitutiva e intermedia. (QUIJANO, 1968, p.569, nota 8)

Embora Singer intitule esta primeira seção de seu ensaio de “Dependência: traço histórico comum da América Latina?”, ao fim e ao cabo, não responde a sua própria pergunta e nem (re)define o que é dependência ou seu exato nível de abstração.

Na seção seguinte, Singer criticará a caracterização “castellsiana” do espaço urbano latino-americano. Para ele não se pode falar em macrocefalia, desarticulação da rede urbana e desníveis internacionais, pois isso supõe um padrão “normal”, que estaria sendo tomado de empréstimo dos países centrais. Para Singer, “a urbanização nada tem de excessiva e, na verdade está correlacionada com o desenvolvimento das forças produtivas” e depois adiciona que “a velocidade do processo também sofre a influência do crescimento da população (...) e dos fatores de expulsão que atuam nas zonas rurais”. (idem, op. cit. p. 70). Para Singer há dois tipos de fatores de expulsão: os de estagnação que resultam da pressão populacional sobre a terra; e os fatores de mudança das relações de produção no campo que ocorrem no contexto de uma reestruturação das relações de produção face às imposições do desenvolvimento das forças produtivas no sistema capitalista.

A acelerada urbanização que se verifica atualmente na América Latina pode ser considerada o resultado da ação conjunta destes fatores. A queda da mortalidade nas cidades acelerou o crescimento vegetativo de sua população. O mesmo fenômeno no campo deve ter provocado fluxos migratórios causados por fatores de estagnação. Finalmente, a expansão da rede de transporte, principalmente rodovias, atingiu sucessivamente novas áreas, ligando-as à economia de mercado, o que deve ter ocasionado migrações por fatores de mudança. Nada disso tem necessariamente que ver com a dependência.

(ibidem, p. 71)

Para comprovar essa afirmação é fundamental uma definição por parte do autor sobre a dependência. Ora, não foi outra senão a forma de inserção da América Latina no sistema capitalista mundial – a dependência – que estabeleceu as relações de propriedade da terra no campo e que mais tarde transformará as relações de produção no campo e na cidade e que inclusive estabelecerá o padrão de crescimento ferroviário e, posteriormente, rodoviário.

Para o autor é preciso não “assimilar os desníveis que se originam da superconcentração urbana aos que decorrem da concentração de capital”. Os primeiros “são falsos problemas, na medida em que sua eventual 'correção' demanda apenas certo aperfeiçoamento do aparelho de planejamento territorial nos limites do sistema” enquanto os outros só podem ser superados conjunturalmente. Por isso, “não há, em princípio, nenhuma razão para que os programas de desenvolvimento regional [como a Sudene, VHT] não deem os resultados que deles se pode esperar.” (ibidem, p. 75) Em seguida, no entanto, afirma que há limitações deste programa: “aplicando-se às relações entre São Paulo e o Nordeste os esquemas de dependência (...) significa que a mais valia produzida no Nordeste é, em boa parte, apropriada pelo capital paulista que a redistribui como capital acumulado pelo território nacional, de acordo com seus interesses” (ibidem, p. 75), mas para evitar essa limitação “teria que haver um processo de expropriação de parte do capital de São Paulo, para transferi-la ao Nordeste como capital público, o que contradiz frontalmente a lógica do sistema” (ibidem, p. 76) Parece então que o

autor concorda que há “um processo de desenvolvimento desigual” (idem p. 76). Mas para ele “é duvidoso, por outro lado, que conviesse a um país de baixo nível de capitalização uma ampla descentralização espacial da acumulação a ponto de incorporar todas as áreas atrasadas, dados os custos de implantação de serviços de infraestrutura que isso requereria.” (ibidem, p.76).

Evidencia-se assim que para o julgamento de Singer a concentração paulista é um fato sustentado nas transferências de valor internas, mas que são de certa forma uma parte necessária do desenvolvimento capitalista no Brasil que mais cedo ou mais tarde com “um certo aperfeiçoamento do aparelho de planejamento territorial” poderá ser corrigido.

Em seguida, Singer passa a analisar os desníveis entre a relação cidade e campo. O principal problema, para ele, é que “a penetração do capitalismo na economia rural não provocou a revolução agrícola que seria de se esperar (...) a agricultura nestes países continua tecnologicamente atrasada, com baixos níveis de produtividade do trabalho e de rentabilidade do solo”. A explicação para esse fenômeno se encontraria no “elevado crescimento vegetativo da população rural [que] produziu uma elevação da oferta de força de trabalho, reduzindo o seu preço ao nível de mera subsistência fisiológica, o que tornou desvantajosa a adoção de técnicas mais avançadas” (ibidem, p. 77). E conclui que esta “insuficiência das migrações rurais” é a causa do “fraco desenvolvimento das forças produtivas na agricultura”. “Desta maneira, a indagação realmente correta não é por que migra tanta gente do campo, mas antes pelo contrário, por que não migra mais?” Sem resposta para esta pergunta, o autor se limita a apostar que o fluxo de

migrações poderá se elevar e só assim poderá ocorrer uma mecanização do campo. Enquanto isso, “no momento, as condições da agricultura latino-americana favorecem a acumulação de capital nas cidades, ao tornar factível uma oferta de alimentos a preços baixos, em consequência do custo irrisório da mão de obra agrícola, o que permite manter em nível baixo o custo de reprodução da força de trabalho urbana.” (ibidem, p.78).

É amplamente sabido que a pauta da reforma agrária se incorpora na ideologia da burguesia industrial dos anos 1960 justamente porque a oferta de alimentos nas condições da agricultura latino-americana encarecia o custo de vida do trabalhador impulsionando a luta de classes na cidade e sugerindo a possibilidade de aliança entre a burguesia industrial e a classe operária contra o latifúndio. Também é sabido que a mecanização do setor agroexportador ou da “economia rural” (já que Singer não distingue, nesta passagem, a agroexportação da agricultura voltada ao mercado interno) se deu pela necessidade de melhorar a produtividade e elevar as exportações e não por falta de mão de obra. A determinação da modernização da agricultura se origina no mercado externo e não por escassez de força de trabalho. Ao contrário, a chamada “revolução verde” dos anos 1970 impulsionou ainda mais o êxodo rural num encadeamento causal exatamente contrário ao que sugeria Singer: não foi a escassez de força de trabalho no campo que levou a modernização das forças produtivas, mas a revolução tecnológica agrícola que (re)impulsionou o processo migratório já em curso. Isso porque as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas no campo e na cidade estavam determinados antes pelas necessidades de uma economia exportadora e dependente e não

autônoma e isolada como sugere a análise do autor.

Na última parte do artigo Singer se propõe o tema da marginalidade e já no início confessa o seu dualismo não superado:

É preciso notar que o “dualismo” das sociedades que sofreram uma penetração parcial do capitalismo já foi notado há muito tempo e corresponde a uma importante fase histórica do passado de muitos países latino-americanos. Mais precisamente, estes países apresentavam uma fase “dual” no período em que sua economia era integralmente colonial, isto é, em que ela se compunha apenas de um Setor de Subsistência e de um Setor de Mercado Externo. O desenvolvimento significou, para estes países, o surgimento e a ampliação de um terceiro setor, o Setor de Mercado Interno, devido à industrialização por substituição de importações. Graças às transformações estruturais, que constituem uma das facetas do desenvolvimento, a bipolaridade econômica e social foi sendo, ou está sendo, superada: o Setor de Mercado Interno substitui o de Mercado Externo como líder do sistema (ibidem, p. 81)

Desde os trabalhos seminais de Gunder Frank na década de 1960 sabe-se que nossas sociedades nunca foram duais, justamente porque o “setor de subsistência” era uma criação do “setor de mercado externo”. A análise de Paul Singer ao não incorporar radicalmente essa crítica representa um passo atrás no desenvolvimento das ciências sociais latino-americanas.

Em seguida, com pretensão de criticar a concepção que separa o setor dominante, hegemônico ou monopólico de um setor tradicional e concorrencial ou marginal, Singer passa a analisar “o problema fundamental” a “gênese do capitalismo monopolista na América Latina”. Nesta reflexão faz um elogio a concentração de renda, pois teria

propiciado o crescimento da demanda por bens de consumo duráveis e, concomitantemente, desenvolvido a infraestrutura que permitiu unificar o mercado interno e aplicar técnicas de produção em massa. Mas vamos ao busilís de sua crítica à marginalidade.

O problema “verdadeiramente significativo” de se dividir a economia “numa parte monopolística e noutra competitiva é o de se determinar os fatores que impede o capital monopolista de dominar toda a economia. Há duas espécies distintas de fatores: uma ligada à escala de produção outra derivada do custo relativo dos fatores de produção.” (idem, p. 86) Como a oferta de mão de obra é abundante “o preço da força de trabalho de pouca qualificação, nestes países, é muito baixo” (ibidem, p. 87). Por isso nos ramos que utilizam este tipo de mão de obra as técnicas são pouco avançadas. E conclui que “a divisão da economia capitalista em dois setores obedece a fatores objetivos, decorrentes das diferenças entre os vários ramos, no que se refere à composição orgânica do capital, ao custo de reprodução da FT e ao tamanho da demanda solvável.” (ibidem, p. 87). Ora se é justamente esta mesma a caracterização do conceito de “marginalidade” elaborado por Aníbal Quijano, como descrito, em parte, pelo próprio Singer na página 81 de seu trabalho?! A divisão da economia radicada no excesso de população urbana que se aloja em setores onde “a acumulação de capital se processa mediante a exploração extensiva de trabalhadores pouco qualificados”. (ibidem, p.88). Senão vejamos a descrição do próprio Singer:

Para se ter uma idéia da amplitude deste fenômeno, basta pensar nas consequências do desenvolvimento da indústria automobilística em alguns países latino-americanos: multiplicaram-se oficinas de consertos, lojas de peças de reposição,

postos de gasolina, garagens e áreas de estacionamento, sem falar no crescente número de lavadores de carros, motoristas etc. E na expansão do comércio (este competitivo) de veículos usados. Nenhuma destas atividades é organizada monopolisticamente, porém elas tampouco apresentam as marcas da “marginalização” (sic!). (ibidem, p.88)

Ora é evidente que Singer realiza uma crítica formal ou terminológica da marginalidade. Afinal é justamente este conjunto de “atividades competitivas inegavelmente prósperas” (ibidem, p. 88) subordinada ao capital monopolista (polo hegemônico, nos termos de Quijano) que os autores da dependência denominam de marginalidade.

Neste mesmo momento da crítica, Singer deixa escapar uma certa fê – ou poderíamos chamar de apologia? – no desenvolvimento do capitalismo: “Nos países latino-americanos, cuja economia está sofrendo rápidas transformações estruturais, há sempre um certo número de ramos em processo de monopolização. Este processo soe ser demorado e, **enquanto ele não se completa**, tais ramos apresentam um certo número de estabelecimentos que sofrem de uma baixa da produtividade de trabalho...” (ibidem, p.87, grifos VHT).

Entretanto, ao fim do trabalho, como num lampejo, o autor resolve indagar “a que se deve este insuficiente desenvolvimento das forças produtivas”? Segundo ele só pode ser atribuído a insuficiência na acumulação de capital que sofre limitação de dois fatores: a existência de setores atrasados com produtividade baixa e a exportação de capital pelos monopólios internacionais.

Deste modo, concordamos com Castells que de fato a dependência é, parcialmente, responsável pela marginalização de uma parte da população

dos países latino-americanos, porém não porque ela provoque desemprego tecnológico ao utilizar técnicas que requerem elevada composição orgânica do capital, mas porque o excedente assim produzido não é acumulado por inteiro dentro destes países. (ibidem, 89).

Com esta retificação certa das análises da marginalidade, em vez de negá-las como tentou fazer ao longo de todo o trabalho acaba por revalidá-las como, por fim, fica expresso no último parágrafo de seu texto.

Em suma, embora haja relações causais significativas entre dependência e marginalidade, estas relações podem ser estudadas e analisada de modo mais adequado num nível de maior concreção, em que a dependência deixa de ser a principal fonte de determinação social para se tornar um entre vários fatores que influem no desenvolvimento, na urbanização e na marginalização em sociedades como as latino-americanas. (idem, p.90).

Nossa opinião é que esta intenção professada no último parágrafo da sua crítica, ainda que válida, carrega uma visão equivocada sobre as determinações entre os níveis de abstração e, justamente por isso, ao tentar revelar essa impossibilidade de “responsabilizar a dependência por tudo” (idem, p. 120) acabou cometendo equívocos que contribuíram mais para confundir que para lapidar as interpretações do processo de urbanização na América Latina. No entanto, sua crítica será largamente referenciada e ainda o é para ratificar os equívocos da “urbanização dependente”. (cf. ARANTES, 2009 e RIBEIRO, 2011)

Este recorrido pelas análises da urbanização dependente e suas críticas nos é fundamental para que possamos resgatar o fio da

meada do pensamento crítico e radical sobre as cidades latino-americanas. Se na década de 1970 o crescimento desordenado, a expansão de bairros pobres, as gritantes condições da vida urbana para uma grande parcela, as vezes majoritária, da classe trabalhadora provocaram o surgimento destas análises, os anos 1980 e 1990 foram respectivamente de revisionismo e de refluxo do pensamento crítico. Parece que houve certa naturalização das formas concretas a que o capitalismo dependente submete os trabalhadores urbanos. Certamente essa naturalização foi reforçada pelo arrefecimento, e em alguns casos derrota, dos movimentos populares latino-americanos que eram tomados em algumas interpretações como os novos sujeitos políticos virtualmente revolucionários.

Embora o movimento concreto da luta de classes seja o determinante do movimento ideológico, cabe-nos compreender e investigar como se operou ideologicamente esse refluxo no pensamento crítico sobre o espaço urbano. Este nosso intento não é isolado. Intelectuais como Ermínia Maricato (2011), Pedro Arantes (2009) e Luiz César de Queiróz Ribeiro (2011) também realizaram recentemente balanços deste tipo. Todos concordando que é fundamental o esforço de manter viva história das ideias uma vez que a “subordinação cultural e acadêmica do país (...) promove o solapamento da memória constituída pela produção teórica nacional” (MARICATO, op. cit., p. 101).

Assim, interessa-nos compreender como o debate da urbanização dependente que surgia no seio do pensamento crítico latino-americano foi abandonado. Nossa hipótese é de que no processo de expurgo realizado à versão marxista da dependência foi necessário eliminar tudo que estivesse “contaminado” e de uma hora para outra se

iniciaram uma série de “balanços críticos” que pretendendo aumentar o rigor das teorias serviram mais para confundir, desinformar e eliminar interpretações que não fossem palatáveis ao processo de redemocratização que se processava no Brasil e na América Latina como um todo.

As interpretações de como esse processo expurgou do ambiente universitário brasileiro a vertente marxista da dependência tem aumentado continuamente seja analisando seu movimento ideológico (MARINI, 1993; OURIQUES, 1995; TONIN, 2011) seja revelando formas muito menos dignas como censura e adulterações textuais (OURIQUES, 2014; PRADO, 2011). De uma forma ou de outra a derrota da vertente marxista da dependência se concretizou, também em grande medida através da servidão voluntária, num processo muito bem definido por Gilberto Vasconcelos (2014) como “o salve-se quem puder da dependência”.

Mas uma derrota que só poderia ser temporária visto que a dependência continua existindo concretamente. E isso explica a retomada dos estudos da dependência na América Latina na qual, a partir da discussão específica sobre a questão urbana, este trabalho procura contribuir. (PRADO; CASTELO, 2013).

Os balanços críticos sobre os estudos da urbanização que iniciam na década de 1980 revelam o deslocamento da urbanização dependente. De principal interpretação e centro do debate passou a algo superado. Para apresentar de maneira mais sintética possível, podemos elencar quatro características que levaram este movimento:

- 1) Em primeiro lugar, e mais determinante, a derrota da própria esquerda revolucionária latino-americana que após um período

de intensa criatividade impulsionada pela revolução cubana entrou num refluxo com a derrota de Salvador Allende no Chile. Muitos afirmarão que a derrota do processo ou da estratégia revolucionária e socialista evidenciava a invalidez das análises da dependência;

- 2) A insuficiente base teórica com que os autores procuravam analisar a urbanização dependente;
- 3) A utilização de termos tomados de empréstimo da sociologia funcionalista;
- 4) O posicionamento reformista de muitos destes autores;

Este último item parece ter motivado as principais críticas que buscaram explorar a segunda característica para propor uma formulação superior às análises da urbanização dependente. Podemos enquadrar aí as análises de Singer que apelando a um endogenismo abstrato tenta relativizar as determinações da dependência sobre o urbano e a Emílio Pradilla Cobos (1984) em sua tarefa de combater todas as expressões do que chama de “eurourbanismo”, ou seja, das análises do urbano influenciadas pelo eurocomunismo do Partido Comunista Francês. Para Pradilla Cobos as versões críticas da dependência são apenas versões radicalizadas do dependentismo cepalino, assim como, os conceitos de “marginalidade estrutural” e de “urbanização dependente” o são da teoria funcionalista de matriz estadunidense da marginalidade.

Hermanas en conflicto de las primeras, prisioneras aún de ellas, trataban de romper sus lazos, sin lograrlo del todo, mediante la utilización de los instrumentos del materialismo histórico, de la política impulsada por la revolución cubana y los

movimientos de izquierda em sus diversas orientaciones. (ibidem, p. 191)

Por isso,

En el momento actual, una combinación de procesos sociales hace más evidente la necesidad de desarrollar la crítica a las corrientes dependencistas, marginalistas, estructuralistas y eurocomunistas... (ibidem, p.192)

A divergência política de Pradilla com os eurourbanistas levou a conectar as críticas de maneira formal e não real. Sua obra *Contribución a la crítica de la teoría urbana: del 'espacio' a la 'crisis urbana'*, publicada em 1984 pela *Universidad Autonoma Metropolitana-Xochimilco* no México, é uma crítica muito extensa realizada às principais formulações da sociologia urbana francesa. Passa em revista o que ele denomina ideologia espacialista baseada num conceito de “espaço” vulgarizado, tautológico e carente de significado próprio que une a idealistas e materialistas. Esse conceito de espaço, segundo o autor será identificado ao conceito de cidade e servirá de base para uma formulação moralista de “crise urbana” como uma carência de meios de consumo coletivo para os trabalhadores que deveria ser fornecido por um Estado burguês desvalorizador do capital. Pradilla adverte que o capital e seu Estado não tem motivos para responder às necessidades dos trabalhadores senão nos limites mínimos necessários.

Após dedicar grande parte de seu trabalho a esta análise crítica da obra de Castells e que Pradilla estende – muitas vezes de forma injusta – a todos os autores que denomina “eurocomunistas” – como Lojkin, Topalov, entre outros - coloca sob crítica as análises da “crise urbana” na América Latina. Para isso separa sua análise em cinco

momentos: i) a caracterização de dependência, ii) as relações estabelecidas entre urbanização e dependência, iii) a dualidade das cidades latino-americanas, iv) a crise como uma crise de meios de consumo coletivo e v) a problemática da marginalidade (idem, p. 620).

De partida, no entanto, ao definir o conteúdo sobre o qual incidirá sua crítica, Pradilla reduz enormemente o campo de análise aglutinando todas as distintas vertentes sob o guarda-chuva de Castells:

Durante los dieciséis años transcurridos desde la primera definición, em América Latina se ha desarrollado un amplio debate em torno a la “dependencia”, cuya paternidad correspondió a los teóricos liberales de CEPAL, particularmente, Prebisch, Sunkel y Paz, criticada y redefinida luego desde una postura radical por muchos autores de izquierda. En este largo y prolífico debate han participado Fernando H. Cardoso, Enzo, Faletto, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra, Theotonio dos Santos, André Gunder Frank, Cardoso de Mello, Maria Concepción Tavares, Francisco de Oliveira, Salomón Kalmanovitz y muchos más. Sin embargo, la concepción de Castells permanece fija, estática, incólume al paso del tiempo y la discusión. Apoyándonos em el excelente trabajo de crítica teórica metodológica de Kalmanovitz, señalaremos los problemas centrales de la caracterización castellsiana, comunes a todo el “dependentismo”. (ibidem, p. 623)

Com este artifício, o autor reduz todo o “profícuo” debate da dependência às concepções “castellsianas” que além de não ser um dos principais formuladores da dependência utiliza uma base teórica frágil como já demonstramos neste trabalho. Assim, Pradilla transpõe de maneira mecânica sua crítica a Castells a todos os autores da dependência, incluindo aí os marxistas, de maneira formal. Por isso, o

autor não apresenta uma crítica substancial à teoria da dependência, à urbanização dependente e à marginalidade estrutural.

Essas críticas fazem parte do “balanço” da pesquisa urbana realizada durante a década de 1980. Balanço que não foi menos confuso e que ajudou a solidificar o abandono da interpretação da dependência. As coletâneas organizadas por José Luis Coraggio, em 1989, numa edição da revista equatoriana *Ciudad* destinada à *La investigación urbana em America Latina: caminos recorridos y por recorrer* e o número 23 da Revista de Estudos Regionais e Urbanos “Espaço & Debates”, publicada em 1988, também dedicada exclusivamente a um *Balanço da pesquisa urbana nas duas últimas décadas*, são uma boa base para esta nossa revisão.

A grande maioria destas análises sobre o pensamento urbano na América Latina segue um roteiro semelhante. Separam a evolução do pensamento em três fases: i) as teorias funcionalistas do desenvolvimento e da marginalidade; ii) a urbanização dependente e a marginalidade estrutural e iii) teorias espacialistas. A pergunta numa investigação das ideias deve ser o que levou de um momento ao outro? De uma fase para a outra?

Da primeira para a segunda fase foi a crítica, a discordância e a necessidade de se buscar novas explicações diante de uma realidade que gritava contra as teorias que afirmavam que a urbanização seria em si portadora da modernização e que os marginalizados era um exército de sobrantes, fruto da manutenção das relações sociais arcaicas que foram transportadas do campo para a cidade, aptos a desaparecer com mais desenvolvimento e mais urbanização. A crítica à primeira vertente dos estudos urbanos foi,

portanto, antes de tudo concreta, real e só depois teórica, mas para isso houve um intercâmbio com a sociologia urbana francesa como apontam vários autores e em que se baseia Pradilla.

Mas e deste para o terceiro? Qual foi a crítica latino-americana? Qual a crítica real? As cidades latino-americanas tornaram-se exemplo de ordenamento e de inclusão? As hordas de trabalhadores marginalizados conseguiram se incluir no sistema regular de trabalho com uma remuneração capaz de acessar os padrões histórico-morais da vida urbana?

Todos concordam que não há uma crítica do real a estas caracterizações críticas elaboradas pelos dependentistas. Mas há a possibilidade de uma crítica teórica onde uma nova interpretação com maior capacidade explicativa e operativa supere a anterior. É isto que buscamos neste recorrido histórico e infelizmente não encontramos. O que encontramos foi um abandono fracamente justificado do conceito de dependência que passou a ser substituída por categorias “próprias do capitalismo” e por outros autores que apresentando reflexões às vezes semelhantes, às vezes inferiores do que de seus criticados, simplesmente não utilizavam o conceito de dependência.

Essa confusão dos balanços críticos será muito mais comum do que se imagina. Alguns caracterizarão a urbanização dependente como dualista e funcionalista. Outros reconhecerão seu aporte em superar justamente estas formulações, mas não apontam claramente quais suas insuficiências e as razões de seu abandono.

Para David Slater (1988) “a perspectiva da dependência teve a vantagem de levar em conta os efeitos urbanos de incorporação de sociedades latino-americanas na economia mundial capitalista”, mas,

contraditoriamente, padecia da “ausência de uma análise detalhada dos efeitos de mudanças na internacionalização do capital”. Ou, ainda, teria realizada “conexões importantes entre o domínio capitalista internacional e o fenômeno urbano foram esboçadas”, mas mantinha “relativo fracasso combinar uma análise de desenvolvimento urbano com o processo de acumulação e valorização do capital”.

Ainda na mesma coletânea, o equatoriano Fernando Carrión Mena (1988) é ainda mais confuso. Após afirmar que a vertente teórica da dependência “tem alcançado maior impacto no que se refere ao processo equatoriano” repete exatamente o contrário: “as duas vertentes teóricas (estrutural-funcionalista e da dependência) muito pouco produziram em nosso país, em termos acadêmicos aceitáveis.” Para ele, isso ocorre porque quando o urbano começa a se constituir como disciplina sociológica no Equador,

Grande parte da crítica a estas vertentes havia se consolidado e já se começava a notar importantes avanços e contribuições em outras direções. Indubitavelmente, é necessário reconhecer a diferença de princípio existente entre a teoria da dependência por ser contestadora alternativa e mais recente, com respeito à concepção estrutural funcionalista. Em torno da teoria da dependência continua-se produzindo um volume de trabalhos muito significativos, sobretudo no interior das universidades; porém, é necessário assinalar também, dada a sua duvidosa qualidade e os maus mecanismos de difusão, encontram-se até o momento, relegados ao esquecimento. (ibidem, p. 74).

Por fim, para ele, existiria uma “terceira concepção em construção, que, por seu estado atual denominamos eclética” cujos “postulados não podem ser definidos por um só pensador (...) como

tampouco podem se caracterizar por uma só forma de aproximação à realidade. (...) Sem dúvida, é esta última concepção a que vai adquirindo cada vez mais força e ênfase...” (ibídem, p. 75).

Para José Luís Coraggio, entretanto, “La corrientes de la “urbanización dependiente” fueron tal vez el principal intento de pensar nuestras realidades com más rigor, pero no lograron cuajar una propuesta para pensar la ciudad misma” (CORAGGIO, 1989,p. xxvii)

O venezuelano Roberto Briceño León (1987) realiza um razoável balanço da versão da urbanização da dependência. Para ele esta reflexão se inicia em 1965 “cuando se abre claramente una crítica a la concepción de América Latina como sociedad dual y a los planteamientos desarrollistas de la clase media, la lucha contra las oligarquías y la industrialización”, através da publicação dos trabalhos de Rodolfo Stavenhagen, *Siete tesis equivocadas sobre América Latina*, de Andre Gunder Frank, *El nuevo confucionismo del precapitalismo dual em America Latina* e *El desarrollo del subdesarrollo*, e de Luís Vitale, *America Latina: feudal o capitalista*. Para ele essa vertente buscava desmistificar a teoria do desenvolvimento, principalmente a relação industrialização-urbanização, a urbanização não é medida do desenvolvimento e mesmo a industrialização está subordinada a produção industrial internacional:

La alternativa política no está entonces en medidas urbanas o regionales, no está en planificaciones del desarrollo, la alternativa está en romper con la dependencia; los problemas urbanos o regionales no podrán ser resueltos “sino a condición de que los principales fatores derivados de la dependencia que hoy em día los alimentan sean modificados profundamente...que la situación de dependencia de nuestras sociedades sea cancelada o por lo menos,

seriamente reducida y controlada”. (ibidem, p. 46)

Sintetiza, LEÓN, relembrando o trabalho seminal de Quijano. Por fim, afirma que os estudos da “sociologia urbana como proceso de subdesarrollo y dependencia” há uma revisão valiosa da relação espaço-sociedade e “se supera definitivamente el marco de lo urbano y se echan las bases para una reflexión sobre lo espacial” (ibidem, p. 48).

Na continuidade de sua avaliação, no entanto, o autor passa da sociologia urbana como processo de subdesenvolvimento e dependência para uma terceira fase, a da “sociología de la producción y reproducción del espacio” onde insiste em afirmar “la inexistencia de trabajos teóricos marxistas sobre lo urbano antes de Lefévre”. Isto porque, segundo ele, ainda que seja marxista o tratamento dos problemas da urbanização feito por Quijano, “el hecho mismo de definir el objeto de estudio como urbanización y el tratamiento que hace del problema, nos obliga a colocarlo en la convencional clasificación que aquí hacemos dentro de los estudios de la dependencia.” (ibidem, 49) O autor estabelece assim uma separação entre marxismo e dependência e entre a urbanização dependente e o marxismo quando na verdade a tarefa era de sintetizar a sociologia da produção e reprodução do espaço nos processos de subdesenvolvimento e dependência.

Todos estes balanços críticos realizados na década de 1980 em vários países da América Latina reforçam nossas hipóteses de que: i) havia uma ampla difusão dos estudos da dependência sobre a questão urbana na América Latina; ii) esta linha de pesquisa foi interrompida sem ser apresentada nenhuma alternativa teórica superior, seja em nome de um endogenismo do “capitalismo puro” seja em nome de um

especialismo, de uma busca pela autonomia das categorias urbanas. Além da confusão evidente de várias críticas, nota-se uma profusão de considerações. Ora são tomados como dualistas, ora como funcionalistas. Outros momentos foram acusados de pensar propriamente o urbano e em outros simplesmente surge uma “crise teórica” que estaria em fase de superação.

Pedro Arantes também realizou importante balanço dos estudos marxistas sobre o urbano, principalmente dos estudos da USP, tanto a partir do CEBRAP, quanto na FAU. Seu objetivo é superar a lógica dominante “própria ao debate de idéias no Brasil” onde “novas teorias substituem as anteriores sem que uma crítica às formulações originais seja de fato realizada – tanto para indicar o que envelheceu como para preservar o que ainda tem pertinência” (ARANTES, op. cit., p. 104).

Apesar de compartilharmos da mesma intenção, ao tentar manter os “elos de nossa tradição crítica”, corre-se o risco de não resgatar os elos já perdidos. É justamente neste erro que incorre Arantes, ao afirmar que “Castells, Quijano e os que adotaram interpretações similares (como Rui Mauro Marini) foram criticados, mas por motivos opostos: ora como dualistas, ora como funcionalistas.” Para tanto apresenta as críticas de Singer, do mesmo artigo criticado acima, e de Cardoso em *A dependência revisitada*. Para Arantes, o trabalho daqueles autores “marginalistas” que se propunham construir uma interpretação “não dualista” influenciou “a maioria das proposições pioneiras” sobre o urbano e se “consagraram pela elaboração de um modelo justamente dual de interpretação do crescimento da cidade, apoiado em um instrumental restrito a conceitos da crítica da economia política,

eminentemente não-urbanos”. E vai mais longe ainda. Ao analisar as contribuições do livro, *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, que “tornou-se um marco para os estudos urbanos marxistas no Brasil”, destaca que “ao contrário do que deduz a teoria da 'marginalidade', ao descrever a pobreza urbana como manifestação paralela ao processo de acumulação”, os “problemas do subdesenvolvimento não desaparecem automaticamente com o crescimento econômico”. Ora, esta “descoberta”, que segundo o autor teria sido feita pelos cebrapianos neste livro de 1975, já havia sido antecipada dez anos antes por André Gunder Frank e também por Aníbal Quijano, exatamente aqueles que Arantes acusa de dualistas e funcionalistas. Dessa forma, embora traga importantes apontamentos sobre a evolução do pensamento paulista sobre o urbano, esta revisão de Pedro Arantes contribui para manter o principal elo da nossa formação crítica perdido.

Paradoxalmente, após advertir que grande parte da influência de Castells fez reproduzir no Brasil um espaço urbano limitado a “reprodução da força de trabalho”, o autor elogia os trabalhos de Lúcio Kowarick. “Paradoxalmente”, porque Kowarick é um dos principais formuladores da “marginalidade” no Brasil tendo como base as proposições teóricas dependentistas de Aníbal Quijano, Andre Gunder Frank, Theotonio dos Santos (KOWARICK, 1975) e em um momento inclusive de Ruy Mauro Marini (ibidem, 1979). Kowarick – um autor que poderia ser acusado de dualista – é, para Arantes, quem “mais bem aclimata a formulação da cidade como unidade de reprodução social e de consumo coletivo para a nossa situação histórica, invertendo seu sinal.” (Arantes, op. cit., p. 118). Ora, porque um julgamento tão distinto para análises similares?

A primeira fase intelectual de Lúcio Kowarick é referência fundamental deste trabalho. Em primeiro lugar porque escapou das confusões e deturpações que se generalizaram pela América Latina sobre a teoria da dependência, a marginalidade e a urbanização dependente. Pode-se dizer que foi o primeiro intento de produzir categorias específicas para o “urbano”, da forma como foi reivindicado por Coraggio e Arantes, mas a partir das análises da dependência e da marginalidade. E isto não apenas do ponto de vista da reprodução da força de trabalho, mas também do espaço como forma de expansão do capital, ainda que aquele seja privilegiado uma vez que seu objeto é a marginalidade.

Em *Capitalismo e marginalidade na América Latina* (1975), trata de maneira extremamente precisa o tema da marginalidade. Para Kowarick o processo de marginalização deve ser “analisado tendo em conta a dinâmica e as exigências da *acumulação do capital*, na qual os grupos marginais serão conceituados como uma forma peculiar de inserção na divisão social do trabalho” (ibidem, p.9), pois assim o conceito de marginalidade é “equacionado em termos do processo de inserção no sistema produtivo” (ibidem, p. 84) e daí deriva a sua pauperização e não o contrário. Note-se que apesar de utilizar a palavra marginal, seu objetivo é justamente compreender o fenômeno como parte do processo de acumulação de capital e não externo a ele como fazia a teoria da marginalidade estadunidense. “Neste ângulo, o estudo do *exército industrial de reserva e do custo de reprodução da força de trabalho* são questões da maior relevância.” (ibidem, p.9) finaliza o autor. Logo, “problema central está em saber como a força de trabalho é integrada no processo produtivo” (ibidem, p.60), mas não no “nível das

leis gerais do processo de produção capitalista ou no quadro das sociedades industrialmente avançadas” (ibidem, p.60) e sim situá-lo “tendo em conta o sistema capitalista tal como se realiza no contexto urbano das sociedades latino-americanas atuais”. E é nas análises da dependência que Kowarick encontrará interpretação histórica capaz de estabelecer o marco estrutural para analisar a marginalidade:

É óbvio que uma economia dependente implica a não-intervalização de parte ponderável do excedente localmente produzido, a implantação de pacotes tecnológicos com alta densidade de capital que desarticulam a economia pré-existente, inclusive a agrícola, elevando em muito as migrações que se dirigem para as cidades, onde a taxa de empregos tende a aumentar em ritmo inferior ao incremento da força de trabalho potencial. (Kowarick, 1983, p.66).

Neste processo ocorre “um novo tipo de desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) que tem por característica a qualidade de ser superexcludente”, porque o grau de industrialização é incipiente ou poupador de mão de obra, “e de estar articulado à criação e manutenção de relações de produção de características arcaicas.” (Kowarick, 1975, p. 62). Em Kowarick, assim como em Quijano, a utilização de palavras como “arcaicas”, “atrasadas”, entre outras, poderiam ser tomadas como dualismo, o que é imediatamente afastado por Kowarick:

trata-se de uma única lógica estrutural, de tipo capitalista que reúne formas desiguais e combinadas, e que, ao se expandir recria as modalidades produtivas “arcaicas” (principalmente o artesanato e a indústria a domicílio), criando também “novas” formas “tradicionais” na divisão

social do trabalho (notadamente o trabalho autônomo no setor terciário da economia: vendedores ambulantes, os trabalhadores autônomos ligados aos serviços de reparação e conservação, vigilância, limpeza e carga, empregos domésticos, bem como um conjunto variado de atividades mal definidas cujo executor pode ser designado de “tarefeiro”) Estes tipos de trabalho não são apenas constantemente fecundados pelo sistema capitalista como também estão a ele estruturalmente articulados. É com estes cuidados que se pode usar o conceito de marginalidade para definir tais trabalhadores, ainda mais quando se tem em conta que, como será discutido no capítulo seguinte, guardam uma estreita aderência ao ciclo de expansão do capital, aparecendo no cenário econômico enquanto uma categoria classicamente definida como “exército industrial de reserva”. (ibidem, p.83)

E é justamente este vasto exército industrial de reserva que segundo Kowarick servirá de alavanca para a acumulação de capital nos países dependentes, **“pois permite dilapidar, através da superexploração do trabalho e da espoliação urbana, boa parte da mão de obra nas engrenagens produtivas, na medida em que os segmentos desgastados podem ser substituídos pelos vastos reservatórios disponíveis”** (Kowarick, 1983, p.62).

Kowarick apresenta assim a mesma noção geral formulada por Marini de superexploração da força de trabalho, isto é, de que na economia dependente há um generalizado desgaste da força de trabalho. Isto não quer dizer que o autor tenha acompanhado o debate que foi aprimorando o conceito de superexploração da força de trabalho. Por isso apresenta-o ao lado de outro conceito, o de espoliação urbana, como se ambos estivesse no mesmo patamar de hierarquia categorial.

Sua formulação de superexploração refere-se ao primeiro tipo de inserção da marginalidade no sistema produtivo, o que ele denomina de “formas arcaicas”: artesanato e a indústria de domicílio, “posto que produz mais valia através de um processo extensivo” (Kowarick, 1975, p.89). Mesmo reconhecendo que muitas vezes o trabalho destes setores não é assalariado insiste, todavia, na caracterização de superexploração:

Contudo, mesmo assim, é possível caracterizar o processo de *superexploração* pois, em última instância, é necessário haver alguma parcela de trabalho excedente, mesmo quando tal processo se efetiva às custas de um acentuado rebaixamento dos níveis de subsistência, o que parecer ser a regra geral. (ibidem, p.89)

Para outra modalidade de inserção dos marginalizados no sistema produtivo, “as novas formas tradicionais”, ou seja, os autônomos, o conceito de superexploração não poderia ser utilizado “a menos que se extraia deste processo a produção de mais-valia, que é o seu traço definitório essencial” (ibidem, p. 89)

É assentado nesta formulação que Kowarick coloca o conceito de superexploração ao lado da espoliação urbana, como duas formas de “dilapidar” a força de trabalho. Em texto publicado posteriormente (e do qual não temos a data exata), no entanto, o autor ensaia uma revisão desta sua formulação de superexploração. Dois fatores são determinantes para isso. Em primeiro lugar, a sua análise do “ciclo de expansão recente da economia brasileira”, isto é, do milagre econômico que apresentou incrementos de produtividade de 32% entre 1968-1973, no setor industrial ao mesmo tempo em que o salário mediano dos trabalhadores urbanos decresceu em 15%:

Não resta dúvida de que o assim chamado milagre brasileiro, à diferença daquele realizado na Alemanha ou Japão, onde os salários reais, entre 1958-70, subiram, respectivamente, 95% e 92%, encontrou um dos seus sustentáculos na pauperização absoluta de, pelo menos, a metade dos trabalhadores industriais.

A afirmação segundo a qual o setor dinâmico da economia que utiliza tecnologia avançada não precisaria basear sua acumulação numa evolução regressiva dos salários, pois pode alicerçar seu crescimento no aumento da produtividade do trabalho, é válida para as sociedades onde as organizações operárias apresentam um alto grau de defesa dos seus interesses. No caso brasileiro, a retomada do crescimento econômico teve como corolário a repressão sobre as aglutinações da sociedade civil, com consequências nefastas nos salários da maioria dos trabalhadores. Nessa conjuntura, em que o modelo de desenvolvimento encetado abriu um vasto espaço para as inversões estrangeiras, o processo de pauperização verificado foi um fator adicional de relevância na extração de excedentes, aumentando ainda mais as margens de lucro das empresas com a alta densidade de capital, em particular as multinacionais. (1983, p.66)

Essa constatação de Kowarick leva-o a perguntar-se se não seria correta a formulação de outro autor que incluindo os setores produtivos na superexploração estabelece que “o capitalismo dependente, em razão de uma lei histórica específica ao caráter de seu desenvolvimento associado, baseia-se na superexploração extensiva da força de trabalho: em síntese da mais-valia absoluta”:

Esta é a tese de MARINI, Ruy Mauro, “Dialética de la Dependencia, La Economía Exportadora”, *Sociedade y Desarrollo*, vol. 1, jan-mar. 1972, pp.35-51. Veja também: FRANK, André Gunder, *Capitalism an Underdevelopment in Latin*

America, Nova York, Modern Readers, 1969. Essa é uma questão bastante polêmica que ainda necessita, a meu ver, de maiores clarificações. Quem se opôs a essa tese foi entre outros, CARDOSO, Fernando Henrique, “As novas teses equivocadas”, in *Autoritarismo e democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, especialmente pp. 27-33. (1983, p. 76, nota 11)

Ruy Mauro Marini advertiu através de posfácio inserido na primeira edição de *Dialética da Dependência* em 1973 justamente contra este equívoco difundido por Cardoso sobre a relação entre superexploração e mais-valia absoluta. Além disso, Marcelo Carcanholo (2013) em recente artigo demonstra também como a categoria de superexploração não se limita apenas às formas absolutas de exploração da mais-valia. Importante citar também o recente trabalho de Fernando Prado (2011) demonstrando que esta crítica de Cardoso se baseou não apenas em interpretação equivocada, mas em adulteração dos trechos citados de Marini configurando um verdadeiro crime intelectual contra aquele autor que se encontrava exilado e sem formas de se comunicar com a intelectualidade no Brasil, visto que um dos poucos centros de difusão do pensamento “crítico” tolerados pela ditadura era o Cebrap, dirigido justamente pelo “professor Cardoso”.

Vimos também como o debate que continua existindo acerca da superexploração tem evoluído no sentido de conferir maior nível de abstração ao conceito, transformando-o justamente naquilo que Kowarick tinha receio em afirmar, numa “lei geral de crescimento para as sociedades periféricas” (Kowarick, 1983, p. 66). Assim, a superexploração não pode ser reduzida à expressão concreta de extração

de valor neste ou naquele ramo da economia, mas deve ser entendida como uma lei geral que afeta a toda a economia dependendo baseando-se não somente na extração de mais valia, mas numa definição mais geral em que se caracteriza como mecanismo interno de compensação das transferências de valor e que tende a se expressar pela violação do valor da força de trabalho, seja através da elevação além do normal de seu desgaste físico e psíquico, dentro do trabalho; ou através do bloqueio da reposição de suas energias pelos baixos salários que inviabiliza a aquisição dos bens e serviços necessários para sua reprodução nas condições histórico-morais dadas.

A partir dessa caracterização o conceito de espoliação urbana se encaixaria num nível inferior na hierarquia dos conceitos para designar

o somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho. (Kowarick, 1983 p.62).

Ou seja, o conceito de espoliação urbana abarca a apropriação do tempo de trabalho livre do trabalhador fora do “chão de fábrica”. Ainda que seja também apropriação de tempo de trabalho, tal qual a mais-valia, é importante diferenciar esse momento daquela realizada na jornada de trabalho – a exploração propriamente dita – não só para não provocar demasiadamente o dogmatismo imperante no marxismo acadêmico, mas para conferir-lhe especificidade categorial. Lúcio Kowarick, através de sua formulação de marginalidade urbana e do conceito de espoliação urbana, oferece instrumentos teóricos

fundamentais para analisarmos o acesso à moradia nos países dependentes.

Por fim, não podemos deixar de mencionar que diante do abandono dos temas da dependência e do subdesenvolvimento, ao lançar as análises da urbanização dependente na orfandade, fez com que grande parte dos investigadores sociais, entre eles também os urbanistas, especialmente da FAU-USP, se apropriem da análise de Francisco de Oliveira (1972), em *Economia brasileira: crítica da razão dualista*. Em seu recente balanço sobre a evolução do pensamento urbano no Brasil, Ermínia MARICATO (2011) reafirma esta influência:

A chave mais importante de toda a reflexão teórica sobre o assunto se deveu a Francisco de Oliveira (1972), que inseriu a autoconstrução na matriz explicativa do “desigual e combinado” desenvolvido em seu ensaio clássico “Economia Brasileira, crítica à razão dualista”. Este estudo foi fundamental para desmontar a matriz teórica cepalina de inspiração dualista e alimentar uma nova construção sob os marcos teóricos do capitalismo periférico: a imbricação entre os universos considerados modernos e atrasados recusava explicações sobre a incorporação de um pelo outro como se suas existências fossem independentes. Qualquer esforço de mudança exigiria que ela se desse na estrutura e não apenas no “polo” atrasado. Afinal, eles são como são porque se retroalimentam. Não há como incorporar socialmente apenas melhorando a vida dos mais pobres. Estamos diante da cidade resultante da “urbanização dos baixos salários” que implica formas de produção “doméstica” ou pré-capitalistas, mas funcionais e fundamentais para o processo de acumulação. (2011, p.119)

Este importante trabalho de Oliveira tem os méritos de se inserir no movimento geral de emancipação crítica da intelectualidade

latino-americana na busca pelas raízes da nossa formação social. No entanto, sua crítica à razão dualista está também uma década atrasada, vez que ela já havia sido inaugurada por André Gunder Frank na década de 1960. Chama a atenção também que apesar de abusar da utilização de terminologias que poderiam ser caracterizadas como dualistas – inclusive adjetivando a economia brasileira de ornitorrinco – nunca foi alvo de equívocos que o acusassem de ser dualista como o foram muitos dos dependentistas. Mas acima de tudo, importa-nos chamar a atenção para duas características de seu trabalho que irá marcar a produção intelectual sobre o urbano dos urbanistas da FAU e que de certa forma já ficaram explícitas na citação anterior de Ermínia Maricato. A primeira delas é subestimar fortemente as relações imperialistas na análise da economia brasileira:

Aqui perfila-se um ponto essencial da tese: a de que, tomando como um **dado** a inserção e a filiação da economia brasileira ao sistema capitalista, sua transformação estrutural, nos moldes do processo pós-anos 30, passa a ser, predominantemente, uma possibilidade definida **dentro dela mesma**; isto é, as relações de produção vigentes continham em si a possibilidade de reestruturação global do sistema, aprofundando a estruturação capitalista, **ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho** no próprio sistema capitalista mundial **fosse adverso**. Nisso reside uma diferenciação da tese básica da dependência, que somente vê essa possibilidade **quando há sincronia** entre os movimentos internos e externos. (OLIVEIRA, 1972, p. 38).

Relembremos que a análise histórica da dependência de André Gunder Frank defende justamente o contrário da relação que Oliveira imputa à dependência. Para Frank, foi nos momentos que a

economia mundial entrou em crise que as economias subdesenvolvidas entravam numa “involução ativa”, isto é, que as economias latino-americanas com mais autonomia devido a crises mundiais tiveram possibilidade de se desenvolver. Isso ocorre justamente porque são nestes momentos de “adversidade” da economia mundial que se afrouxam os laços internacionais da dependência. A tese de que para haver desenvolvimento nos países dependentes deve haver sincronia com o desenvolvimento da economia mundial talvez possa ser encontrada na versão da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso, tal qual revelou Roberta Traspadini (2014). Importa-nos, no entanto, assinalar que esse declarado endogenismo de Oliveira marcará os estudos do urbano que passarão a focar-se centralmente nas condições internas da economia brasileira abandonando os vestígios das análises da urbanização dependente que se centravam justamente em estabelecer os rebatimentos da dominação imperialista no espaço urbano. Com raras exceções, nestes trabalhos, define-se a economia brasileira como periférica, mas sem se preocupar em qualificar este adjetivo o que impossibilita de captar como as transformações do urbano continuam a ser influenciadas pelas mudanças das relações de dependência. Politicamente, se o problema é exclusivamente interno abre-se caminho para a ideologia das políticas públicas como instrumento para combater os problemas urbanos, sem ser necessário incomodar-se com questões extremamente “abstratas” como a dependência.

Outra característica deve-se a sua análise sobre a reprodução da força de trabalho urbana. Para Oliveira a “ampliação e combinação do padrão 'primitivo' com novas relações de produção no

setor agropecuário” repercute sobre o urbano ao fornecer os “maciços contingentes populacionais que iriam formar o 'exército de reserva' das cidades” e também “fornecendo os excedentes alimentícios”, ambos contribuindo para rebaixar o preço de oferta da força de trabalho urbana:

Em outras palavras, o preço de oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação – determinado este pelo custo de reprodução da força de trabalho rural – e custo dos bens e serviços propriamente urbanos: nestes, ponderava fortemente uma estranha forma de “economia de subsistência” urbana, que se descreverá mais adiante, tudo forçando para baixo o preço de oferta da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, os salários reais. (p. 24)

Esta formulação será incorporada as análises urbanas como “industrialização de salários baixos” herança do período da industrialização brasileira, que como um dado, continuaria exercendo pressão sobre os problemas urbanos e principalmente da moradia. Interpretada como um dado empírico, as expressões concretas da superexploração da força de trabalho serão tomadas como paradoxos, ou “jabuticabas”, metáfora preferida pelo pensamento eurocêntrico. Ocorre que se na raiz dos problemas encontra-se uma industrialização com salários baixos um período de sustentada elevação dos ganhos do trabalho deveria em alguma medida arrefecer os problemas sociais como os de moradia. No entanto, como veremos na seção seguinte, é não apenas possível, mas provavelmente uma regra, que os períodos de melhorias salariais sejam acompanhados de agravamento dos problemas sociais.

Isto porque a raiz do problema se encontra em algo

invisível, na divisão entre o tempo de trabalho necessário e excedente, seja na própria produção da mais valia, entre lucro e salário, seja na redistribuição promovida pelo Estado através do salário indireto. De nada adianta haver melhorias salariais se não houver uma readequação da divisão do excedente na produção ou na distribuição pelo Estado. Os problemas sociais podem se agravar ainda que com aumento nos ganhos salariais ou com redução da pobreza. No caso específico da moradia, o salário deve ser sempre analisado relativamente aos componentes do valor da força de trabalho de tal forma que se houver ganhos reais nos salários, mas houver concomitantemente elevação superior da renda fundiária urbana, a superexploração terá se agravado.

Mas para isso é preciso haver clara percepção da diferença entre valor e preço (salário) da mercadoria força de trabalho. Em geral as análises tendem a igualá-las inviabilizando assim a percepção da existência da superexploração. Um rebaixamento do preço da força de trabalho não significa que seu valor também seja menor, pois o valor da força de trabalho não é definido pelos limites mínimos de subsistência, mas apresenta também um componente histórico-moral.

A análise de Lúcio Kowarick, portanto, é superior a de Oliveira ao captar ainda que implicitamente essa diferenciação. E é um significativo aporte à teoria da dependência e às análises da urbanização ao estender o tempo de trabalho necessário para o trabalhador reproduzir sua vida para além do período estrito da jornada de trabalho. Infelizmente este autor não passou ileso à ofensiva teórica conservadora. Ao findar-se a década de 1980 Kowarick já se encontrava sob forte influência pós-moderna e hoje é considerado um dos principais formuladores da agenda neoliberal de pesquisa sobre “vulnerabilidade”

social. (Cf. Kowarick, 1989, 2000 e 2009)

Assim, o tema movimentou os principais teóricos latino-americanos da época. Foi abandonado, no entanto, após ser duramente atacado numa ofensiva ideológica que uniu marxistas acadêmicos (endogenistas) e o pensamento pós-moderno. A proposta de estudar a urbanização dependente foi jogada fora com tudo que cheirasse “dependência”. Com raríssimas exceções, foi o “salve-se quem puder” da “turma da dependência”. Esse abandono não deu lugar a uma formulação teórica superior. Resultou, em primeiro lugar, uma forte dispersão nos estudos sobre a questão urbana, como anota Ruth Cardoso na apresentação da pesquisa financiada pelas Nações Unidas e que representa uma virada pós-moderna na trajetória de Kowarick:

Como mostra Kowarick em sua Introdução, houve um esforço na direção de abandonar os grandes esquemas explicativos e conhecer mais de perto a realidade. Poderíamos dizer que isto levou à dispersão porque, ao romper com os paradigmas teóricos, perdeu-se também a continuidade entre as várias problemáticas. O que restou como elo de ligação foi a preocupação com os mecanismos específicos que mantêm os diversos circuitos da dominação, sem, entretanto, um eixo que os unifique.

A questão teórica que reaparece em vários trabalhos e que poderia fornecer um eixo analítico capaz de cortar situações tão diversas é a constituição da identidade. De modo claro ou dissimulado, ela está presente nos vários estudos. (CARDOSO, Ruth Correa. apud KOWARICK, 1988, p. 12).

E em segundo lugar, abriu espaço para a perda de radicalidade e o abandono do conceito imperialismo nos estudos urbanos, tal qual desabafa Flávio Villaça na apresentação do livro de Mariana Fix:

Eu já ouvi, surpreso, de um jovem político, brilhante pesquisador e intelectual de esquerda, a seguinte afirmação: “Não adianta ficar discutindo globalização. Ela está aí ‘pra ficar’!”. Esta não era, por exemplo, a posição que a intelectualidade de esquerda tinha nos anos 1960, a respeito do imperialismo. Nenhum intelectual de esquerda desistia de analisar, criticar, procurar, entender e combater o imperialismo por acreditar que ele estava aí “pra ficar”. No campo urbano, estudava-se a urbanização capitalista, tanto na América Latina como na Europa, pois havia uma base teórica comum que permitia isso, lastreada no materialismo histórico. Hoje, os europeus estudam a urbanização europeia, os brasileiros estudam a brasileira e os californianos estudam Los Angeles. É provável que muito da globalização esteja mesmo aí para ficar, e outro tanto, por muito tempo, mas isso não isenta de uma análise radical. Sem essa análise interna (que supera a descrição), só resta a inanição e a indiferença.

O resgate deste marco do pensamento é, portanto, fundamental para resgatar os laços entre a questão urbana e o imperialismo. Por mais incipiente que tenha sido e equívocos tenha cometido, a urbanização dependente debatia a questão urbana dentro de uma totalidade social, sempre buscando as mediações necessárias para as especificidades latino-americanas. Não é rápido nem simples ir do abstrato ao concreto. Parece que este caminho foi abandonado antes de ser completado por aqueles que buscavam percorrê-lo e as razões estão menos na debilidade de suas proposições e mais ao movimento concreto da luta de classes. Como expressava o próprio Castells: “Se trata de un largo camino de los estudios urbanos latinoamericanos, suscitado, evidentemente, por el cambio de las correlaciones de fuerzas políticas en el continente.” (CASTELLS, 1973, p. 2).

Assim como é o movimento político que explica o surgimento deste largo caminho também deve ser considerado como uma das razões principais para o desaparecimento deste mesmo caminho. Não é coincidência que os estudos da urbanização dependente tenham surgido e sido impulsionados pelos processos radicais de transformação social no Chile e em Cuba e tenha desaparecido junto com a derrota chilena e a nova ofensiva capitalista, também chamada de neoliberalismo.

Dentro dos estudos sobre o espaço urbano, este movimento de abandono das determinações gerais da produção do espaço é simultâneo à ascensão da centralidade do “intra-urbano” nos estudos da área. Se em parte é verdade que os estudos da urbanização dependente não lograram chegar ao estudo das estruturas urbanas, ou melhor, da especificidade do urbano, como afirma Pedro Arantes, também é verdade que ao abandonar os conceitos de imperialismo e dependência os estudos intra-urbanos percorreram dois caminhos nem sempre excludentes: reificaram as estruturas urbanas desligando-as completamente das relações sociais capitalistas ou apresentam-nas somente de maneira abstrata como uma narrativa paralela e geral, sem levar em consideração as especificidades do capitalismo latino-americano. Ambos, por sua vez, pavimentaram o caminho para o movimento de cooptação de movimentos sociais urbanos à ordem dominante (MARICATO, 2011, p. 151).

1.5 Superexploração e exclusão habitacional no Brasil atual

Vimos na seção terceira deste capítulo como o desenvolvimento

histórico do capitalismo mundial produziu em nosso subcontinente uma formação social calcada na superexploração da força de trabalho. Essa *sencilla* descoberta de Ruy Mauro Marini a partir da análise da taxa de lucro mundial é seguramente um dos momentos mais importantes da ciência social na América Latina. Vimos também que a partir dos aprimoramentos pelos quais a categoria vem passando podemos separar metodologicamente as formas da superexploração, a violação do valor da força de trabalho, em dois momentos: violação do fundo de consumo e do fundo de vida. A primeira ocorre no mercado, no momento da compra/venda da força de trabalho. A segunda no processo de trabalho mesmo, durante a jornada de trabalho, por um desgaste “anormal” extensivo ou intensivo da força de trabalho.

Ao contrário do que prega todos os dias a propaganda governamental brasileira, a superexploração não sucumbiu diante de uma abstrata nova classe média. Os argumentos de quem defende esse tipo de interpretação se sustenta em dados que comprovam os ganhos reais dos trabalhadores na última década. De fato, o salário-mínimo apresentou um ganho real de 53,67% entre 2003-2010 (DIEESE, apud LUCE, 2013), também houve elevação real de salário na quase totalidade das categorias de trabalhadores, bem como uma acomodação de parcela da população beneficiada pelos programas de transferência de renda. O conceito de nova classe média seria um “apelido” dado à classe C que teria sido inflada com 35,7% da população, graças ao manejo da política do governo petista. “os sociólogos podem relaxar, pois não estamos falando de classes sociais (operariado, burguesia, capitalistas etc.), mas de estratos econômicos. Leia-se dinheiro no bolso, que seria, segundo os economistas, a parte mais sensível da anatomia humana”

(NERI, 2011, apud, LUCE). Tratando-se de “dinheiro no bolso” poderia significar que o fundo de consumo dos trabalhadores estaria sendo repostado contrariando assim a superexploração da força de trabalho. Por isso a análise detalhada destes dados nos é fundamental para comprovar a manutenção da superexploração no Brasil.

Graças ao cálculo de Salário Mínimo Necessário (SMN), realizado pelo Dieese temos uma base empírica aproximada para comparar o preço (salário realmente recebido pelos trabalhadores) e o valor da força de trabalho no Brasil. Lembrando que o DIEESE calcula o mínimo e não o médio ou qualquer outro nível moral de necessidades. Para isso utiliza a própria definição constitucional de que o salário deve atender os gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Assim, utilizando o SMN do DIEESE, podemos verificar se os preços da força de trabalho no mercado estão próximas do valor da força de trabalho.

Ano	DIEESE – Salário Mínimo/Necessário	IPEA – Salário em R\$ de dez. 2014
1994*	9,92%	281,57
1995	12,18%	329,75
1996	13,57%	338,47
1997	14,65%	347,56
1998	14,44%	367,39
1999	14,88%	354,46
2000	15,24%	373,85
2001	16,09%	407,20
2002	16,47%	394,32
2003	16,21%	428,67
2004	17,10%	437,56
2005	18,99%	480,62
2006	22,51%	545,38
2007	22,20%	563,10
2008	20,46%	577,54
2009	22,58%	621,55
2010	24,21%	640,30
2011	23,96%	645,03
2012	25,46%	693,20
2013	24,54%	715,79
2014	24,78%	724,00

*Para 1994, os cálculos do DIEESE foram feitos a partir de julho, mês em que o salário mínimo em R\$ foi fixado.

Fonte: COSTA (2013) com dados de DIEESE e IPEA.

A tabela acima evidencia que em 1994 o salário-mínimo oficial não alcançava sequer 10% do SMN calculado pelo DIEESE e embora tenha havido uma melhora ela vem ocorrendo desde 1994 e não desde 2003. Não obstante, o salário-mínimo oficialmente praticado no Brasil em 2012 alcança apenas um quarto do necessário. Ainda assim, olhando nesta série histórica de curto prazo, pode-se levar a concluir que estamos no caminho certo, e que está havendo uma tendência inexorável de melhora. Sensação ainda mais presente quando se analisam os dados em forma de gráfico como no quadro abaixo:

Figura 7: Razão entre Salário Mínimo e Salário Necessário (média anual), em porcentagem. Fonte: Costa (2013) com dados do DIEESE.



Ocorre que a realidade não é linear como pensam muitos apologéticos da economia burguesa. Apesar das melhoras o salário mínimo hoje está abaixo do patamar do período da ditadura. Só vimos um valor tão baixo entre os anos 1949 e 1951 conforme revelam as

séries históricas dos quadros abaixo:

Figura 8: Média anual do Salário Mínimo no município de São Paulo em R\$ de dez. 2012. Fonte: Costa (2013)



Figura 9: Série histórica do SMN com base em 1940. Fonte: LUCE (2013)

Brasil. Salário mínimo necessário. Série histórica. 1940 = 100

Ano	Número índice						
1940	100,00	1957	125,12	1974	55,58	1991	30,99
1941	91,15	1958	108,85	1975	58,05	1992	26,59
1942	81,83	1959	121,85	1976	57,67	1993	29,96
1943	73,98	1960	102,32	1977	60,10	1994	25,29
1944	84,86	1961	113,77	1978	61,92	1995	25,02
1945	68,38	1962	103,87	1979	62,52	1996	25,42
1946	60,00	1963	91,31	1980	63,02	1997	25,82
1947	45,84	1964	94,35	1981	64,62	1998	27,08
1948	47,82	1965	90,98	1982	67,35	1999	27,19
1949	43,03	1966	77,56	1983	57,23	2000	27,96
1950	40,64	1967	73,37	1984	53,08	2001	30,27
1951	37,53	1968	71,80	1985	54,31	2002	30,88
1952	100,76	1969	69,16	1986	51,37	2003	31,32
1953	82,99	1970	70,32	1987	37,03	2004	32,49
1954	100,87	1971	67,29	1988	38,99	2005	34,99
1955	113,28	1972	66,09	1989	41,52	2006	40,44
1956	115,08	1973	60,56	1990	29,67	2007	42,59

Nota: ano-base = 1940.

Fonte: Calculado em números índice a partir de Cepal, PNUD e OIT (2008), com dados de DIEESE.

Poder-se-á objetar ainda, que embora o salário mínimo oficial seja a base do rendimento de 45,5 milhões de trabalhadores brasileiros (DIEESE. 2012, apud COSTA, 2013, p. 45), muitos deles percebem um rendimento acima do mínimo. Por isso é fundamental uma análise mais apurada da real dimensão da disparidade entre o valor da força de trabalho e o preço praticado no país. Através da análise dos microdados do PNAD processados pelo IPEADATA, verifica-se que 60% dos trabalhadores brasileiros auferiam uma renda mensal inferior ao valor de sua força de trabalho no ano de 2009 (COSTA, 2013). Outro estudo recente aponta que, no ano de 2011, mais da metade dos trabalhadores brasileiros recebiam uma remuneração entre 4,27 e 1,42 vezes abaixo do

SMN calculado pelo DIEESE (LUCE, 2013).

Assim, a violação do fundo de consumo da força de trabalho é uma marca histórica e estrutural na sociedade brasileira reveladora da vigência da superexploração da força de trabalho como mecanismo definidor de um país dependente. As melhorias salariais ocorridas não alcançaram nada perto do valor real da força de trabalho. No entanto, essa é apenas uma das formas da superexploração cabe avaliar também aquelas formas que violam o fundo de vida, isto é a extensão e a intensidade da jornada de trabalho. Obviamente que esta separação é meramente metodológica visto que elas se expressam conjuntamente e se determinam reciprocamente. Afinal uma menor remuneração pressiona o trabalhador a executar maior número de horas extras ou até procurar uma segunda forma de renda.

Duas fontes são utilizadas para analisar a extensão da jornada de trabalho. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e os microdados da PNAD. Ambos demonstram que ao menos 1 em cada 3 brasileiros tem uma jornada oficial superior a de 44 horas semanais.

Assalariados que trabalham mais do que a jornada legal (1) por setor da economia. Região Metropolitana de São Paulo (%)

Ano	Indústria	Comércio	Serviços (2)
1990	34,8	49,9	32,2
1991	38,3	53,6	33,5
1992	36,7	53,0	34,3
1993	38,7	55,3	32,6
1994	39,8	54,4	33,2
1995	42,5	55,2	35,8
1996	41,4	55,2	36,8
1997	42,2	56,0	37,3
1998	37,9	57,5	36,5
1999	40,7	59,1	38,2
2000	44,4	61,1	39,5
2001	43,4	59,2	38,2
2002	44,1	62,2	38,8
2003	43,2	60,6	39,2
2004	42,4	59,1	38,0
2005	38,8	56,6	36,5
2006	36,7	55,0	35,2

Nota: (1) A partir de novembro de 1988, a jornada legal passou de 48 para 44 horas. (2) Exclui serviços domésticos.

Figura 10: Fonte: Marques, Capelas e Huertas Neto (2010, p. 233) apud LUCE (2013). Dados da PED.

**Números Absolutos e Relativos de Ocupados que Cumprem
Jornada Superior à Legal no Brasil, em 2002 e 2011.**

	Ocupados	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais
2011	92.686.000	5.359.000	20.415.000	37.384.000	12.989.000	16.539.000
Proporção	100%	5,78%	22,03%	40,33%	14,01%	17,84%

Fonte: COSTA (2013) com dados da PNAD.

Os dados destas pesquisas são subestimados, pois não captam formas ocasionais de renda que um trabalhador formalizado realiza além de seu trabalho principal ou um segundo emprego não declarado.

A reprodução destes dados e a referência àquelas pesquisas parecem-nos suficiente para comprovar a vigência da categoria de superexploração no Brasil. Nossa principal tarefa é discutir como este arcabouço teórico ilumina a análise do problema habitacional no Brasil. Sua principal contribuição é perceber a dificuldade, ou até a impossibilidade, em resolver o problema habitacional “via mercado”, ainda que subsidiado. Ou seja, permite compreender a persistência do problema e a dificuldade de todos os grandes programas habitacionais como BNH e PMCMV em solucionar esse gigantesco divórcio entre o consumo e a produção de moradias no Brasil.

As razões disto é que os programas habitacionais se defrontam com a superexploração como um limite intransponível. A força de

trabalho é uma mercadoria especial. Ela cria valor, justamente porque é uma energia vital, porque é humana. Se pudessem os capitalistas não hesitariam em separar a força de trabalho do trabalhador. Para seu desespero ainda não inventaram uma forma prática de reproduzir materialmente essa separação que a crítica da economia política conseguiu fazer através do pensamento. Ainda assim, os capitalistas tentam de todas as formas separar a força do trabalho que se realiza no momento em que é consumida, ou seja, no momento em que o trabalhador se defronta com o capital como produtor de mais-valia, do momento em que ela é produzida, ou seja, o momento em que o trabalhador se defronta com o capital enquanto consumidor.

Vimos como esse processo de criação da mercadoria força de trabalho e de transformação em mercadoria de todos os meios necessários para o trabalhador se reproduzir ocorreu em todos os países submetidos modo de produção do capital. Neste processo permanente e histórico de acumulação primitiva, de espoliação das condições materiais de reprodução da vida e sua transformação em fonte de lucro, o trabalhador passa a se apresentar ao capitalista somente enquanto força de trabalho. O capitalista não tem que se preocupar onde o trabalhador morará, como adquirirá os alimentos, onde procriará ou onde deixará seus filhos. Todos estes processos passam a cargo de outro capitalista específico ou do grande capitalista coletivo, o Estado. Assim, defrontando-se com o trabalhador somente na compra e venda da força de trabalho e na jornada do trabalho, o capitalista vê o trabalhador apenas como força de trabalho, como mercadoria personificada que deve consumir ao máximo, não importando para o capitalista individual o que fará e como fará depois de sua jornada de trabalho.

Esse processo de reificação da força de trabalho toma a consciência dos próprios trabalhadores que passam a compreender como um benefício se determinado capitalista oferecer alimentação, creche, transporte, entre outros. E em alguma medida, podemos dizer que toma a consciência também dos marxistas que, preocupados com as determinações gerais e conjunturais do ciclo de reprodução do capital, projetam-se sobre a realidade da produção de valor e de mais-valia, isto é, da compra e do consumo da força de trabalho, e se esquecem de que ao fim da jornada de trabalho a força de trabalho precisa ser novamente produzida. Desde a perspectiva do ciclo de reprodução da mercadoria força de trabalho o momento da jornada de trabalho é somente a realização, o consumo de suas forças físicas e psíquicas que ao fim da jornada precisarão ser repostas. Ou seja, justamente ao fim da jornada de trabalho inicia o momento da produção da mercadoria força de trabalho, de seu valor diário.

As condições determinadas em que a força de trabalho é diariamente (re)produzida, são portanto de enorme significação. Para melhor visualização do que estamos tentando nos aproximar, cabe uma comparação da atitude dos capitalistas em dois momentos distintos: de abundância e de escassez da força de trabalho. Em situação de abundância, não interessa em absoluto ao capitalista se o trabalhador reside perto ou longe do local de trabalho, se tem acesso a atendimento médico ou à rede escolar, enfim, importa-lhe e exige somente o cumprimento mais intenso possível da jornada de trabalho. Em situação de escassez, como diante da necessidade de trabalhadores extremamente qualificados ou em que a produção se realiza em locais extremamente isolados, os momentos de reprodução da força de trabalho passam a ser

incorporados pelo capitalista como uma tarefa sua, caso contrário não encontrará força de trabalho disponível. Embora continue apresentando isso como benefícios, no interior de sua alcova, o capitalista os inclui no custo da força de trabalho, no preço da força de trabalho. E o faz corretamente apesar de nunca ter tido uma aula de economia política. Afinal sabemos que tudo isso compõe o valor da força de trabalho. Isto é aquela quantidade de bens e serviços que devem ser acessadas, monetariamente ou não, para reproduzir-se como trabalhador.

A separação entre o momento do consumo da força de trabalho e de sua (re)produção levam à reificação daquele ampliando a margem que o capitalista tem de se desresponsabilizar por um salário que seja capaz de repor todo o valor da força de trabalho, principalmente em condições de oferta abundante desta mercadoria, como ocorre nos países dependentes.

A percepção de um salário baixo obriga o trabalhador a elevar o tempo de trabalho necessário para conseguir acessar vários dos elementos básicos do valor da força de trabalho. E isto não afeta apenas os trabalhadores de baixa renda, mas também os de renda média, que aumentam sua jornada de trabalho a fim de acessar os serviços necessários para reproduzir sua força de trabalho com maior qualificação: como saúde, ensino privado e o transporte individual. Mas abstraindo dessas situações mais concretas, seja um trabalho de baixa renda ou de “classe média”, tem seu tempo de trabalho necessário expandido para fora de sua jornada de trabalho. Seja acumulando outro emprego ou fonte de renda, seja assumindo ele próprio a produção de elementos que deveriam ser comprados através do salário, ou simplesmente tendo seu tempo livre apropriado.

Neste último caso o exemplo mais evidente é o tempo de deslocamento entre casa e trabalho que em vários momentos costuma a crescer entre 25 a 30% a jornada de trabalho. Na raiz desta questão está a própria distância que o trabalhador é obrigado a residir de seu trabalho. Seu salário, que deveria incorporar o custo de habitação, é insuficiente para isso, e para não ficar a mercê das flutuações dos custos de moradia o trabalhador acaba se protegendo na aquisição de uma casa própria. Esta casa, no entanto, é frequentemente distante dos grandes centros de trabalho. Veremos no próximo capítulo o por que disto, mas agora nos cabe alertar que parte da explicação se deve a um salário que não incorpora um elemento básico da reprodução do trabalhador: a moradia. Assim, para chegar a sua casa, ou aos estudos, ou ainda ao lazer após o trabalho, o trabalhador se submete a um dispêndio de tempo e energia vital em longos e extenuantes congestionamentos.

Em muitos casos, no entanto, a aquisição de uma casa própria mesmo em lugares distantes não é possível, obrigando-o a adquirir ou ocupar um lote e produzir sua própria casa ao longo do seu tempo livre, basicamente nos fins de semana. Como o salário inviabiliza que a construção da casa se realize junto ao pagamento de outro aluguel, onde poderia se alojar temporariamente, o processo de construção da casa é fracionado. Primeiro são erguidas rapidamente quatro paredes e um teto inicialmente improvisado, mas suficiente para abrigar o trabalhador que produzirá sua moradia ao longo do tempo. Não é raro que a construção da casa ocupe toda uma vida, vez que as condições precárias do material e da força de trabalho reduzem seu tempo de vida útil.

Se lembrarmos que a jornada de trabalho a que se submete é dividida em tempo de trabalho necessário, aquela parte que retorna ao

trabalhador em forma de salário cuja magnitude deveria ser suficiente para se reproduzir enquanto trabalhador; e em tempo de trabalho excedente, apropriado pelo capitalista, como devemos chamar estes dois tempos extras (deslocamento e autoprodução da moradia)?

Tratam-se evidentemente de prolongamento do tempo de trabalho necessário para além de sua jornada de trabalho provocada pela baixa remuneração. A violação do fundo de consumo alimenta e aprofunda a violação do fundo de vida do trabalhador também no seu período “livre”.

Analisando a reprodução da força de trabalho como totalidade, descobrimos novas expressões concretas da superexploração da força de trabalho. É somente nos países marcados pela cessão internacional de valor compensada internamente pela superexploração da força de trabalho que formas como essa denominada de espoliação urbana por Lúcio Kowarick se apresentam de maneira tão generalizada e aguda. A espoliação urbana só pode ser entendida dentro dos marcos específicos da relação de produção dos países dependentes. É expressão concreta, na vida urbana, da superexploração da força de trabalho. É, portanto, uma das formas de expressão desta. Esta formulação tem implicações teóricas extremamente importantes.

Admitir que espoliação, essa captura do fundo de vida do trabalhador em que fora de sua jornada de trabalho dedica a produção de elementos que constituem o valor da força de trabalho, mas que não são cobertos pelo salário praticado nas sociedades dependentes, significa ampliar o conceito de superexploração para além da jornada de trabalho. Isso porque é evidente que todas as formas concretas de espoliação resultam diretamente do fato de que são negadas ao trabalhador as

condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho obrigando-o “a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro” (MARINI, op. cit., p. 156). Levando em consideração que é nas sociedades dependentes, onde a espoliação urbana adquire contornos estruturais, não podemos deixar de relacioná-la à própria relação de exploração sob risco de regredirmos a concepções dualistas que separam as expressões concretas da “desigualdade social” da produção e apropriação de mais valia.

Esta formulação traz ao debate, entre outros, o papel do Estado. Muitos destes elementos que violam o fundo de vida do trabalhador são serviços públicos, portanto, de responsabilidade do Estado. Embora não esteja em nosso plano aprofundar uma análise do papel do Estado, cabem-nos alguns apontamentos para evitar algumas falsas saídas. O pensamento marxista contemporâneo, inclusive de autores do urbano, apresentou um significativo aporte a concepção de Estado, redimensionando-o como síntese da contradição entre valor e valor de uso. Não é somente uma trincheira da força física que estaria ocupado pela burguesia. Não é um mero estado burguês, mas sim um estado capitalista (LOJKINE, 1981). Isso significa que o Estado é um dos suportes do regime de acumulação do capital e sendo um regime de acumulação dependente, o estado sustentará em seu seio os mecanismos de dependência: a transferência de valor, cujo mecanismo mais escrachado é a dívida pública sustentada por um regime tributário extremamente regressivo; e a superexploração da força de trabalho, pois condicionado pelos elementos anteriores, inviabiliza que o Estado realize as funções constitucionais de fornecer os elementos de “salário

indireto”.

Agora com as categorias estabelecidas podemos voltar ao caótico mundo empírico com muito mais segurança. Em primeiro lugar, analisemos a propalada redução do déficit de 16,8% mencionada na introdução deste capítulo. Na verdade ela representa uma diminuição de apenas 308.906 domicílios em situação de déficit. Ocorre que o déficit relativo, que teria reduzido 16,8%, é um cálculo que divide o número de domicílios em situação de déficit pelo número de domicílios total do país. Assim enquanto em 2007 o número de domicílios em situação de déficit era de 6.102.414, o número de domicílios total era de 56.338.622, resultando em um déficit relativo de 10,8%. Já em 2012 o déficit era de 5.792.508 domicílios para um total de 63.766.688. Ou seja, a redução real do déficit foi de 308.906 domicílios, mas como o número total de domicílios se elevou em 7.428.066 o déficit relativo apresenta uma redução muito superior do que o absoluto, isto é. Do que o real. Em outros termos, a tão propagandeada redução se deve a uma maquiagem estatística, pois a redução do índice se deve mais à elevação do número de domicílios que pela redução do déficit absoluto. Se relacionarmos o déficit absoluto de 2012 com o mesmo no ano de 2007, veremos que a redução real do número de domicílios em déficit foi de apenas 5%. Enquanto o aumento do número total de domicílios foi de 13%.

Antes de aprofundar nossa análise nas evoluções de cada componente do déficit. É importante chamar a atenção de que estamos usando os dados sistematizados pela Fundação João Pinheiro a partir das PNADs do IBGE. Se trata de uma base anualizada com uma amostra diferente da captada pelo Censo e que segundo os pesquisadores do IPEA “pode ser considerada – para melhor entendimento intuitivo –

como uma pesquisa urbana, concentrada nos grandes centros e que focaliza a dinâmica socioeconômica e as mudanças de curto prazo. O Censo, por sua vez, tem caráter mais exaustivo com o desenho de amostra que cobre mais de 10% do total de domicílios.” (IPEA, 2013, p. 10). Mas não podemos deixar de anotar algumas disparidades salientes. Enquanto a PNAD estimava que o número total de domicílios estaria entre 59 milhões em 2009 e 62 milhões em 2011, o censo estimou em 57 milhões em 2010. Parece-nos, portanto, que o número de domicílios é sobrestimado por causa do caráter urbano da PNAD. Já o déficit habitacional é subestimado nas PNADs, pois enquanto estaria entre 6,1 em 2009 e 5,9 milhões em 2011 o censo estimou em 6,9 milhões. Assim, embora não se possa fazer uma comparação evolutiva entre os números pode-se afirmar que há uma efetiva subestimação do déficit relativo pela PNAD vez que tende a sobrestimar o número de domicílios e subestimar o déficit absoluto.

Não obstante, continuaremos analisando a evolução do déficit habitacional a partir dos dados da PNAD, pois seu caráter anualizado permite avaliações da evolução do déficit em curto prazo tornando-a dominante nas discussões acadêmicas e políticas. Como vimos, a redução absoluta no déficit foi de apenas 308 mil domicílios. Analisando a evolução de cada componente, anotamos uma redução de 380.637 domicílios em habitação precária, de 615.671 em coabitação familiar e 7.965 em adensamento excessivo. A somatória da redução destes três componentes é de 1.004.003 domicílios. Essa redução foi contrariada, no entanto, pela elevação do déficit no componente “ônus excessivo de aluguel” em quase 700 mil domicílios. A análise destes componentes sugere que as famílias estão conseguindo sair da

precariedade material das casas e da coabitação, mas por outro lado estão sendo pressionadas pelo valor dos aluguéis. Isso significa que as famílias estão com renda para sair das casas precárias ou da coabitação, mas não uma renda suficiente para cobrir o custo básico de habitação sem afetar suas outras necessidades.

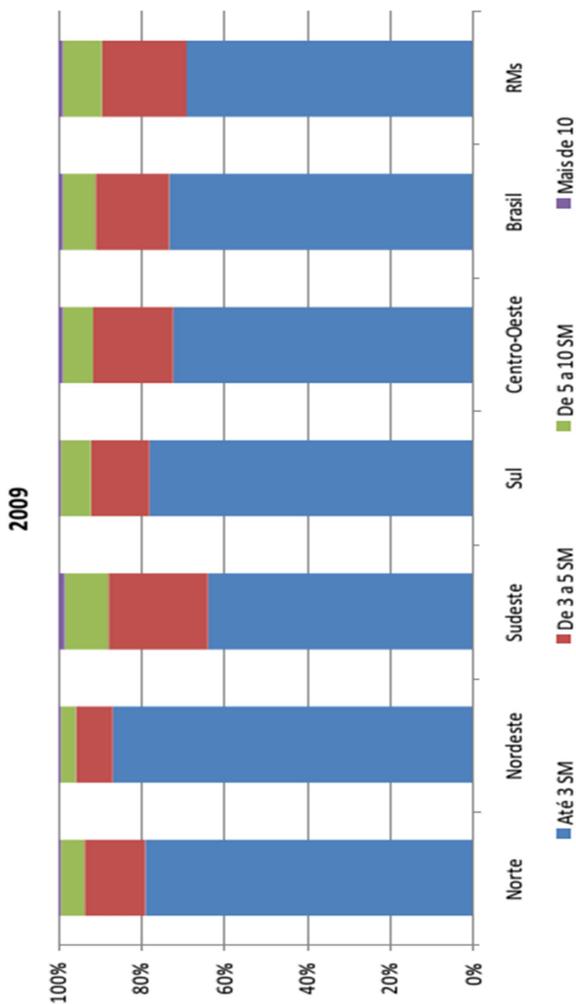
É necessário, no entanto algumas considerações sobre os componentes do déficit, pois este, assim como todos estes componentes são conceitos, são tipos ideais formulados previamente por pesquisadores e estatísticos. Mas estas definições nem sempre estão condizentes com a realidade e devem ser constantemente criticadas. O subcomponente de adensamento excessivo identifica um domicílio alugado com uma média de mais de três pessoas por dormitório. O domicílio próprio, que não é alugado, mas que tem adensamento excessivo não é considerado déficit, mas sim inadequação domiciliar. Isto porque o déficit apontaria para a necessidade de incremento de estoque, isto é, de construção de novas residências enquanto a inadequação habitacional aponta a necessidade de melhorias, apenas. Assim mesmo define a FJP:

A partir de então, passou-se a considerar déficit habitacional um percentual dos domicílios com adensamento excessivo: os apartamentos e as casas alugados. Como, nesses casos, o inquilino não pode ampliar o imóvel nem vendê-lo para comprar outro maior, caracteriza-se a necessidade potencial de um novo imóvel para essas famílias. Ressalte-se que o adensamento excessivo em imóveis próprios continuou a ser considerado um caso típico de inadequação de domicílios. Ele permite ao proprietário ampliar ou negociar o imóvel para se mudar para unidade habitacional maior, ainda que, na maioria das vezes, num

bairro menos valorizado. (FJP, 2012).

Esta não nos parece uma apreciação adequada da realidade, pois é evidente que grande parte do adensamento excessivo em casas próprias se deve a famílias de baixa renda que buscando se proteger das variações do aluguel preferem comprar uma casa, ainda que esta não esteja de acordo com suas necessidades, ou então que herdou a casa de parentes. Neste caso, a venda da casa não seria suficiente para comprar outra, pois a família já se encontra em uma moradia mal localizada e de baixo preço. Os dados de inadequação domiciliar parecem confirmar essa hipótese. Segundo a FJP, em 2009 eram 1,372 milhão de domicílios próprios com adensamento excessivo distribuídos da seguinte maneira:

Figura 11: Adensamento excessivo de domicílios próprios urbanos por faixas de renda média familiar mensa, em salários mínimos (SM), segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas - Brasil - 2009.



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

- 2007-2009

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

(1) Apenas domicílios urbanos duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos, sendo excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do déficit habitacional. Inclui, além dos domicílios urbanos, os rurais de extensão urbana.

É evidente, portanto, que em sua maior parte se trata de domicílios de baixa renda sem capacidade financeira de adquirir outro imóvel ou ampliar o atual, neste caso não apenas por incapacidade financeira mas por falta de espaço para ampliação, tratando-se portanto majoritariamente de déficit habitacional e não inadequação.

O componente ônus excessivo caracteriza aqueles domicílios com rendimento de até 3 salários-mínimos que comprometem mais de 30% dessa renda no aluguel. Aqui cabem duas reflexões, a primeira é sobre a definição de corte em 30%. Não encontramos nenhuma explicação social ou estatística para a definição desta porcentagem: “O limite de 30% foi adotado por analogia ao procedimento usado pela Caixa Econômica Federal e por outras agências de financiamento habitacional, que consideram essa porcentagem o máximo tolerável de gasto direto com habitação para os mutuários que pagam prestações da casa própria.” (GENEVOIS, M.L.sB.P; COSTA, O. V. Carência habitacional e déficit de moradias. São Paulo em perspectiva, 15, 2001).

Trata-se, portanto, de uma definição financeira realizada para proteger o investimento e não de uma definição a partir da realidade socioeconômica dos domicílios. Isso significa deixar de fora do déficit um domicílio com renda de R\$1000,00 e que compromete um quarto (R\$250) ou um quinto (R\$200) com o aluguel. A outra questão dentro deste componente é sobre a definição de limite de salários-mínimos. Dado o peso que o aluguel pode representar nas grandes cidades esse limite não parece razoável. Sendo o atual salário mínimo estabelecido em R\$788,00 reais, qualquer domicílio com renda superior a R\$ 2.364 não será computado, independentemente do quanto ele

compromete com o aluguel, se 30, 50 ou 60%. E a explicação para isto é ainda mais estranha:

Observa-se que nas pesquisas iniciais essa questão foi considerada inadequação habitacional e não déficit habitacional. Essa postura, entretanto, foi reavaliada a partir dos cálculos para 2000. Questionou-se o fato de que, para determinada parcela pobre da sociedade, o aluguel não é uma opção, diferentemente do que ocorre com alguns setores da classe média. Para eles, pagar aluguel em bairros melhores e de mais status é preferível a comprar imóvel sem áreas suburbanas de pior localização. (FJP, 2012, p. 16)

Assim, uma família da “nova classe média” com renda de R\$ 2.500,00, que é inferior ao salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE, e que gasta R\$1000,00 de aluguel não entra no déficit porque optou em ter o privilégio de pagar aluguel em um “bairro de mais status” do que comprar um imóvel em “área suburbana”.

Infelizmente, famílias como as deste exemplo, não entram no conceito de inadequação domiciliar, portanto não há sequer tabulação dos dados de famílias que recebem além de 3 sm e que comprometam acima de 30% da renda com aluguel. Sabemos, no entanto que é um universo de quase 10 milhões de domicílios com renda entre 3 e 5 s.m.. Por isso não nos parece descabido supor que há milhares de famílias nesta situação que engordariam as cifras do déficit habitacional.

Por fim, ainda colocando sob análise crítica os dados de redução do déficit habitacional é fundamental chamar a atenção para o componente de coabitação familiar. Segundo sua definição entraria no cômputo do déficit aquele domicílio com mais de uma família em que uma delas tenha intenção de se mudar. Os dados da PNAD mostram uma redução expressiva neste componente que deixou de ser o mais

verificado, passando para segundo lugar. O dado é de que ele teria reduzido em mais de 600 mil unidades, de 2,4 para 1,8 milhões de domicílios entre 2007 e 2012. O levantamento do Censo de 2010, no entanto, estimou este componente em 2,9 milhões de domicílios, enquanto a PNAD estimava uma cifra de 1,9 milhão para o ano de 2011. Uma subestimação de mais de 50% do dado da PNAD em relação ao Censo.

Diante de todos estes dados, parece-nos muito precário afirmar que esteja havendo uma redução sustentada do déficit habitacional tal como fazem os relatórios da Fundação João Pinheiro e do IPEA. Ademais, o acesso à moradia em condições de superexploração se expressa no fato de que 36% dos domicílios urbanos no Brasil não estão adequados à vivência humana, seja por carência de infraestrutura urbana, ausência de banheiro exclusivo, adensamento excessivo ou déficit habitacional. Ou seja, mais de um a cada três. O levantamento do censo de 2010 que trouxe esses dados, não contabilizou como inadequação a cobertura inadequada e a irregularização fundiária, que elevariam ainda mais estes números. Segundo os dados da PNAD de 2009, a cobertura inadequada atinge mais de 500 mil domicílios e a irregularização fundiária era o segundo fator que mais afeta os domicílios, atingindo mais de 1,9 milhão deles. Isso significa que se levados em consideração, aquele percentual certamente seria mais elevado. Mas nos parece importante efetuar esta análise por faixas de renda, para captar a real dimensão do problema. O seguinte quadro tem chamado a atenção dos analistas:

Figura 12: Composição do déficit por faixa de renda 2007-2012

	2007	2008	2009	2011	2012
Sem declaração de renda	1,7%	1,7%	1,9%	3,0%	2,4%
Até 3 salários-mínimos (s.m.)	70,7%	70,2%	71,2%	73,0%	73,6%
Entre 3 e 5 s.m.	13,1%	14,0%	13,5%	11,7%	11,6%
Entre 5 e 10 s.m.	10,4%	10,3%	9,6%	9,1%	9,4%
Acima de 10 s.m.	4,1%	3,9%	3,8%	3,2%	2,9%

Fonte: IPEA, 2013. Dados IBGE/PNAD

O quadro acima pode levar a algumas conclusões apressadas. Não se trata de que 70% das famílias com renda de 0 a 3 estejam em déficit, mas que 70% das famílias em déficit recebem de 0 a 3 sm. De qualquer forma tem servido para revelar o fracasso do Programa Minha Casa Minha Vida na produção habitacional para a baixa renda. Analisando-o, porém, é comum a conclusão de que o déficit é um problema dos mais pobres e não do conjunto da classe trabalhadora brasileira. Vejamos como essa conclusão não é tão correta como sugerem os dados acima. Para isso, elaboramos a partir dos dados do Censo, sistematizados pela FJP, a seguinte tabela:

	Domicílios sem rendimento	0-3 s. m.	3-6 s. m.	6-10 s. m.	10 ou mais s. m.
Déficit Habitacional Total	345932	4453318	958091	823621	359728
Domicílios Particulares Permanentes (DPP)	1466908	30421312	10873703	8954740	5603893
Participação da faixa de renda no total de domicílios	2,56%	53,07%	18,97%	15,62%	9,78%
Déficit relativo por renda	23,58%	14,64%	8,81%	9,20%	6,42%
Déficit Habitacional Urbano	231777	3688206	852701	769553	343291
DPP Urbano*	1259815	26126544	9338594	7690543	4812756
Déficit relativo urbano	18,40%	14,12%	9,13%	10,01%	7,13%
Inadequação domiciliar**	512916	8789862	2550025	1601173	658738
Porcentagem de domicílios urbanos inadequados	40,71%	33,64%	27,31%	20,82%	13,69%
Domicílios inadequados+déficit urbano	59,11%	47,76%	36,44%	30,83%	20,82%

*O relatório da FJP apresenta o o número de DPP de forma agregada. A desagregação é uma estimativa própria replicando a mesma porcentagem do total de DPP.

**Conceito restrito a domicílios urbanos.

Fonte: FJP, 2013. Dados Censo 2010. Elaboração Própria.

Em primeiro lugar os domicílios com renda de até 3 salários-mínimos não representam somente os mais pobres mas a maioria dos domicílios. Se somados os sem rendimento e aqueles situados entre 0-3 s.m., representam 55% do total de domicílios do país. Destes, mais de 50% apresenta alguma necessidade habitacional. Isto é,

1 a cada 2 domicílios desta faixa tem problema habitacional. Ainda em outros termos, significa dizer que total de domicílios urbanos brasileiros 27% apresentam necessidades habitacionais e percebe uma renda inferior a 3 salários-mínimos.

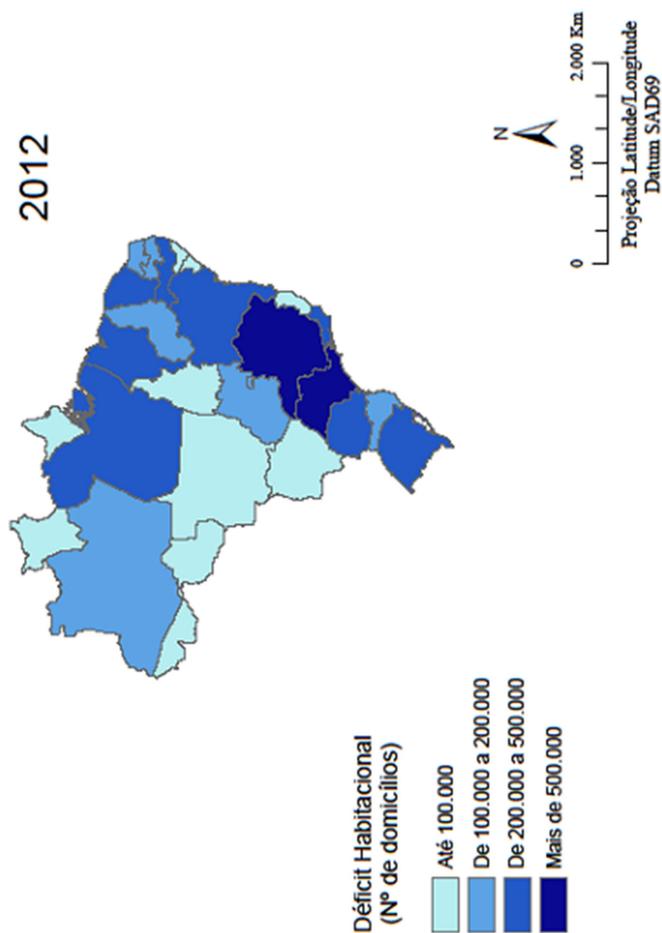
Mas não é só isso. Ainda que o conceito de déficit apresente uma redução significativa, quando analisamos desde a perspectiva de uma moradia adequada, veremos que a situação dos domicílios que recebem acima entre 3 e 10 s.m. é igualmente grave. Lembremos que nesta faixa de renda existe um universo de domicílios que percebem uma renda inferior ao salário-mínimo necessário calculado pelo DIEESE. E que o limite máximo (10 s.m.) é R\$7.880,00, portanto, não se trata necessariamente de domicílios ricos. Os dados mostram que 36,44% dos domicílios urbanos com renda entre 3 e 6 s.m. e 30,83% com renda entre 6 e 10 s.m. apresentam algum tipo de necessidade habitacional. Considerados em conjunto, significa que 1 a cada 3 domicílios apresenta algum tipo de carência. Cabe lembrar ainda que o Censo não contabilizou os componentes de “inadequação fundiária” e de “cobertura inadequada” sendo evidente que esses percentuais devem ser ainda maiores.

Salta aos olhos, portanto, que a espoliação urbana, expressada através da produção precária da moradia não atinge apenas os mais pobres, mas todo o conjunto da classe trabalhadora. E isto só é inteligível a partir do entendimento da espoliação urbana como forma concreta de expressão da superexploração da força de trabalho, categoria específica de reprodução do capital nos países dependentes que não afeta apenas pobres e marginais, mas ao conjunto da classe trabalhadora nacional.

Além disso é importante chamar a atenção para a disparidade regional no problema habitacional brasileiro. Analisando a porcentagem de domicílios adequados por região o sudeste é o que atinge maior índice (78,9%) seguido do sul (69,4%). Nas regiões centro-oeste e nordeste esse número é reduzido para quase metade dos domicílios, com 47,5% e 46,9%. Por fim na região Norte apenas 23,9% dos domicílios são adequados, isto é, 3 a cada 4 apresenta alguma necessidade habitacional, segundo o Censo de 2010.

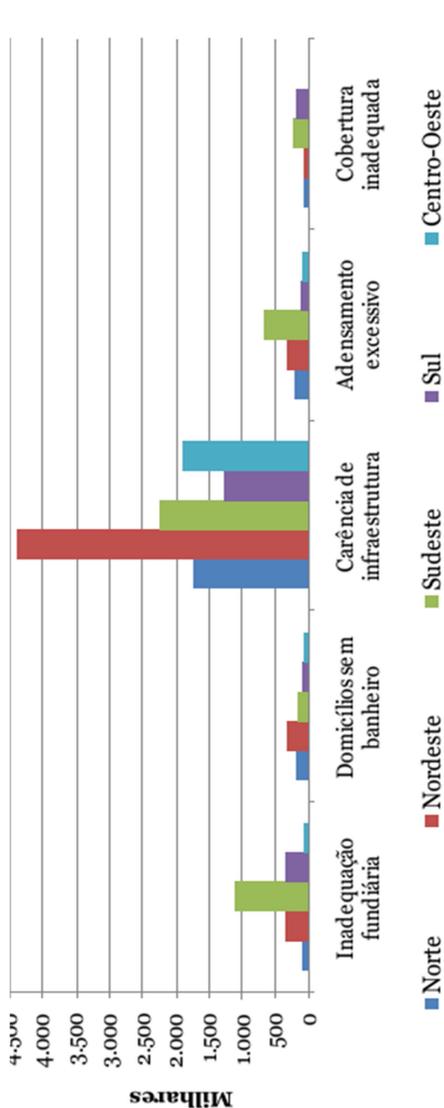
Há também uma distribuição desigual dos fatores de necessidades habitacionais que apresentam disparidades regionais gritantes. Enquanto o déficit absoluto acompanha a densidade demográfica e é mais alto nas regiões mais povoadas do país, os fatores de inadequação domiciliar apresentam um acompanhamento muito mais próximo com as desigualdades regionais de riqueza. Assim, a carência de infra-estrutura atinge mais de 40% dos domicílios do Nordeste e do Centro-Oeste e mais de 60% dos domicílios do Norte do país. Já o adensamento excessivo e a irregularização fundiária atinge mais domicílios do sudeste.

Figura 13: mapa do déficit habitacional absoluto segundo unidades da federação – Brasil - 2012



Fonte: FJP, 2014

Figura 14: Gráfico da distribuição dos componentes de inadequação domiciliar – Brasil - 2009



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2007-2009

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

(1) Apenas domicílios urbanos duráveis, ou seja, não são considerados os improvisados e os rústicos, sendo excluídos também os cômodos, por se constituírem parcela do déficit habitacional. Inclui, além dos domicílios urbanos, os rurais de extensão urbana.

Pode-se argumentar, aderindo ao discurso oficial, que ao somarmos os conceitos de déficit e de inadequação estaríamos confundindo duas situações distintas: a que necessita de produção de novas residências para ser solucionada das que exigem apenas melhorias. Nunca é demais lembrar que nosso objetivo é demonstrar como a classe trabalhadora reproduz a força de trabalho em um país dependente e como isso se expressa no “problema da moradia”. Desde essa perspectiva, vale a pena analisar a partir da concepção mais ampla de moradia digna ou adequada, ou seja, daquela necessária para que o valor da força de trabalho consiga se reproduzir nas condições histórico-morais atuais. É oportuno também colocarmos sob análise crítica o próprio conceito de “déficit” habitacional, de realizar uma operação extremamente importante no âmbito das ciências sociais. Trata-se de análise crítica dos próprios conceitos utilizados. Alberto Guerreiro Ramos, em 1958, Guerreiro Ramos, chamou-a de “redução sociológica”:

No Brasil, dizíamos, o trabalho sociológico reflete também deficiência da sociedade global, a dependência. No caso, a dependência se exprimia sob a forma de alienação, visto que habitualmente o sociólogo utilizava a produção sociológica estrangeira, de modo mecânico, servil, sem dar-se conta de seus pressupostos históricos originais, sacrificando seu senso crítico ao prestígio que lhe granjeava exibir ao público leigo o conhecimento de conceitos e técnicas importadas. “Sociologia enlatada”, “sociologia consular”, era em grande parte a que se fazia aqui. “Não se tem conseguido, no Brasil – dizíamos em 1954 na *Cartilha* – formar especialistas aptos a fazer uso sociológico da sociologia” (GUERREIRO RAMOS, 1996).

O termo “déficit habitacional” se refere à falta de moradias e se

o problema é a falta de moradias, a solução só pode ser a construção de novas unidades. Como explica a Fundação João Pinheiro: “como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento.” (IPEA, 2013).

Miguel Sastres do Sinduscon-SP em entrevista relacionada à PEC da Habitação, também deixou claro esse entendimento: “Esse é o caminho para solucionar o déficit e garantir que as empresas façam um planejamento de longo prazo para atuar nesse mercado, investindo em tecnologia para baratear custos e se programar para a produção.”³ Afirmou defendendo uma proposta de emenda à constituição que vincule recursos governamentais ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

No entanto, junto com a divulgação dos dados do “déficit,” o Censo faz o levantamento dos “domicílios vagos”. São unidades não ocupadas, prontas, construídas, mas não utilizadas como moradia. Segundo o Censo de 2010 eram seis milhões de unidades nesta situação. A própria agência de comunicação do governo divulgou este curioso fato. Segundo a Agência Brasil “Número de casas vazias supera o déficit habitacional brasileiro, indica Censo de 2010”⁴. Este resultado foi alcançado comparando o déficit habitacional obtido através da PNAD (2011 e 2012). Se a base de comparação for o déficit habitacional obtido pelo próprio censo o número de imóveis vazios (6.052.161), não chega a

³ Disponível em: <http://www.moradiadigna.org.br/moradiadigna/v1/index2.asp?p=21&id=1>. Acessado em janeiro de 2014.

⁴ Disponível em: < <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-12-11/numero-de-casas-vazias-supera-deficit-habitacional-brasileiro-indica-censo-2010>> Acessado em: agosto 2014

ultrapassar o déficit (6,9 milhões), no levantamento do Censo. A diferença é muito pequena, no entanto, e se levarmos em consideração os levantamentos anteriores realizados pela FJP através da PNAD, veremos que se pode afirmar com tranquilidade que há no país um estoque de moradias pronto e adequado para suprir o déficit habitacional:

Domicílios vagos adequados e Déficit habitacional absoluto – Brasil – 2006-2009

	2006		2007		2008		2009	
	Total	Urbano	Total	Urbano	Total	Urbano	Total	Urbano
Vagos	6.579.393	4.823.886	6.998.863	5.192.121	7.202.039	5.234.640	7.149.395	5.213.751
Déficit	6.272.645	5.179.763	5.989.064	5.003.418	5.546.310	4.629.832	5.998.909	5.089.159
Saldo	306.748	-355.877	1.009.799	188.703	1.655.729	604.808	1.150.486	124.592

Fonte FJP (2009, 2012). Dados PNAD. Elaboração própria.

O “déficit habitacional” é um problema da classe trabalhadora brasileira em luta para reproduzir a sua vida. Não faltam casas no Brasil. Em algumas cidades há inclusive um “superávit habitacional” gigantesco. Há imóveis vagos prontos para morar em quantidade suficiente para solucionar o déficit. E também não há dúvidas que o país tem capacidade produtiva suficiente, para resolver a questão rapidamente. Diante desta realidade o conceito de “déficit habitacional” não somente é equivocado como é uma mistificação, pois o que há na realidade é uma exclusão habitacional, um divórcio entre a produção e o consumo de moradia estabelecido pela transformação da moradia em mercadoria e pela superexploração da força de trabalho. É muita gente

sem casa e muita casa sem gente. E quanto mais se estimula a produção de casas, mais se produz sem-teto.

Cabe, portanto, questionar a própria razão de existência deste conceito. Seria apenas um equívoco dos estatísticos ou da burocracia governamental que deve ser aprimorado constantemente? Parece-nos que, muito além disso, o conceito de déficit habitacional serve acima de tudo como justificativa “técnica” de uma política pública que sustenta um pacto de classes entre o capital imobiliário e alguns movimentos populares reformistas. Exemplo desta ampla aliança é a campanha “Moradia Digna” que desde 2007 reúne várias entidades patronais e trabalhistas e cuja principal pauta é vincular um percentual de arrecadação tributária à habitação. A coordenação da campanha é composta pelas seguintes entidades:

Figura 15: Composição da coordenação nacional da campanha "Moradia Digna".

Coordenador	
Miguel da Silva Sastre	
Representantes	
Nome	Entidade
Abelardo Campoy Diaz	Secovi - SP
Antonio de Souza Ramalho	Sintracon - SP
Antonio José de Araújo	MNLM
Bartiria Lima da Costa	CONAN
Benedito Roberto Barbosa	CMP - Nacional
Carlos Eduardo Xavier Marun	Poder Público
Celso Luiz Petrucci	Secovi - SP
Cláudio Eliaz Conz	Anamaco
Dep.Fernando Chucre	Frente Parlamentar Mista Habitação
Dep.Paulo Teixeira	Frente Parlamentar P/Ref.Urbana
Dilson Ferreira	ABRAFATI
Donizete Fernandes	UNMP
Elcio Sigolo	SindusCon - SP
Evaniza Rodrigues	UNMP
Geraldo de Paula Eduardo	APEOP
José Carlos Martins	CBIC
Laércio Fernandes	Sintracon - SP
Lair Krähenbühl	FNSHDU
Lucy Carvalho	SindusCon-BA
Luiz Gonzaga da Silva (Gegê)	CMP
Maria Henriqueta F.Alves	CBIC
Mário William Esper	ABCP
Melvyn Fox	ABRAMAT
Miguel da Silva Sastre	SindusCon - SP
Miguel Lobato da Silva	MNLM
Nelson Nicolau Szweg	ABC
Gisela Mori	Gab.Dep.Paulo Teixeira
Wanderley Gomes da Silva	CONAM

Fonte: <<http://www.moradiadigna.org.br/moradiadigna/v1/index2.asp?p=14>>

Não é de surpreender, portanto, que em recente pesquisa, aliás muito pouco divulgada, intitulada *Minha Casa Minha Vida, Nosso Crescimento: onde fica a política habitacional*, os analistas do IPEA concluíam que o PMCMV até pode promover o crescimento, mas não está atacando o déficit (IPEA, 2013). E que, por isso mesmo, os principais defensores e reivindicantes da continuidade do PMCMV

sejam as próprias construtoras do país. O conceito de déficit habitacional contribui, assim, para justificar uma política pública que atende majoritariamente os interesses do grande capital imobiliário e que traz a reboque alguns movimentos de moradia e sindicatos trabalhistas.

Esta contradição entre a produção e a apropriação de moradias adquire dramaticidade em determinadas conjunturas, quando há aceleração do crescimento capitalista e concorrência por parte dos capitais de se apropriar de todas as formas de valorização do valor, e em determinadas cidades onde a renda da terra adquire maior importância.

2. Renda da terra e o acesso à habitação: a cidade como mercadoria de luxo.

Parte da sociedade exige da outra um tributo pelo direito de habitar a terra. Quando a sociedade atingir formação econômica superior, a propriedade privada de certos indivíduos sobre parcelas do globo terrestre parecerá tão monstruosa como a propriedade privada de um ser humano sobre outro.

Karl Marx

Figura 16: Manifestação do MTST no Secovi/SP em 18 de junho de 2014



2.1 Introdução

Em junho deste ano, no bojo de uma ofensiva política pelo direito à moradia, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) de São Paulo protestou em frente à sede da seção paulista do SECOVI. À primeira vista, este movimento aparece extremamente contraditório. Como os sem teto podem ser contra aquelas empresas que justamente podem resolver seus problemas? Afinal, não são as construtoras que têm capacidade produtiva para resolver o problema da falta ou, melhor ainda, do “déficit habitacional”? Essas questões estão longe de ser um mero recurso de retórica para justificar esta parte de estudo – mecanismo tão utilizado para manter a universidade e seus pesquisadores afastada dos reais problemas da nação. São questões da aparência da nossa realidade, da aparência, mas extremamente reais, do concreto-aparente. De tal maneira que foram e são exploradas pelos ideólogos do capital imobiliário e seus aparatos ideológicos.

O Secovi, alvo desta ação do MTST, se apresenta como “sindicato da habitação” - interessante a personificação das coisas no capitalismo, habitação agora se sindicaliza! Na verdade, o Secovi é o “Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais”, ou seja, é o sindicato daqueles que lucram com a comercialização dos produtos do espaço construído: moradia, lojas, shoppings centers, e, portanto defende os interesses destes capitais e não da “habitação” em abstrato. A manobra serve para adquirir uma boa imagem propagandística. É a velha capacidade de colocar seus interesses de classe como interesse de toda a sociedade. E é por isso que começamos este capítulo com esta aparente contradição tão

explorada pela classe e pela ideologia dominantes.

Essa operação ideológica é cotidiana e sistemática. Segundo matéria do jornal Folha de São Paulo, o presidente do Secovi afirmou que “Todas as nossas sugestões ao Plano Diretor foram públicas e transparentes. Nós procuramos **ajudar** a cidade, em 68 anos de história, a produzir habitações para toda a população. **Inclusive as moradias de interesse social.**” (grifos meus). Por isso, segundo ele, não há lógica na ação do MTST, “só pode ser político” (GERARQUE, 2014).

Como todo fenômeno, entretanto, há um interesse real por trás dessa aparente caridade do capital imobiliário. Não se trata somente de enganação. De fato, as construtoras estão de olho nesse imenso mercado que representa o “déficit habitacional”. Em 2007, o Sinduscon/SP (Sindicato da Construção Civil) lançou a campanha “Moradia para todos. Esta meta é possível”, cujo objetivo era contribuir com o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), em elaboração na época, a “erradicar o déficit habitacional.” Grande parte destas contribuições do Sinduscon foram incorporadas ao PMCMV que se tornou a principal política do governo na área de habitação (SINDUSCONSP, 2007). Há também a campanha “Moradia Digna: uma prioridade social” da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil responsável pelo PEC da Habitação, já mencionada no capítulo anterior. Essa campanha protagonizada pelo capital imobiliária recebe, inclusive, o apoio de vários movimentos sociais que lutam por moradia, formando assim uma sólida aliança de classe sob hegemonia dos interesse do capital imobiliário. (MORADIA DIGNA, 2014).

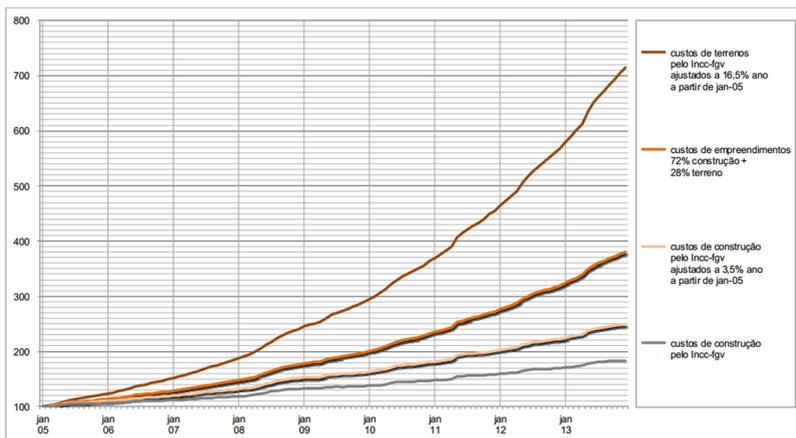
Já vimos como essas medidas têm sido ineficazes para resolver as necessidades habitacionais da nação. O capital imobiliário, no

entanto, continua “preocupado” com essa situação e já tem na “ponta da língua” a explicação para que mesmo com todos os programas governamentais, não se tenha conseguido uma dinâmica de produção capaz de tornar a moradia acessível a essa grande parte da classe trabalhadora superexplorada:

O programa [MCMV] não está conseguindo atender com preferência os que mais precisam que são os moradores das grandes cidades que estão indo hoje adensar favelas e construir nas lajes (...). Toda essa disponibilidade de crédito está indo para o preço do terreno e, com isso, é muito difícil produzir uma unidade de R\$ 50 mil, R\$ 60 mil, que é o valor total da unidade fixado para a faixa de renda mais baixa. (CORREIO DO ESTADO, 2011, apud FIX, 2011).

São inúmeras as reportagens em revistas e jornais noticiando o aumento do preço do terreno e como vem afetando a construção civil. Um professor do Grupo de Ensino e Pesquisa em *Real Estate* da Escola Politécnica da USP divulgou recentemente um trabalho analisando um possível descolamento entre os preços e os custos dos imóveis e uma “bolha imobiliária”. Neste trabalho, o professor conclui que após um período especulativo houve um retorno do preço aos custos, a partir de quando a elevação dos preços dos imóveis se deu pelo aumento do custo dos terrenos e não mais por uma bolha. (LIMA Jr., 2014).

Figura 17: Gráfico evolução dos custos dos empreendimentos imobiliários.



Fonte: (ibidem, 2014)

De fato, há muitos dados mostrando um aumento do preço da terra urbana, mas se para a economia burguesa, isto é um dado explicado pela lei natural da oferta e demanda, para nós se esconde e se expressa a principal categoria para explicar as contradições do espaço urbano: a renda da terra, base desta capacidade extraordinária de se apropriar de lucros extraordinários através da propriedade da terra (e do espaço) urbana que transformou a cidade em objeto de valorização do capital.

É por isso digno de nota que o capital imobiliário se coloque como vítima deste fenômeno. Como se sua atuação não fosse a responsável por ele. Como se não tomasse suas decisões de investimento de acordo com a capacidade de se apropriar dessas rendas. Se o problema é o preço da terra o que fazer? O que fazer contra a terra? Ou ainda, o que fazer contra os proprietários de terrenos ou imóveis

urbanos? É esse deslocamento que o capital imobiliário faz ao reificar o preço da terra.

Por isso, para entender o que está por trás de todas essas contradições e ideologias, é fundamental compreender a categoria de renda da terra, como ela se expressa no espaço urbano, como é gerada e por quem é apropriada. Ressalto a complexidade desta tarefa: sistematizar no maior grau de detalhamento possível as origens e as formas de apropriação de lucro, oriundo da aplicação do capital no espaço urbano.

2.1 A renda da terra em Marx

A renda da terra é uma categoria da economia política utilizada para explicar por que a terra agrícola tem um preço. Todos os sistemas teóricos da Economia Política sustentam-se na definição de que todo o valor é produto do trabalho humano. Se for assim, porque a terra, um produto da natureza, tem preço? Era essa pergunta que Smith e Ricardo precisavam responder. Este problema só aparece porque as relações capitalistas de produção atingiram um nível de desenvolvimento tal que já se apropriaram da produção agrícola. As relações de produção anteriores não colocavam este tipo de problema teórico. Petty e os fisiocratas percebiam claramente uma sociedade onde a apropriação de excedente ocorria estritamente através da renda da terra. Era evidente, na relação feudal, que a propriedade da terra conferia ao senhor o poder de exigir-lhe a seus vassallos o pagamento de uma renda, seja ela em trabalho ou em produtos.

Quando a renda em trabalho se converte na renda

em produtos nada se altera, sob o aspecto econômico, na essência da renda fundiária. Nas formas que estamos agora observando, essa essência consiste em ser a renda fundiária a única forma dominante e normal da mais-valia ou do trabalho excedente, ou dito de outro modo, o único trabalho excedente ou o único produto excedente que o produtor imediato, na *posse* das condições de trabalho necessárias à própria reprodução, deve fornecer ao *proprietário* da terra. (MARX, 2008, p.1050)

Nestas condições é compreensível que os observadores da época tenham identificado na terra a capacidade de produzir excedente, pois de fato esta era a forma normal sob a qual aparecia a “mais-valia” naquele modo de produção. Estas duas formas, no entanto, são sucedidas pela forma em dinheiro, isto é, a renda exigida passa a ser entregue na forma dinheiro e não mais em tempo de trabalho nas terras do senhor ou em produtos. Esse rompimento da forma com o conteúdo será a porta de entrada para as modificações no próprio conteúdo da renda. Ao permitir a separação entre o meio pelo qual se paga a renda (dinheiro) da forma como a obtém (produção), está aberta a fenda pela qual entrarão as novas relações dominantes da produção. A renda se separa espacial e temporalmente da produção. “A relação tradicional e consuetudinária entre o subordinado que possui e explora parte do solo e o proprietário da terra se converte em relação contratual puramente monetária” (ibid., p. 1055). Basta uns tostões para poder usufruir de um pedaço de terra: surge o arrendatário capitalista.

É nesse momento de transição de separação da forma e do conteúdo sem predomínio das novas relações que se encontram os Economistas Políticos. Olhavam para a produção fabril e viam

claramente a origem do valor, o trabalho, e suas formas, salários e lucros. Ao olhar para a produção agrícola, no entanto, algo aparecia errado. Como pode existir uma classe que não produz nada e ainda assim se apropria de tanto valor? De onde vem esse valor que se transforma em renda? A terra é capaz de gerar valor? Essa confusão mental se deve, em grande medida, à própria confusão real de transformação na categoria de renda da terra. Pois a renda ao se transformar em dinheiro se iguala, na forma, ao salário e ao lucro. E durante algum tempo será ela ainda quem limitará o lucro.

Quando ele [lucro] surge de fato ao lado dela [renda], configurando fração especial do trabalho excedente, a renda-dinheiro continua sendo, como o eram as formas anteriores, o limite normal desse lucro embrionário que só tem força para desenvolver-se na medida em que é possível explorar trabalho próprio e alheio que sobe após a prestação do trabalho excedente representado na renda-dinheiro. Assim, aparecendo realmente lucro ao lado dessa renda, não é o lucro que limita a renda, mas, ao contrário, é a renda que limita o lucro. (ibid., p. 1054)

No entanto, passada a transição, a transformação da renda em dinheiro permite o completo domínio do arrendatário capitalista sobre a produção agrícola que por sua vez altera substancialmente a natureza da renda, pois é o arrendatário que passa a comandar o trabalho e se apropriar do excedente: “o lucro, e não mais a renda, é a forma normal da mais-valia. E a renda agora só é forma autônoma em certas circunstâncias especiais, mas não da mais-valia em geral e sim de determinada ramificação dela, o lucro suplementar.” (ibid., p.1056).

Por isso, ao expor a sua teoria da renda da terra, Marx deixa claro desde o início sua suposição da dominação do modo capitalista de

produção na atividade fabril e na agricultura, “implica que ele domina todas as esferas da produção e da sociedade burguesa, e que, portanto existem em toda a plenitude as condições do sistema”. Quer com isso dizer que tratará a renda nos termos expostos acima: como ramificação da mais valia como lucro suplementar, isto é, acima da taxa média de lucro o que só cognoscível se a lei do valor for corretamente compreendida. Por isso, a renda da terra só é compreensível a partir da revolução teórica realizada por Marx com sua lei do valor.

Este resgaste histórico da categoria de renda da terra é fundamental para enfatizar sua capacidade de transmutação. A natureza da renda da terra se modifica de acordo com as formas de reprodução do sistema existente. Esta noção histórica é fundamental para interpretarmos a renda da terra no espaço urbano e dentro dos marcos do capitalismo contemporâneo, monopolista e financeiro. A renda da terra adquirirá contornos específicos, que as investigações têm de dar conta de revelar, e coloca problemas novos aos que pretendem transformar essa realidade.

Todas as transformações na substância da renda ao longo desta história reforçaram a propriedade privada da terra, apesar da figura do arrendatário capitalista aparecer como prócer da liberdade quando comparado à figura do senhor feudal.

A formulação teórica de Marx, em vez de reificar o valor, como fazem os economistas políticos, define valor como a relação de produção que confere às mercadorias a capacidade de serem trocadas umas pelas outras. Por isso, o valor só existe sob determinadas condições, sob as relações capitalistas de produção. É isso que transforma um valor de uso qualquer em uma mercadoria. Este valor da

mercadoria pode ser medido pelas horas de trabalho socialmente necessárias para reproduzi-la. Esta é a medida do valor e não o valor. É a medida social daquela mercadoria.

Embora esta seja a essência do modo de produção capitalista, não é assim que ele se apresenta. Isso significa dizer que valor (essência social) não é igual à valor de troca, ao preço (aparência), e ambos só raramente coincidem:

Vimos que não há identidade entre o preço de produção e o valor de uma mercadoria, embora os preços de produção das mercadorias, consideradas em sua totalidade, seja regulados pelo valor global delas, e embora o movimento dos preços de produção das diferentes espécies de mercadorias, invariáveis todas as demais circunstâncias, seja determinado pelos seus valores. Mostramos que o preço de produção de uma mercadoria pode estar acima ou abaixo de seu valor, só excepcionalmente com ele coincidindo. A venda dos produtos agrícolas acima do preço de produção não demonstra que são vendidos acima do valor, do mesmo modo que a venda em média dos produtos industriais ao preço de produção não demonstra que são vendidos pelo seu valor. (ibidem, p. 1006)

Significa, portanto, que é necessário investigar como o valor se transforma em preço e a mais-valia em lucro. Após realizar esta etapa é que se pode situar corretamente a renda da terra. É por isso que a renda da terra aparece apenas no final de *O Capital*. Neste momento de sua exposição, a mais-valia já se transformou em lucro, e a taxa de mais-valia em taxa de lucro; o lucro já se transformou em lucro médio e os valores se converteram em preço de produção. Ou seja, já passamos por diversas mediações teóricas e estamos num nível baixo de abstração. Mais próximo das múltiplas determinações que da síntese. E para tanto é fundamental reconhecer a advertência de Reinaldo Carcanholo de ao

lado do rigor teórico ter criatividade na utilização da teoria marxista da renda para compreender as transformações da realidade sem romper com a teoria. Renovando-a quando necessário. Transformando-a assim em teoria viva e, portanto, revolucionária.

Obviamente que, em todos os casos, a utilização da categoria de renda da terra exige, além de uma compreensão aprofundada da teoria, um grau elevado de criatividade metodológica capaz de superar as dificuldades impostas pelas especificações das situações concretas. Sem isso, essa teoria perde completamente sua eficácia (CARCANHOLO, 2013, p. 159).

A renda da terra é um lucro suplementar. Não entra na nivelção das taxas de lucro nem na nivelção dos preços, porque esta nivelção já está dada pela terra menos produtiva incorporada à produção. A renda é resultado de uma apropriação maior de mais valia naquela e através daquela atividade onde ela é cobrada. Parte dela pode ser produzida pelo próprio capital, mas parte dela é apropriada fora deste capital, embora no mesmo setor; e também é possível que parte seja apropriada em outros setores. E tudo isso só é possível porque as mercadorias não são trocadas pelos seus valores, mas sim pelos seus preços de mercado. O preço de mercado é aquele pelo qual a mercadoria é efetivamente vendida. Ele se relaciona com o preço de produção que é definido pelo capitalista através da soma do preço de custo com a taxa média de lucro daquele setor. O preço de custo de uma mercadoria é definido somente pelo capital adiantado pelo capitalista para produzir aquela mercadoria. E o valor da mercadoria é o preço de custo somado à mais-valia incorporada àquela mercadoria. (ibid., passim.)

A renda da terra, ou ainda, o lucro suplementar surge da

capacidade que o capitalista tem de vender suas mercadorias com uma diferença maior entre o preço de mercado e o preço de custo do que seus concorrentes. Isso ocorre quando tem acesso a condições de produção que colocam o preço de sua mercadoria por debaixo do preço regulador daquele setor de produção (as rendas diferenciais) ou quando tem capacidade de forçar o preço de mercado para acima devido ao monopólio de determinada condição da produção (renda absoluta ou de monopólio).

O monopólio faz com que ele obtenha a capacidade extrair do processo de circulação uma quantidade de valor maior do que ele entregou. Se essa capacidade extraordinária é de sua propriedade, esse valor adicional retirado da circulação é apropriado pelo próprio capitalista na forma de lucro extraordinário. Porém se é propriedade alheia, provavelmente ele terá que repassar toda ou parte deste valor adicional como pagamento pela utilização dessa excepcionalidade. Dessa forma, a renda da terra adquire dimensão explicativa com toda sua complexidade, sem ser necessário mutilar ou abandonar a lei do valor.

Na época em que Marx escreve *O Capital*, predominava a fase inicial do capitalismo. Um capitalismo concorrencial em que a acumulação através do espaço urbano tinha pequena importância para a acumulação geral do capital. A necessidade de explicar a renda da terra surgia da necessidade de explicar “as relações específicas de produção e de circulação, oriundas do capital na agricultura. Sem isso seria incompleta a análise do capital.” (ibid, p. XX) Era este o problema teórico que se colocava.

Diante dele Marx desenvolve quatro categorias de renda: três

delas oriundas da relação do capital com a terra rural e apenas uma com os “terrenos para construção”. Esta relação se baseava na necessidade do capital de acessar a propriedade da terra para produzir as mercadorias agrícolas. É, portanto, uma articulação muito bem definida no processo de produção. Marx verifica a existência de duas rendas baseadas nos diferenciais de produtividade da terra (Renda Diferencial 1 e Renda Diferencial 2) e outras duas derivadas exclusivamente da relação de propriedade da terra (Renda Absoluta e Renda de Monopólio). A necessidade destas diferenciações advém da necessidade de clarificar o movimento específico de geração e de apropriação destes lucros suplementares. Pois cada uma delas tem uma dinâmica específica.

A renda diferencial de tipo 1 (RD1) identificada por Marx advém de condições extraordinárias de fertilidade ou de localização do terreno proporcionando com a mesma quantidade de capital investido uma quantidade maior de unidades de mercadoria. Como os preços de mercado não são definidos pelo capitalista individual do setor, mas sim pela nivelção do preço regulador do setor e - especificamente no caso da agricultura, dada a escassez de terra gerada pela propriedade privada, a nivelção se dá pelo capital menos produtivo - o capital com acesso a estas condições extraordinárias de produção leva ao mercado mercadorias com menor valor aumentando assim sua diferença entre o preço de mercado o valor daquela mercadoria. Esse lucro suplementar, no entanto, já está definido como custo pela exigência de pagamento por parte do proprietário da terra. Aparece ao capitalista na verdade como um custo pela condição excepcional que usufrui.

Desde aqui já é possível observar o caráter de disputa que envolve a apropriação da renda da terra. Após ser obtida pelo capitalista

na produção e circulação das mercadorias ela deve ser repassada por este ao proprietário. Ao estar sobre o comando de todo o processo o capitalista tentará apropriar o máximo que puder desta fatia.

A outra renda identificada por Marx é aquela originada de condições excepcionais de produtividade causadas pela intensidade de capital aplicado sobre a terra (RD2). Aqui o mecanismo é muito semelhante ao mecanismo geral de apropriação de lucros extraordinários por parte do capitalista industrial que utiliza uma maior composição orgânica do capital que o resto dos capitais em seu setor. Essa diferença de composição orgânica permite que produza mercadorias com menor valor que seus concorrentes. A diferença com o lucro extraordinário industrial é que no setor industrial o preço de mercado é definido pela nivelção dos preços, pela média. Na agricultura é diferente, o preço de mercado é definido pelo capital com menor composição orgânica.

Na explicação destas duas formas de renda, supunha-se que os piores terrenos não gerariam nenhum lucro suplementar, por serem eles que definem o preço regulador na qual irão se basear os outros capitais com renda diferencial. Porém essa suposição não deve resistir, pois é evidentemente uma exceção ao “modo normal da produção capitalista” a terra ser cedida pelo seu proprietário sem nenhuma remuneração em troca. É necessário explicar teoricamente, dentro do “funcionamento normal do modo de capitalista de produção” como mesmo os piores terrenos pagam uma renda. Para Marx, a definição do preço regulador de mercado na produção agrícola não é igual ao preço de produção do capital regulador (pior terreno), mas sim este preço acrescido de uma renda:

Se o terreno A, o pior, não puder ser cultivado –

embora esse cultivo proporcione o preço de produção – enquanto não produzir um excedente sobre esse preço de produção, uma renda, então a propriedade fundiária passa a ser a causa geradora dessa elevação de preço. *E a propriedade mesma gera renda.* (...) A razão é que o terreno A não pode ser cultivado enquanto o preço regulador de mercado não tiver subido bastante para permitir ao terreno A obtenção de renda, e só esse fato faz que o preço de mercado se eleve até ao nível em que paga o preço de produção dos últimos investimentos adicionais nos velhos arrendamentos, mas sendo esse preço de produção tal que ao mesmo tempo proporciona renda ao terreno A. (ibidem, p. 1003).

No entanto, para que isto ocorra, para que “os produtos agrícolas se vendam acima do preço de produção e abaixo do valor”, a composição do capital na agricultura deve ser inferior à do capital social médio: “Só admitida esta condição pode existir a forma de renda fundiária que estamos considerando e por isso basta, para analisá-la, estabelecer essa suposição. Se eliminamos esse pressuposto desaparece também a forma de renda que lhe corresponde.” (ibidem, p. 1008).

A esta forma de renda derivada diretamente da propriedade da terra e que se estabelece na diferença entre o valor e o preço de produção nos piores terrenos, chamamos renda absoluta. Sobre os limites desta forma de renda, Marx explica que sua determinação se dá de acordo com as necessidades sociais de novas terras cultivadas:

Abranger a renda a diferença toda entre o valor e o preço de produção ou fração maior ou menor dessa diferença dependerá por completo da relação entre a oferta e a procura e da extensão de novas terras cultivadas. Quando a renda não absorve o excedente todo do valor dos produtos agrícolas sobre o preço de produção deles, parte desse excedente entrará no nivelamento geral e na repartição proporcional da

mais-valia toda entre os capitais existentes individualmente considerados. (ibidem, p. 1010)

A diferença entre a renda absoluta e a segunda forma de renda derivada diretamente da existência de propriedade, a renda de monopólio, se estabelece justamente em que a primeira tem um limite muito claro estabelecido pelas próprias leis de produção do valor. Na renda de monopólio aquela suposição estabelecida por Marx é rompida e as determinações passam a se encontrar exclusivamente na circulação, isto é, na oferta e demanda. No entanto, essas duas formas de renda tem gerado muita confusão e polêmica. Dada a importância que esta forma de renda adquire no espaço urbano e as conclusões a que se pode chegar (negação da lei do valor) não podemos deixar de nos posicionar frente a este debate.

Parte da confusão estabelecida se deve ao caráter inacabado da obra de Marx. Só assim pode-se entender que mesmo um teórico tão rigoroso no manejo das palavras e dos conceitos tinha utilizado o termo “preço de monopólio” para àqueles definidos pela renda absoluta:

Seja a renda absoluta igual à totalidade ou à fração desse excedente, os produtos agrícolas, contudo vender-se-ão sempre a preço de monopólio, não por estar o preço acima do valor, e sim por ser igual ao valor, ou estar abaixo do valor, mas acima do preço de produção. **O monopólio deles consiste nisto: não serem nivelados ao preço de produção como acontece com outros produtos industriais cujo valor ultrapassa o preço geral de produção** (ibidem, p. 1010).

Embora utilize o termo “monopólio”, Marx precisa muito bem em que consiste este preço de monopólio resultante da existência da renda absoluta. É muito distinto do que ele definirá como monopólio

mais adiante. Aqui temos uma determinação dada a nível social (a necessidade de incorporar novas terras) que influencia e condiciona a produção. Acima de tudo, tem um limite muito bem determinado, o valor da produção.

A renda e o preço de monopólio são distintos. Marx trata deles justamente no capítulo em que trata da “renda dos terrenos para construções”. É o mais próximo que chega ao que hoje chamamos de renda urbana. E isto porque são estes terrenos que se caracterizam “pelo predomínio do preço de monopólio em muitos casos”. E, como sempre, Marx é preciso no que entende por preço de monopólio:

Entendemos por preço de monopólio o determinado apenas pelo desejo e pela capacidade de pagamento dos compradores, sem depender do preço geral de produção ou do valor dos produtos. (ibidem, p. 1027)

Está claro, portanto o que é o preço de monopólio para Marx e como a utilização deste termo para definir o preço influenciado pela renda absoluta foi uma analogia. Não por acaso ele fez questão de diferenciar naquele momento em que “consistia” aquele preço de monopólio.

Diante da complexidade de relações que concorrem para determinação do preço da terra urbana, muitos autores, inclusive alguns marxistas, não resistiram à tentação da aparência e acabaram por reduzir o preço da terra urbana ao preço de monopólio. O raciocínio é singelo: dado que a terra urbana é escassa – e raramente se explicita as origens sociais desta escassez -, seu preço é definido por um mercado monopolizado de forte restrição de oferta, isto é, onde a oferta é

inelástica. O preço é definido, então, pela concorrência dos consumidores em pagar por um bem escasso. A teoria marxista da renda da terra é reduzida a teoria neoclássica da soberania do consumidor. O recurso à linguagem neoclássica não é insuspeito e aparece, ainda mais, na utilização de gráficos de oferta e demanda a fim de dar caráter científico a algo meramente descritivo. É sempre mais confortável admitir a falta de vínculo entre os preços e a lei do valor, por razões quaisquer, em vez de enfrentar a dificuldade de encarar a realidade como totalidade, isto é, como unidade entre aparência e essência.

Há, no entanto debates mais profundos sobre a renda absoluta e de monopólio. Para Samuel Jaramillo, por exemplo, a suposição de que na agricultura existe uma composição social inferior à média “no parece constatar-se empiricamente. El grado de avance técnico de la agricultura entre los distintos países varía mucho.” Este argumento – entre outros de nível mais teórico que, ainda que considerados corretos, não alteram nossa conclusão sobre o assunto – leva o autor a seguinte conclusão:

La conclusión lógica es la siguiente: desaparecida la referencia a las relaciones cuantitativas entre el precio de los bienes agrícolas y su valor individual, desaparece también la distinción entre las dos rentas, y se tendría que aceptar que la Renta Absoluta no se distingue de lo que Marx denomina Renta de Monopolio generalizada. (JARAMILLO, 2010. P. 46)

Acreditamos que todas as críticas teóricas feitas por Jaramillo à renda absoluta não apresentam nenhuma novidade. Marx tinha consciência de todas elas e mesmo assim se dedicou a escrever sobre a possibilidade de existência de uma renda absoluta. Marx também sabia que a suposição de inferior composição do capital orgânico aplicado na

agricultura teria que ser verificado na prática. “Para nosso propósito não é mister entrar em pormenores de uma questão que só a estatística pode decidir”, afirma ele. E para não deixar dúvidas da fragilidade da crítica de Jaramillo:

Se a composição média do capital agrícola fosse igual ou superior à do capital social médio, desapareceria a renda absoluta, no sentido considerado, isto é, diversa da renda diferencial e ainda da oriunda do preço de monopólio propriamente dito. (MARX, op. cit., p. 1013)

Como se vê, as correções teóricas propostas por Jaramillo em relação à renda absoluta já eram consideradas pelo próprio Marx. Excluir a forma absoluta da renda igualando-a a renda de monopólio, portanto, não representa nenhuma correção à teoria marxista da renda, mas sim seu empobrecimento. Afirmo isso me baseando numa determinada posição metodológica que a teoria da renda ocupa dentro da teoria marxista. Como já afirmamos anteriormente, estamos mais próximos das múltiplas determinações que da síntese e por isso qualquer eliminação categorial deve ser muito bem fundamentada sob o risco de diminuir as ferramentas de análise. A existência deste ou daquele determinado tipo de renda depende muito mais das condições sociais concretas. A sua não correspondência com o real em determinado tempo histórico ou espaço geográfico não implica em erro teórico. Neste nível de abstração as generalizações são sempre muito perigosas. É necessário ter o máximo de possibilidades de análises possíveis diante da real dificuldade que é explicar a atual capacidade existente de se apropriar de trabalho social através da propriedade da terra. A tendência a explicar

toda essa capacidade como renda de monopólio é uma saída tentadoramente fácil, mas que por outro lado representa negar a capacidade explicativa da teoria do valor sobre a produção capitalista do espaço.

Marx apresenta ainda contribuições decisivas sobre a aplicação do capital na propriedade urbana. Segundo ele, a renda se caracteriza, neste caso, pela “influência decisiva da localização”; “por evidenciar a passividade total do proprietário” e “pelo predomínio do preço de monopólio em muitos casos”. Além disso, de maneira geral, concorrem para “elevar a renda fundiária relativa a construções o aumento da população, a necessidade crescente de habitações daí resultante e o desenvolvimento do capital fixo, que se incorpora à terra ou nela lança raízes ou sobre ela repousa, como todos os edifícios industriais, ferrovias, armazéns, estabelecimentos fabris, docas etc.” (ibidem, p. 1026).

Todas as determinações e formas da renda da terra descritas até aqui são fundamentais para a existência e força da classe social que delas se apropria sem nada produzir: os proprietários de terra. Essa dimensão social e política da categoria renda da terra importam para o entendimento em sua totalidade e para debater suas transformações. Marx faz questão de enfatizar que renda é somente a parte do lucro suplementar paga pela utilização da terra.

Noutra obra já chamei o capital incorporado à terra de capital-terra. Situa-se na categoria de capital fixo. O juro pelo capital empregado na terra e pelas melhorias que ela assim adquire como instrumento de produção pode integrar a renda que o arrendatário paga ao proprietário, mas que não faz parte da renda fundiária propriamente dita, paga por

utilizar-se a terra como tal, seja ela virgem ou cultivada. Num estudo sistemático da propriedade fundiária, o que está fora de nossos planos, essa parte da receita do proprietário deveria ser objeto de tratamento pormenorizado. (ibidem, p. 828)

Essa diferenciação é fundamental quando tratamos da terra urbana, pois como o próprio adjetivo diz, a urbanização da terra pressupõe uma grande quantidade de capital fixo incorporado àquela propriedade específica e o acesso a todo o capital fixo de uma determinada cidade.

Aí – diz Marx – não é possível reduzir o aluguel, que representa juro e amortização do capital empregado na construção, à renda correspondente apenas ao terreno (...) sobretudo quando o proprietário da terra e o especulador em construção são pessoas diferentes, como na Inglaterra. (ibidem, p. 1026)

Significa compreender também que muitas vezes se toma como renda, juros de capital fixo adicionado às localizações urbanas. A propriedade urbana é mais do que o acesso à determinada quantidade de metro quadrado. É o acesso uma imensa variedade de valores de uso, de capitais incorporados ao espaço. Muitos destes valores de uso são usufruídos aparentemente de graça por aqueles que conseguem acesso. Na verdade, o juro desse capital está incorporado ao preço da terra com acesso a ele. Assim, grande parte do aluguel não é renda, nem juro de capital fixo daquele imóvel, mas sim juro de capital fixo incorporado ao entorno do imóvel, e que só é acessível àqueles com uma propriedade próxima ou com grande facilidade de acesso.

2.2 As rendas urbanas

A renda da terra urbana apresenta uma complexidade muito maior, portanto. Mas não foi Marx quem realizou um estudo sistemático sobre ela, embora tenha deixado as indicações decisivas já anotadas. O colombiano Samuel Jaramillo consegue estabelecer com clareza as rendas urbanas ao separar em articulações primárias e articulações secundárias da terra. Mediação teórica fundamental, pois grande parte do preço da terra urbana, e de sua capacidade especulativa, se origina deste segundo momento não sistematizado por Marx, ainda que já indicado por ele:

Cabe aí considerar dois aspectos: a exploração da terra com o fim de reprodução ou de extração, e o espaço, elemento necessário a toda produção e a toda atividade humana. E a propriedade fundiária cobra seu tributo nos dois domínios. A procura de terrenos para construir aumenta o valor do solo na função de espaço e de base, e ao mesmo tempo faz crescer a procura de elementos da terra que servem de material de construção. (ibidem, p. 1026)

Para Jaramillo, a terra urbana apresenta uma “articulação complexa” que pode ser separada em “articulação primária” e “articulação secundária”, sistematizando, assim, esses dois aspectos indicados por Marx. Na base da existência social da terra urbana está sua capacidade de proporcionar espaço urbano “lugar físico para desarrollar actividades articuladas espacialmente en una manera peculiar que denominamos urbana”. A terra, portanto, é o suporte físico desta “imbricación estructurada de actividades”.

Ahora bien, si la tierra urbana tiene la capacidad de generar espacio, debemos distinguir rigurosamente que ella no es en sí misma tal espacio: los hombres, para poder desarrollar las actividades que conocemos como urbanas, deben adaptar esta tierra en un proceso que les exige gasto de energía humana y de otros recursos; en otras palabras, deben edificar la tierra. El suelo proporciona entonces el soporte para la creación de algo, *el espacio construido*, que es el que finalmente se consume como receptáculo de las actividades urbanas. El proceso de adecuación de la tierra urbana es en sí mismo una actividad productiva: se trata de la movilización de trabajo y de instrumentos y materias para manipular el medio y transformarlo, de tal manera que pueda ser utilizado y consumido: en tal sentido el espacio construido debe ser considerado como un bien, como el producto de este proceso productivo, y debe diferenciarse del suelo urbano como tal, que es apenas su soporte. (JARAMILLO, op. cit., p. 95)

Esta demarcação aparentemente singela é fundamental para o desenvolvimento de uma série de novas formas da renda da terra. A “articulação primária” da terra urbana é a sua relação com o processo de produção do “espaço construído”. Esse processo capitalista de produção é comumente conhecido como “indústria da construção civil”. Mas há também uma articulação secundária da terra urbana com as atividades de consumo – produtivo e improdutivo – do espaço urbano. Essa articulação secundária é mediada pelo espaço construído. A esse processo Jaramillo chama de “articulação complexa da terra urbana”.

En lo que se refiere a nuestro análisis, esto quiere decir que en el caso de la tierra urbana no solo se requiere el examen de las condiciones de acumulación en el proceso productivo de la construcción (...) sino que es necesario emprender

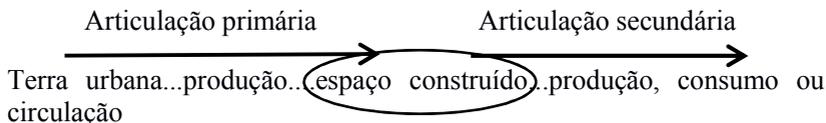
una reflexión adicional que no aparece en el caso analizado por Marx: el de las condiciones de las actividades a las cuales se liga el producto en su momento de consumo; en nuestros términos, los usos a los cuales se destina el espacio construido. (ibidem, p.96)

Antes de discorrer sobre os diversos tipos de usos e sua capacidade gerar rendas secundárias, é importante anotar outra diferenciação muito bem realizada por este autor. Diferentemente da produção agrícola, a produção na terra urbana, a produção de espaço construído – ou simplesmente espaço urbano, já que todo espaço urbano é construído - não circula, é imóvel. Seu consumo é realizado no próprio terreno. “Las posibilidades de utilización del producto están condicionadas por la forma particular de inserción del terreno en la imbricación espacial de todos los otros valores de uso en la ciudad.” (ibidem, p.95). Desta maneira, na medida em que o consumo do espaço construído é realizado de maneira mercantil, por consequência, irá reforçar o caráter privado da propriedade da terra. A apropriação privada do produto ligado à terra (uma casa ou um comércio, por exemplo) pressiona pelo caráter privada da própria terra e inclusive de todo o espaço construído ao seu redor. Isto explica porque muitos empreendimentos imobiliários encaram como investimentos as “compensações urbanas” geralmente destinadas a recuperar áreas degradadas próximas ao empreendimento. Essas compensações irão refletir sobre o preço do empreendimento, pois contribuem para alterar as formas de consumo de seu produto possibilitando a elevação de rendas secundárias.

Esquemáticamente podemos sintetizar o aporte de Jaramillo da

seguinte maneira:

Articulação complexa da terra urbana:



A articulação complexa da terra urbana encontra correspondência na renda fundiária. Neste nível falamos de imbricação de diferentes rendas fundiárias. Em primeiro lugar, as rendas geradas a partir da articulação primária da terra urbana, da produção do espaço construído; e, em segundo lugar, as rendas geradas da articulação secundária, das pautas de uso do espaço construído. O proprietário de uma fração do espaço urbano é o proprietário da imbricação das diferentes rendas geradas nesta articulação complexa. “A propriedade fundiária cobra seu tributo nos dois domínios”, relembra-nos Marx.

Essa diferenciação é fundamental, pois a articulação secundária, ou seja, as pautas de uso do espaço construído tem sido a principal forma de captação da renda. Esse movimento incide sobre a articulação primária, vez que a diferenciação entre construtora e incorporadora está exatamente nisto: a primeira apenas constrói, a segunda planeja o que irá construir para obter o maior rendimento possível, isto é, a maior quantidade de lucros suplementares, de rendas urbanas. A fusão das duas – grandes incorporadoras de porte nacional e com acesso a financiamento via mercado de capitais e construtoras com conhecimento do texto urbano e dos recursos locais – permite grandes estratégias de

intervenção urbana e a produção de novas localizações com a finalidade de extrair lucros suplementares.

A partir desta diferenciação Jaramillo discorre sobre as diferentes formas da renda do solo urbano. As rendas urbanas primárias são aquelas geradas no processo de produção do espaço construído. As Rendas Primárias Diferenciais 1 e 2 (RPD1 e RPD2) são semelhantes às descritas por Marx e já apresentadas neste capítulo. Importante notar que, no caso urbano, a RPD2 é o dispositivo mercantil que relaciona o custo de produção das técnicas em altura e o preço de venda espaço construído:

La producción en altura permite multiplicar la cantidad de espacio construido que se puede vender en un lugar específico, lo que es un factor que amplifica la sobreganancia, pero implica también costos mayores, lo que impacta la sobreganancia en el sentido inverso. La confrontación entre estos dos términos marca la clave de la decisión económica de los promotores: si el precio de venta no es lo suficientemente elevado para compensar los costos proporcionalmente mayores de construir en altura, se produce en baja densidad. Si, por el contrario, este precio es lo suficientemente alto para absorber este costo mayor, se utiliza la técnica más intensiva. Pero, eventualmente, el uso de la técnica en altura hace aumentar la sobreganancia más que proporcionalmente, y el precio del suelo sufre un impacto adicional al alza. De esta manera, la relación entre costos de producción y precios de venta del espacio construido determina simultáneamente la densidad de construcción utilizada y el precio del suelo. (JARAMILLO, op. cit., p. 137)

Além destas duas formas, o autor apresenta ainda a Renda Absoluta Urbana, na verdade, uma “renda de monopólio generalizada” conforme já exposto, já que o autor não diferencia teoricamente a renda

absoluta de renda de monopólio.

O principal aporte de Jaramillo, em nossa opinião, ocorre na sistematização das rendas secundárias. Trata-se da Renda Diferencial de Comércio (RDC), da Renda de Monopólio de Segregação (RMS); a Renda Diferencial de Vivenda (RDV) e a Renda Diferencial e/ou de Monopólio Industrial (RDMI). Os próprios conceitos formulados já permitem imaginar a qual espaço construído está vinculado e a origem da mais-valia.

Mas vejamos primeiro as 3 formas de rendas secundárias diferenciais. A Renda Diferencial de Vivenda é aquela surgida das diferentes articulações que uma moradia pode obter com os valores de uso da cidade. Ocorre que a moradia, como vimos, é um bem essencial para a reprodução da força de trabalho. O consumo de uma moradia não deve ser entendido somente como um lugar para se alojar, mas também, com a utilização de uma série de valores de uso fundamentais para a reprodução da força de trabalho. É evidente, que nem todas as habitações estão entrelaçadas de maneira idêntica com os valores de uso, e é destas diferenças que surgem as rendas diferenciais de vivenda:

La magnitud con la que el precio de vivienda contribuye al salario incluirá no solo el valor condensado en la construcción misma, sino una magnitud adicional que corresponde al gasto en que la generalidad de los obreros debe incurrir para enlazar su vivienda con los valores de uso urbano complementarios. (ibidem, p. 168).

Não há dúvida de que entre esses valores de uso complementares se localiza principalmente o acesso ao trabalho, ou os custos e o tempo do deslocamento até o trabalho. Mas encontram-se outros valores de uso, também, como parques, posto de saúde,

proximidade ao comércio, todos eles muito presentes nas peças de propaganda das construtoras e imobiliárias. A origem desta renda é o fundo de consumo dos trabalhadores, o salário, e é importante verificar os impactos que a renda diferencial de vivenda tem na diminuição do salário real, como ela viola o fundo de consumo dos trabalhadores, isto é, como ela representa um “ônus excessivo com aluguel” para utilizar um componente do déficit habitacional. Analisaremos essa contradição com mais detalhes no próximo capítulo.

Para um comerciante, ou um profissional liberal, uma das decisões mais importante é a localização em que irá se estabelecer. É o chamado “ponto”, tão presente nos anúncios de jornais. O preço de um “ponto”, não está apenas relacionado com a estrutura física da edificação. Não é isso de fato o que está a venda, mas sim a sua articulação com todo espaço urbano. É na capacidade de um determinado “ponto” oferecer um lucro suplementar em relação a outro que se origina essa renda. A origem deste lucro suplementar é a maior rotação do capital obtida, isto é, o aumento de vendas derivado da localização do comércio.

Raciocínio semelhante deve ser realizado para analisar a possibilidade da existência de uma renda diferencial da indústria. Diante da grande quantidade de espaço consumido ela não deve disputar as rendas presentes no espaço interno da cidade. Tende a se localizar fora do espaço intra-urbano, em lugares onde a renda, e portanto o preço da terra ou do aluguel seja mais barato. No entanto há uma renda diferencial de caráter regional que afeta diretamente a indústria e sob a qual muitas delas baseiam suas decisões de localização: acesso a mão de obra especializada, a grandes vias de transporte, portos e aeroportos. As

diferenças no acesso a estas necessidades geram um diferencial a ser cobrado como renda. Todavia, essas rendas tendem a ser eliminadas por um monopólio de terrenos adquiridos pelo poder público e definido como um espaço das indústrias. Isso se deve à ideologia de que a indústria gera crescimento para a cidade.

Há ainda um segundo grupo de rendas secundárias muito importantes para o entendimento da produção do espaço urbano. São as rendas de monopólio. Para entender, de maneira profunda a capacidade de se apropriar de rendas de monopólio através do espaço urbano Jaramillo lança mão da semiologia e propõe uma semiologia do espaço.

La ciudad es, a pesar de toda su complejidad, un objeto. Tiene una dimensión práctico-sensible. Y este objeto es utilizado simultáneamente por muchos individuos que tienen algunas características similares y otras diferentes (...) y esta interacción es algo definido socialmente, no una escogencia *ad hoc*, independiente de cada individuo. (...) Las prácticas espaciales en la ciudad requieren, entonces, un elemento externo a sus protagonistas, una referencia colectiva que no puede ser reducida a una relación interpersonal. (idem, p. 114-115).

O espaço urbano aparece assim como um grande texto, o texto urbano, com seus signos formando uma linguagem urbana, estabelecendo a relação entre os significantes (espaço construído) e seus significados (as atividades urbanas). Para não me estender muito nas possibilidades que se abrem a partir desta perspectiva, devo assinalar desde logo que uma importante forma de se apropriar de lucros suplementares se origina dos significados urbanos apropriados através do monopólio de seu respectivo significante. Podemos assim, falar certamente numa renda de monopólio de segregação, quando uma

determinada parcela da sociedade está disposta a pagar “una suerte de impuesto privado” para habitar em um local que explicita sua origem social.

O mesmo ocorre com o comércio e serviços. Parte dos produtos são vendidos acima do seu valor simplesmente por estar sendo vendido naquela localização. Estabelece assim o local de compra dos pobres e dos ricos. O enraizamento deste comportamento social ficou explícito quando surgiram os “rolézinhos” da periferias nos shoppings de São Paulo, no ano de 2013. Aqui também se radica o movimento de auto-segregação das elites urbanas que contribuem para elevar os lucros do capital imobiliário.

Por fim, ainda que não tratado pelo autor, queremos adicionar uma pauta coletiva, um significante com grande capacidade geradora de rendas e de extrema importância na cidade de Florianópolis e outras cidades litorâneas. Tratamos de pensar uma Renda de Monopólio de Paisagem, onde as convenções sociais estabelecem qual paisagem (praia, parque, área de preservação, patrimônios históricos, etc.) deve ser valorizada e permite a cobrança de uma “suerte de impuesto” sobre aqueles que querem acessá-la.

Obviamente que esta possibilidade colocará em disputas os “falantes”, que não são indivíduos independentes e iguais entre si. As frações do capital imobiliário tentarão a todo custo produzir espaços onde seja possível captar rendas de monopólio. Trata-se da substantivação do valor de troca do espaço urbano, base da gigantesca segregação sócio espacial das cidades capitalistas. E isto se deve ao fato de que a magnitude total de renda suportada por uma determinada propriedade urbana é sempre a imbricação de diversas rendas primárias

e secundárias. Segundo Jaramillo, as rendas primárias apresentam uma articulação aditiva, isto é, se o terreno apresentar características geradoras de RPD1 e RPD2 elas irão se somar a já existente renda absoluta, na definição do preço daquele terreno. Ademais, sobre estas se somará ainda a renda secundária derivada da definição de uso daquele espaço construído. Entre as diversas rendas secundárias existentes, no entanto a articulação não é aditiva, mas sim competitiva, isto é, num determinado espaço construído pode surgir diversas rendas secundárias (habitação, comércio, etc.), mas será justamente a renda mais elevada que acabará se impondo.

Podríamos decir que las rentas secundarias “compiten” unas con otras y se imponen las que son más altas. La estructura de rentas y el mercado de tierras operan como “modulador” de esta determinación general del esquema de usos del suelo, que como hemos visto, tiene una lógica semejante a la de los sistemas semiológicos. (p. 178).

Esta sistematização das formas de expressão da renda urbana aumenta o instrumental analítico permitindo um maior detalhamento sobre a segregação sócio-espacial e a divisão social e técnica do espaço urbano. Por que em algumas áreas, como no centro histórico de Florianópolis a moradia foi quase completamente substituída pelo comércio? Por que a Avenida Rio Branco, nesta mesma cidade, se tornou área de negócios e comércio de alto luxo? Isto não quer dizer que o mecanismo de renda urbana é infalível e sempre se estabelecerá a mais elevada, como num “ótimo de Pareto”. A própria busca pela maximização de rendas atua de maneira contraditória e pode levar a descaracterização das localizações, como a hiperdensificação, gerando

efeitos negativos de congestionamento, elevação dos custos de infraestrutura, etc.

A estrutura de rendas urbanas explicam também as ocorrências frequentes de obsolescência prematura do estoque de imóveis de uma determinada localização, isto porque a elevação constante da renda pode alterar as relações quantitativas entre preço de venda e custo de construção, tornando economicamente rentável a elevação de altura de edificação antes do término da vida útil dos imóveis. Algo análogo, e em geral concomitante ao processo de gentrificação, quando a elevação das rendas funciona como verdadeiro mecanismo pacífico de higienização e despejo de populações mais empobrecidas e históricas de determinadas áreas em processo de valorização.

Enfim, esta tipologia e estratificação das rendas aumentam a capacidade explicativa de fenômenos como esses. Ademais aumentam a capacidade operativa da denúncia e da atuação política seja no enfrentamento à elevação das rendas, seja no seu controle e apropriação pelo Estado através dos inúmeros instrumentos conhecidos como recuperação de mais-valias fundiárias urbanas (Cf. SMOLKA, 2006 e FURTADO, 1999).

É evidente a importante dimensão adquirida pela renda urbana na atual fase de acumulação do capital. Percebendo a possibilidade de utilizar o espaço construído, a articulação secundária da terra, como fonte de lucros suplementares avançará da maneira mais violenta possível sobre toda cidade. Um dos objetivos deste trabalho é investigar a capacidade que o capital imobiliário tem de a partir de uma determinada projeção de lucros sobre um espaço ainda não existente determinar a transformação qualitativa deste espaço, concretizando

rendas que até então eram somente potenciais ou virtualmente possíveis. Conhecido na literatura como produção das localizações urbanas, em geral, esse processo é caracterizado como um processo social impossível de ser dominado por um capitalista individual. Os argumentos são inúmeros: dependência dos proprietários fundiários, o preço do solo atravanca, exigência de alta capacidade de investimento, exigência de investimentos estatais, etc. Vejamos então algumas transformações contemporâneas da natureza da renda da terra.

2.3 Superlucros de localização

E o poder imenso que deriva dessa propriedade fundiária, quando na mesma mão se junta ao capital industrial, capacita este a impedir praticamente de residirem neste planeta os trabalhadores na luta pelo salário.

Karl Marx

Vimos que a categoria da renda da terra em Marx surge como um tributo, um imposto que o proprietário da terra tem capacidade de impor ao capitalista arrendatário pelas diversas vantagens que podem surgir daí, ou pelo simples monopólio da terra. A renda é, assim, um superlucro obtido através da reprodução do capital na agricultura, mas não apropriado por ele. O capitalista arrendatário faz o cálculo do lucro médio, é isso que busca. Os proprietários fundiários tem força social suficiente para fazer valer o seu poder de monopólio e se apropriar de todo o lucro suplementar. Essa aparente capacidade da terra em fornecer uma renda periódica ao seu proprietário imprimirá um preço na terra, que não é nada além da capitalização da renda. A terra, portanto, não

tem valor, já que a ela não está incorporado tempo de trabalho. Por isso Marx se preocupa em separar a renda da terra dos juros de capital fixo investidos nela.

Não ter valor não significa que não possa ter preço, pois, “uma coisa, para ser vendida, basta que seja suscetível de monopólio e alienável.” (MARX, 2008, p. 845), como as que não são produto do trabalho humano ou aquelas “que não podem ser reproduzidas pelo trabalho como antiguidades, obras-primas, etc.”. Nestas, o preço pode ser determinado por circunstâncias variadas ou fortuitas. Mas este não é o caso do preço da terra, principalmente quando esta já está sob o controle do modo capitalista de produção. O preço da terra aí que aparece como simples relação entre oferta e demanda de um bem escasso, oculta uma relação real de produção. Esta relação de produção se expressa nas diversas formas de renda acima sistematizadas. O preço da terra é na realidade o preço da renda fundiária que ela proporciona. É o preço do direito de se apropriar dessas rendas. A renda, portanto, é que determina o preço da terra, sendo ela a manifestação da valorização capitalista do monopólio da terra – pressuposto histórico do modo de produção capitalista. É assim que a aristocracia europeia manteve seu poder econômico, embora subalternizada.

Algo análogo se pode dizer da propriedade urbana. Análogo, porque aqui evidentemente o juro de capital fixo incorporado a terra adquire maior dimensão no preço final do imóvel. Ainda assim, aparece a renda (primária ou secundária) como resultado da valorização da propriedade urbana, valorização que será tanto maior quanto mais valorizada for a relação que utiliza àquele espaço urbano. Como vimos, a articulação complexa da terra urbana se origina da imbricação espacial

das várias atividades ou usos que ocorrem naquele espaço. O proprietário que busca retirar uma renda de seu monopólio do espaço urbano buscará maximizar ao máximo essa renda. Buscará que ocorram relações sociais naquele espaço de sua propriedade que a valorizem em seu mais alto grau.

Proponíamos que a pesar de que la determinación en última instancia de los precios del suelo parece ser ejercida por la estructura de pautas colectivas de uso del espacio construido, los precios del suelo actúan como un operador: estas convenciones colectivas no tienen asignaciones unívocas de cada lugar a un uso, y es el sistema de precios de la tierra lo que define el uso que finalmente se materializa a través de la competencia mercantil. Entre las distintas actividades posibles para un terreno específico, tiende a imponerse la que arroje la renta más elevada. (JARAMILLO, op. cit., p. 221).

As diferentes imbricações espaciais existentes no espaço urbano podem ser agrupadas sob um conceito mais genérico o de localização. É assim que as diferentes articulações secundárias da terra urbana aparecem na consciência prática do mercado como é possível conferir em qualquer jornal ou revista: não importa se é para sua empresa, para sua família ou para um simples investimento, o importante é adquirir ou investir na melhor “localização”. E evidentemente, quanto “melhor” essa localização mais renda ela gera, maior o seu preço.

Flávio Villaça, seguindo raciocínio semelhante, formulou o conceito de terra-localização cujo preço seria composto pela renda absoluta, pelo juro do capital fixo incorporado a terra, e pelo preço de monopólio. Avança, portanto em salientar o fator decisivo da

“localização” e o “desaparecimento dos proprietários de terra, enquanto classe” (VILLAÇA, 2011 (1985), p. 35). Em sua formulação, entretanto, a produção da localização é relativizada. “A localização são como as antiguidades e as obras-primas”, o que levará a atribuir um peso elevado ao componente de monopólio. Em segundo lugar, ao não aprofundar a investigação sobre a renda oriunda do “consumo” da terra, que para nós é a articulação secundária da terra que pode ser até produtiva, descarta a existência de rendas diferenciais, inflando ainda mais o componente de monopólio no preço final. (ibidem). Provavelmente, estas características de seu raciocínio é que o levarão a uma superestimação da capacidade dos consumidores em determinar o direcionamento das valorizações intra-urbanas. (idem, 1999).

É evidente, portanto, que o proprietário de um terreno urbano, seja ele pequeno construtor ou grande incorporador buscará produzir a localização mais rentável, isto é, aquela que além de proporcionar um lucro médio, seja capaz de gerar as rendas mais elevadas. A produção de localização é a principal estratégia de valorização do capital imobiliário induzindo a elevação das rendas urbanas que surgirão somente se a estratégia de valorização se impor. Se isto ocorrer o capital poderá se apropriar ao máximo desta rendas seja administrando a nova propriedade, seja comercializando-a antecipando o máximo de rendas acrescentando-as ao preço do imóvel.

É nestes termos que Jaramillo fala em especulação indutiva, diferenciando-a da protoespeculação, daqueles proprietários que realizam o valor de uso de seu imóvel e terminam se apropriando de rendas quando ao fim do valor de uso resolvem comercializá-los, e da especulação passiva, onde o proprietário embora esteja interessado

apenas no valor de troca de seus terrenos, tem somente uma ferramenta à sua mão: o tempo, ou seja, tem pouca capacidade para influenciar os usos daquele espaço urbano.

A especulação indutiva caracteriza justamente a atividade dos grandes construtores contemporâneos, que

Ven ampliar su margen de manipulación sobre el texto urbano, e incluso sobre el código, lo cual les permite de alguna manera dirigir y modular la traducción sobre el espacio de los cambios referidos en los precios del suelo; no hace falta decir que esta capacidad es canalizada por estos agentes en su beneficio. Compran terrenos por precios que responden a determinados usos o densidades predominantes, pero con su poder de inversión masiva pueden eventualmente construirlos con especificaciones que arrojan sobrepuestos – o rentas – superiores, apoderándose de ellos. (JARAMILLO, op. cit., p.210)

E esta transformação espacial, realizada pelo capital imobiliário, oculta seu caráter justamente rentista, vez que a renda acumulada aparece ao lado do lucro, sem se diferenciar deste e, portanto, como se houvesse sido gerado no processo produtivo: “En principio, el especulador compra terreno sin edificar y lo que vende es espacio construido: la elevación en el precio del terreno no aparece nítida, sino involucrada en el precio de la edificación.” (ibidem). Desta maneira, a possibilidade de induzir estes efeitos sobre determinadas porções do espaço urbano, permite ao capital imobiliário um controle maior sobre a apropriação destes lucros suplementares.

Parece-nos, portanto que há uma transformação na categoria da renda. Para Marx, a renda era um lucro suplementar deduzido pelo

poder de apropriação do proprietário da terra. Significa que o fato de ter uma localização privilegiada não assegurava ao arrendatário um lucro extraordinário, pois este seria disputado pelos proprietários que tenderiam a se apropriar de toda ela. Mas caso não fosse, seria apropriada pelo capitalista na forma de lucro, pois o que caracteriza a renda

é o fato de o proprietário só apoderar-se aí do lucro suplementar que o arrendatário noutra hipótese embolsaria e em certas circunstâncias realmente embolsa enquanto vige o contrato de arrendamento. A propriedade fundiária causa apenas a transferência e um acréscimo ocorrente no preço da mercadoria e que se converte em lucro suplementar, a transferência dessa fração do preço, de uma pessoa para outra, do capitalista para o proprietário. (MARX, op. cit., p. 1002).

A categoria “renda da terra” traduz uma dinâmica de disputa entre o proprietário de terra e o capitalista arrendatário, algo distinto da dinâmica da produção do espaço urbano atual, pois neste é a possibilidade de se apropriar de lucros suplementares, que orienta as decisões de investimento do capital imobiliário que são anteriores, inclusive a própria compra do terreno. Em grande parte dos casos o pequeno proprietário urbano cede sua propriedade sem ter capacidade de se apropriar de parcela significativa deste futuro lucro suplementar. A renda urbana, assim, não é deduzida do lucro, mas apropriada pelo capital imobiliário esse amplo consórcio que vem adquirindo novas feições.

Para TOPALOV (1984), por exemplo, “la lógica del desarrollo del capitalismo reduce la propiedad del suelo a una mera relación de

distribución, a un simple derecho de participación en el plusvalor social” e por isso deixa de ser o fundamento de uma classe social determinada.

La renta deja de identificarse con su forma clásica, el alquiler del suelo, y podrá aparecer bajo múltiples formas: precio del suelo, derechos de arrendamiento, alquiler del inmueble. Al mismo tiempo, los perceptores de rentas dejan de ser definidos socialmente como tales y podrán eventualmente formar parte de todas las clases sociales. En unos casos, la renta aparecerá como un ingreso individual consumible, en otros como una ganancia directamente derivada de una empresa, e incluso como un recurso del Estado. Resulta, entonces, que en ciertas **condiciones la renta puede ser convertida en capital y reintroducida en la acumulación**, mientras que los propietarios del suelo clásicos son criticados por unos – Ricardo o Marx – y alabados por otros – Malthus – por ser fundamentalmente consumidores improductivos (TOPALOV, 1984, p. 40, grifos VHT)

O lucro suplementar é o objetivo do capital imobiliário, é ele que movimenta a produção capitalista do espaço. O lucro suplementar não existe até que o capital imobiliário tenha agido. Isso porque as localizações do espaço urbano, não são dádivas da natureza como uma queda de água ou uma mina de carvão, embora muitas dádivas da natureza sirvam de matéria-prima para a produção das localizações, ou sejam até reproduzidas a fim de atender determinadas pautas coletivas de uso. A localização urbana é produzida e suas diversas formas de gerar lucros suplementares (monopólicas ou diferenciais) são o objetivo do capital. Análogo ao movimento do capitalista industrial pela incessante busca por aumentos de produtividade capazes de fazê-lo realizar uma quantidade de valor maior do que produz, o capital imobiliário busca incessantemente produzir localizações, para retirar,

através da apropriação das rendas primárias e secundárias, maior valor do que contribuiu.

Aqui a renda é perseguida pelo capitalista e só passa a existir a partir de sua atuação. Logo é menos uma renda e mais um lucro suplementar. Por isso nossa reflexão é de que o capital imobiliário se orienta por **superlucros de localização**. Sugerimos que esta é a categoria mais exata que a de “renda da terra” para entender as transformações atuais no espaço urbano. E para não ficar sozinho, acredito estar seguindo uma pista deixada pelo próprio Marx quando analisa o depoimento do grande especulador da construção, Edward Capps, perante uma Comissão Bancária. Disse o especulador:

Acho que quem quiser ir para frente, dificilmente pode progredir, atendo-se a uma indústria regular...Além disso, é mister construir para especular, e em grande escala, pois é muito reduzido o lucro que o empresário obtém com as próprias construções, advindo-lhe o lucro principal das rendas fundiárias acrescidas. Consegue por exemplo uma área, pagando anualmente 300 libras esterlinas; se, depois de planejar cuidadosamente a construção, edifica a adequada categoria de imóveis, é possível que daí lhe advenham 400 ou 450 libras anuais, e seu lucro consistiria muito mais na renda fundiária acrescida de 100 ou 150 libras por ano, do que no lucro obtido com as edificações e que em muitos casos deixa de levar em conta. (CAPPS, apud MARX, op. cit., p. 1027).

Diante desta declaração, Marx conclui que “Nas cidades de progresso rápido, em particular onde a construção se faz com métodos fabris como em Londres, o que constitui objeto principal da especulação nessa indústria não é o imóvel construído, mas a renda fundiária.”

(ibidem, p. 1026).

Assim, é justamente nos países em que a construção já está completamente subordinada às relações de produção capitalista que as rendas são adicionadas ao lucro, transformando-se em verdadeiros lucros suplementares. Para que essa transformação ocorra opera-se uma modificação no seio do capital imobiliário, ou seja, uma transformação nas suas frações de classe que afetará a repartição dos superlucros de localização.

2.4 A financeirização da produção (da renda) do espaço

A renda da terra definida como um lucro suplementar surgido do monopólio da terra coloca-se em disputa entre os construtores, que se movem pela taxa média de lucro, e proprietários que buscam se apropriar de toda a parte excedente, acima do lucro médio. É o momento, podemos dizer, de uma subordinação formal da propriedade privada da terra urbana, pois é o momento em que a forma herdada da sociedade passada se impõe perante o capital de maneira subordinada, mas antagônica, e exige aquilo que considera um direito divino de seu poder de propriedade: uma fração do trabalho social, de valor, na forma de dinheiro. “Assim, embolsam o resultado produzido pelo progresso social sem qualquer interferência de sua parte, pois nasceram para consumir os frutos” (MARX, op. cit., p. 829). O espaço urbano produzido neste momento é fruto dessa disputa pelo lucro suplementar. Em alguns espaços, inclusive, a propriedade da terra consegue impor-se ao capitalista construtor. É um todo caótico, mas com uma lógica subjacente.

Esse caos vai se desvelando na medida em que o capital aumenta seu poder sobre a propriedade da terra que, por sua vez, vai se aproximando das formas mais fictícias do capital. A renda originada da propriedade privada da terra tem uma forma de valorização muito semelhante da renda derivada da propriedade do dinheiro, isto é, dos juros. Ambas, terra e dinheiro, em si não têm valor apenas representam valores, mas através de sua propriedade (e da fetichização) é possível que se apropriem de mais valor do que aquilo que representam. Na verdade as duas formas se fundem e a propriedade de um pedaço do globo terrestre passa a ser visto, não apenas como uma quantidade de valor expressa no preço da terra – que na verdade representa a capitalização da renda – mas como uma fonte para apostas de apropriação de valores superiores àquilo que aparece como preço da terra, como apropriação de trabalho futuro (HARVEY, 2013).

A renda da terra, capturada pelo sistema bancário, transforma a propriedade privada num ativo financeiro a ser vendido no mercado de capital fictício, as bolsas de valores. O capital fictício é comercializado numa lógica especulativa extremamente elevada em que se aposta que aquela propriedade que ele representa valerá mais no futuro. Para o proprietário da ação de uma empresa qualquer, esta ação terá um valor maior na medida em que ela signifique a capitalização de rendas maiores. Se a empresa é mais lucrativa, ela distribuirá maiores dividendos para os seus acionistas e o preço da ação se eleva. Para a empresa, é fundamental que suas ações sejam valorizadas, pois isso eleva sua capacidade de financiamento. Assim, as duas lógicas concorrem com a lógica geral de reprodução ampliada do capital e originam um mercado secundário de apostas de futuras valorizações do

capital fictício. O momento em que a produção de mercadorias se funde com o capital bancário sob dominância do capital bancário é o momento da superação do capitalismo concorrencial pelos monopólios, é o momento do capitalismo financeiro, é a fase superior do capitalismo, um tema clássico do marxismo (LENIN, 2008).

Analogamente, este mesmo processo ocorrerá na produção capitalista do espaço. A especificidade é que a renda da terra transformada em capital fictício se funde com o capital a juros que passa a dominar a produção do espaço construído. Nos países centrais, esse processo ocorre no mesmo momento em que surgia a consciência crítica sobre o direito à cidade. Por isso, já nas décadas de 1970 e 1980 autores europeus já trabalhavam estes problemas (HARVEY, 2013; LOJKINE 1981 ; TOPALOV, 1984). A principal transformação é que a terra, a sua propriedade, deixa de se colocar como antagônica ao capitalista e passa a ser considerada como um capital a juros, qualquer. Ato contínuo se transforma em capital fictício, isto é, o direito à propriedade urbana passa a ser comercializado na expectativa de que ela proporcione mais valor no futuro, como um ativo de uma empresa qualquer.

Como vimos, no entanto, grande parte deste lucro suplementar apropriado através da propriedade da terra se origina de rendas diferenciais e monopólicas obtidas através das características de uma determinada localização sobre a qual versa a propriedade. Ao capturar a renda da terra, ou os lucros suplementares, o sistema financeiro passa a buscar o máximo de lucros suplementares a partir da produção de localizações. Unifica assim todo o circuito de acumulação deste setor sob a lógica de valorização da propriedade urbana: os agentes financeiros, novos proprietários do espaço urbano, se fundem ao

capital construtor, o subordinam e passam a exercer a função de coordenação da produção capitalista do espaço:

A circulação do capital que rende juros em títulos fundiários desempenha um papel análogo àquele do capital fictício em geral. Ela indica os caminhos da localização para a futura acumulação e atua como um agente de força catalizadora que reorganiza a acumulação. O fato de isso às vezes pressionar muito (além da capacidade de enfrentamento do capital ou do trabalho) ou em direções equivocadas (devido às inevitáveis distorções que surgem quando a circulação do capital monetário encontra e faz uso dos privilégios do monopólio vinculados à propriedade privada da terra) simplesmente estabelece que o mercado fundiário necessariamente internaliza todas as contradições básicas fundamentais do modo de produção capitalista. Por isso, impõe tais condições ao próprio cenário físico do próprio capitalismo. Mas é, ao mesmo tempo, um dispositivo de coordenação vital na luta para organizar o uso da terra de modo a contribuir para a produção de mais-valor e para a estruturação das formações sociais capitalistas em geral. (HARVEY, *idem*, p. 476)

Esta complexificação da valorização da propriedade exerce uma pressão gigantesca sobre o preço da terra, e produz um ambiente construído que poucos podem consumir. Aprofunda-se o divórcio entre a produção e o consumo do espaço urbano, a segregação sócio-espacial, novos e constantes processos de gentrificação, as necessidades habitacionais. Enfim, direito à moradia e à cidade se torna uma utopia ainda mais distante no capitalismo.

Se a lógica que criou essa transmutação das formas da renda da terra se encontra na necessidade imanente do capital de avançar

sobre fronteiras virgens do valor de uso, não há como imaginar que ele vá retroagir da necessidade de obter lucros extraordinários, através da produção de localizações, por vontade própria. Sendo assim, não há motivo para acreditar que a atual lógica da produção capitalista do espaço irá retroceder. Ao contrário, a tendência geral irá aprofundá-la. Isso significa que o desenvolvimento do circuito financeiro da produção do espaço continuará se desenvolvendo ou, na situação limite de uma crise geral, será retomado com força após a sua recuperação.

É fundamental destacar a transformação no seio da fração hegemônica que domina o espaço urbano. Lobato Corrêa (1993) elencava os agentes do espaço urbano da seguinte maneira: por um lado estão os movimentos sociais, de outro, os proprietários fundiários, as construtoras, incorporadoras, ou seja, todos os atores que podemos reunir no conceito amplo de capital imobiliário. A novidade é a entrada definitiva dos agentes financeiros, através dos fundos de investimento imobiliário ou através do controle financeiro das grandes construtoras, no caso brasileiro. Estamos entrando na era monopolista do capital imobiliário, na era em que ocorre a fusão definitiva do construtor (“capital industrial”) com o capital bancário. Na base desta fusão está a transformação do superlucro espacial em renda financeira:

Finalmente, tal y como sucede en el campo, la transformación de los suelos y de las edificaciones en “capital” – es decir, en propiedad de un derecho de participación en el producto social por intermedio de la renta – hace de la propiedad del suelo una inversión que puede sustituir a cualquier otra forma del capital ficticio. Por lo demás, ésa es la razón por la cual los polos de acumulación capitalista, y especialmente el capital financiero, pueden convertirse eventualmente en propietarios

del suelo en los puntos decisivos del ciclo de valorización. (TOPALOV, 1980, p. 42).

O monopólio dos bancos fusiona aqui com a renda fundiária e com o das vias de comunicação, porque a subida do preço dos terrenos, a possibilidade de vendê-los, bem mais caro, em lotes...dependem sobretudo da facilidade das comunicações com o centro da cidade, e essas comunicações estão precisamente em mãos das grandes companhias ligadas a esses mesmos bancos...(LENIN, apud LOJKINE, 1981, p. 165)

Mariana Fix (2011) argumenta que esta realidade ainda é limitada pela inexistência de um mercado secundário de hipotecas, dada a segurança da propriedade do imóvel no Brasil e aos salários baixos, no caso do setor de moradia de baixa renda. Embora correta, esta avaliação não pode desviar a atenção do problema. É necessário monitorar as alterações ocorridas desde então para desentruar este processo, pois as transformações no mundo das finanças ocorrem de maneira acelerada. A emissão de debêntures por parte das empresas do setor imobiliário para investidores qualificados que nos anos de 2007 e 2008 não ultrapassou o montante anual de R\$ 2 bi, mais que triplicou chegando a quase R\$ 7 bi anuais em 2012 e 2013. É verdade que houve uma diminuição na oferta pública e na emissão de novas ações depois do pico de 2007 e que tem havido declínio do índice imobiliário (IMOB) no mercado de ações. Entretanto, a capitalização de mercado das empresas do setor se manteve acima dos R\$ 70 bilhões anuais desde 2010. Outro mecanismo de financeirização do setor, os fundos de investimento, vem aumentando significativamente nos últimos anos. Mais especificamente a partir de 2010 quando eram menos de 30 fundos com um Patrimônio Líquido (PL) inferior aos R\$ 8 bi. Ao final do ano de 2013 já eram um total de

223 com um PL de R\$ 53bi. Um crescimento literalmente exponencial reproduzido também no mercado secundário destes títulos. A mesma trajetória exponencial de crescimento é verificada no mercado hipotecário. O estoque de Letras de Créditos Imobiliárias (LCI) e de Letras Hipotecárias (LH) era de R\$ 11 bilhões em 2010, alcançou R\$ 34 bi em 2013, enquanto as emissões de securitização lastreadas em crédito imobiliário passaram de R\$ 4 bi para R\$ 14 bi no mesmo período. Ademais, no mês de agosto deste ano, o ministro da fazenda anunciou novas medidas destinadas ao desenvolvimento do setor, entre elas a facilidade para recuperação dos bens financiados com alienação fiduciária, o aumento do crédito garantido por imóveis quitados e o lançamento de um novo título imobiliário (Letras Imobiliárias Garantidas) com garantia dupla, da instituição e do imóvel e sem incidência do imposto de renda. (UQBAR, 2014). Transformações importantes, portanto, vêm sendo realizadas de maneira acelerada nos instrumentos financeiros lastreados na produção do espaço urbano exigindo o constante monitoramento e sugerindo uma mudança qualitativa na apropriação das rendas urbanas, pois esta captura do superlucro de localização (ou renda da terra) pelo monopólio bancário traz importantes modificações na dinâmica de valorização do espaço urbano.

Em primeiro lugar, um salto qualitativo na valorização capitalista da propriedade urbana. O capital financeiro é como uma ave de rapina que sobrevoa os territórios em busca de sua presa: os superlucros de localização. Seu rendimento vem da produção e gestão de um determinado espaço urbano, de ser proprietário de uma cota parte deste espaço construído. Pode ser um hospital, uma agência bancária,

uma praça, uma residência, ou até um futuro direito de construir. Sua função é impulsionar a geração de novos superlucros de localização, fato existente apenas por sua simples existência. Com a financeirização do setor qualquer indivíduo com R\$ 500,00 e um *homebroker* instalado em seu computador torna-se um “demandante” de espaço urbano. Quando Marx dizia que o preço de monopólio que caracteriza o terreno para construções se define pela disputa entre ofertantes e demandantes, esta disputa ainda era determinada, em grande medida, pelo valor de uso: de um lado os proprietários dos terrenos e de outro os construtores e os consumidores que necessitavam do terreno. Agora, a demanda por espaço urbano está fortemente elevada, pois ao lado dos demandantes do valor de uso do espaço urbano encontram-se os rentistas, os fundos de pensão, os bancos e os milionários estrangeiros. Acirra-se a disputa entre ofertantes e demandantes por terra urbana, por localizações. Eleva-se o preço da terra. Os superexplorados que se lasquem!

Em segundo lugar, possibilita um aumento na autonomia do ciclo de reprodução do capital imobiliário. Samuel Jaramillo (op. cit, p. 99-106) elenca algumas características da reprodução do capital na construção: período de rotação do capital muito extenso devido ao longo tempo de produção e circulação, dificuldade no acesso à terra, oscilações nas condições de acumulação como preço dos insumos e da força de trabalho, amplitude da demanda e estreiteza do mercado. Essas características fazem dos empreendimentos imobiliários um investimento de alto risco. Por isso, o setor sempre esteve muito dependente do financiamento estatal ou da realização antecipada. Isto é, para que pudesse começar e levar até o fim o empreendimento era preciso vendê-lo antes e durante a sua “manufatura”. É a chamada pré-

venda, venda na planta, etc. O tamanho do investimento é tal que não pode haver estoque. Tudo tem que estar vendido, de preferência, antes de o produto estar pronto. É a produção sob encomenda. É como se a roupa que estamos vestindo só fosse produzida depois que já a tivéssemos comprado do industrial.

Esta situação é completamente irracional para o capital. A produção capitalista de mercadorias se caracteriza pela supremacia da produção sobre a realização. A financeirização do setor imobiliário e sua busca incansável por superlucros de localização libera o capital imobiliário deste entrave. A produção de espaço construído se autonomiza. O resultado disso é o surgimento da possibilidade de um descompasso entre a produção e a realização, isto é de uma crise de superprodução no setor. Em matéria divulgada pelo jornal Brasil Econômico, no dia 25 de março deste mês, já aparecem expressões desse movimento. O jornal noticiava que “Construtoras tem R\$14,6 bi em estoque de imóveis. Quatro maiores companhias do setor no Brasil terminaram o ano passado com mais de 25 mil imóveis à espera de um comprador”⁵. Isso tem levado as construtoras a estratégias agressivas de venda, pois neste ramo, os custos de estocagem são extremamente elevados e podem colocar em risco o resultado financeiro das companhias. Várias construtoras tem promovido “saldões”, “feirões” e “outlets”, além de singelos brindes como motos, carros na garagem ou mobília planejada. Tudo com intuito de desafogar este estoque que segundo a revista Valor Setorial era 16% maior em junho de 2014 que em relação ao ano anterior para as oito maiores incorporadoras do país

⁵ Disponível em http://brasileconomico.ig.com.br/ultimas-noticias/construtoras-tem-r-146-bi-em-estoque-de-imov-eis_139825.html Acessado em: agosto 2014.

(ZAPAROLLI, 2014, p. 11).

Em terceiro lugar, a transformação da terra e do espaço urbano em ativo financeiro coloca novos desafios na luta pelo direito à habitação e à cidade. Os proprietários fundiários passam a ser grandes incorporadoras com capital aberto, fundos de investimento nacionais e estrangeiros, fundos de pensão, conglomerados bancários. É a fase imperialista do capital imobiliário. O inimigo principal adquire muito mais poder. Se para Marx, o poder derivado da união do capital industrial com a propriedade fundiária impediria de residir neste planeta os trabalhadores em luta pelo seu salário, o que podemos esperar dessa nova fusão? Quais impactos ela tem sobre o Estado e sobre os territórios? Quais reflexões são necessárias para a resistência? Quais estratégias para uma ofensiva pelo direito à cidade?

2.5 A produção financeirizada de uma localização: Saco dos limões ou “Novo Centro”?

O objetivo desta seção é ilustrar este capítulo com um caso concreto e recente de produção de superlucro de localização nesta nova dinâmica financeirizada. O Saco dos limões é um bairro localizado no início da baía sul da ilha de Santa Catarina, logo após o contorno pela “prainha”. O nome vem de sua geografia. Saco significa um pequeno avanço do mar nos limites da ilha. O adjetivo advém da fama adquirida pelos limoeiros da região, fruta muito utilizada pelas embarcações para a preparação de refresco e xarope úteis na prevenção do escorbuto, dentro das embarcações. Também tem importância na história do bairro a produção de cal, a partir da concha de mexilhões. Por isso, dentro do

saco dos limões, há a caieira do saco dos limões.

Figura 18: Imagem de satélite do bairro Saco dos Limões. Fonte: Google Earth, 2014.



O bairro tem importância na história da moradia popular no Brasil. Foi ali, em 1º de maio de 1942, que foi entregue o primeiro conjunto habitacional produzido pelo extinto IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários). São 100 unidades habitacionais produzidas que deixaram o local conhecido como Vila Operária do Saco dos Limões. A morfologia urbana implantada através deste conjunto acabou se sobrepondo a todo bairro, ultrapassando os estreitos limites do conjunto. Até hoje o bairro apresenta uma característica residencial e uma morfologia de imóveis com no máximo dois pavimentos, em sua maioria, e uma malha viária interna quadrangular na sua planície.

Figura 19: malha urbana predominante no bairro. Elaboração própria (2014).



Setenta anos depois essas características arquitetônicas e urbanísticas se mantêm, sinal da persistência das relações de reprodução social neste espaço urbano. Mesmo o projeto das casas populares construídas há 7 décadas foi pouco alterado. Um contraste quando comparado com os atuais projetos entregues nos programas habitacionais, completamente divergentes das necessidades dos moradores. A resistência e a permanência levaram a um grupo de arquitetos a defender o tombamento do local como patrimônio histórico.

**Figura 20: Características do bairro e das casas resistem ao tempo.
Elaboração própria (2014)**





Mesmo as fortes transformações viárias e os edifícios residenciais construídos na última década não conseguiram afetar as características gerais do bairro, com exceção de sua relação com o mar que foi reduzida drasticamente com a aterro da baía sul. Essa característica de resistência do bairro motivou inclusive, em 2012, uma reportagem em um jornal da cidade que acentuava esta característica. Saco dos Limões teria se tornado “o bairro do ‘já teve’”, onde já havia tido de tudo, mas nada vingado.⁶

Entretanto, no mesmo ano da reportagem, o escritório de arquitetura Schneider-Martins apresentava o projeto arquitetônico de um edifício, denominado “Novo Centro Empresarial”. Na divulgação do empreendimento, o bairro é anunciado como o “principal eixo de valorização da cidade” e como “polo de intenso crescimento”⁷. Uma realidade completamente divergente daquela relatada na reportagem.

Na verdade o que está se buscando é através deste empreendimento alavancar um processo de transformação urbana que torne a aposta em realidade. Outro *slogan* de propaganda do empreendimento afirma: “Novo é antecipar tendências, é enxergar além, é prever o futuro.” E qual a característica do bairro que permite esta aposta? A sua localização:

A 5 minutos do centro, próximo a fóruns e centros comerciais, com fácil acesso ao aeroporto. Novo Centro Empresarial é o mais novo endereço corporativo de Florianópolis, localizado na região do saco dos limões, polo de intenso crescimento. Um endereço estratégico, rota de quem vai

⁶ Disponível em <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/28976-saco-dos-limoes-o-bairro-do-ja-teve-e.html> Acessado em: agosto 2014.

⁷ Disponível em < <http://www.novocentroempresarial.com.br/site/>> Acessado em: agosto 2014.

para o centro com rapidez pelas principais vias do sul da ilha.⁸

Mais que um simples edifício, está sendo produzido uma localização, isto é, relações sociais espacializadas, uma nova articulação secundária naquela terra urbana. Esta é a grande aposta, pois caso se efetive veremos surgir uma nova forma de renda urbana e, por consequência, uma elevação do preço da terra local e um maior poder de monopólio por parte dos proprietários do espaço em construção.

Mas a magnitude do capital investido é muito grande para que seja uma aposta qualquer. Por isso a construtora Lupa, responsável pela construção do “Novo Centro Empresarial”, já iniciou a preparação de uma segunda obra na mesma rua: o “Oportunidade empresarial”.

Trata-se de mais um centro empresarial num terreno na ponta oposta da mesma rua do “Novo Centro Empresarial”. Esta rua há anos tem servido como via de ligação entre a principal rua do bairro e o acesso ao túnel e a via expressa sul. Não obstante, durante todo esse tempo manteve um caráter de servidão: um calçamento de pedra e um tráfego limitado. Logo após o lançamento destes empreendimentos, entretanto, a prefeitura iniciou obras de pavimentação e melhoramento na rua.

⁸ Ibidem.

**Figura 21: Localização dos dois empreendimentos em execução.
(2014)**



Figura 22: Fotos da Rua José Brognoli em 2011, 2013 e 2014, respectivamente. Elaboração própria (2014).





O Oportunitá tem a mesma estratégia de propaganda, a localização do empreendimento. Mas esta localização não está pronta ela está sendo produzida junto com o empreendimento: “O nome do empreendimento se deu pela iniciativa de implantar **uma nova proposta à região**, um centro comercial que ofereça infraestrutura, com diversos serviços e opções diferenciadas.”⁹ Trata-se portanto de uma proposta, ou melhor, de uma aposta de valorização de rendimentos futuros. A Construtora Lupa, responsável pelos dois empreendimentos, tem 4 obras realizadas até hoje: duas residências, um cinema e um motel. Como uma construtora pequena consegue se capitalizar para empreendimentos do porte destes dois em execução?

O “novo centro” está sendo construído graças a uma fusão com a “GEP realizações imobiliárias”, através do instrumento jurídico de

⁹ “Projeto de apresentação de cotas” do Oportunitá Empresarial, Disponível em <http://issuu.com/ezcuzepropaganda/docs/book_opportunita> Acessado em agosto 2014.

“Sociedade de Propósito Específico” SEP. Sigla de *Global Equity Properties*, a GEP é um fundo de investimento privado (FIP), um produto financeiro da Global Equity, uma “administradora de recursos” com sede no RJ e em SP, que entre outros produtos, criou a GEP em 2008. Trata-se de um associação de capitais que é ao mesmo tempo um fundo de investimentos e uma incorporadora. Segundo a página eletrônica da Global Equity, o fundo GEP FIP tem por objetivo:

Proporcionar aos seus Cotistas elevada valorização do capital investido ao longo prazo, mediante aplicações de seus recursos em uma carteira diversificada de ações das SPEs investidas, com foco no mercado imobiliário (via incorporações de caráter residencial, comercial, multiuso, galpões industriais, parques de logística e loteamentos).

Após o “sucesso” da GEP FIP, a Global Equity constituiu dois novos fundos sendo um voltado para “Investidores Institucionais Internacionais”.¹⁰

¹⁰ Disponível em <http://www.globalequity.com.br/Imobiliario> Acessado em: agosto de 2014.

Figura 23: Capital financeiro opera em escala nacional em busca de superlucros¹¹

 Portfólio do Global Equity Properties FIP



Já o Opportunitá é uma “sociedade em cota por participação”. Instrumento jurídico que permite a captação de recursos de investidores dispersos:

Por meio de Cotas de Participação os investidores interessados passam a compor um condomínio onde todos já são proprietários de suas unidades. A LUPA Construção Planejada figura como

¹¹ Disponível em < <http://www.globalequity.com.br/Imobiliario>> Acessado em março de 2015.

idealizadora do projeto e administradora da obra, sendo responsável por sua execução e gestão junto aos condôminos. As vantagens em investir em um empreendimento pelo meio de Cotas de Condomínio iniciam no valor reduzido por metro quadrado, onde todas as unidades já iniciam comercializadas, o que também aumenta as garantias de execução da obra e cumprimento de prazos.¹²

No “Projeto de apresentação de cotas”, fonte do texto acima, a LUPA deixa claro qual o principal atrativo para o investidor:

Com a saturação da região central de Florianópolis o crescimento imobiliário dos bairros próximos ao centro já se tornou uma realidade, o que faz o retorno de investimentos nessas áreas **ser muito maior que o projetado**, proporcionando alta liquidez após a entrega das obras. O Oportunidade Empresarial está situado em uma dessas áreas e apresenta outras vantagens, como **a valorização acima do investido** pelo fato do empreendimento estar sendo construído pelo modelo de condomínio. A venda de salas e lojas também garante um ótimo rendimento, podendo ser ainda maior caso a venda seja realizada em longo prazo e o proprietário faça uso do sistema de locação durante esse período, apresentando excelente retorno **enquanto a região continua crescendo**.¹³

Ou seja, o principal atrativo é a expectativa de lucros suplementares futuros que serão apropriados exercendo o direito de propriedade do espaço construído, numa localização produzida pelo

¹² “Projeto de apresentação de cotas”, op. cit.

¹³ Ibidem.

capital imobiliário. Segundo informações obtidas com o engenheiro da obra, a construtora Lupa já tem três outros projetos em aprovação no mesmo bairro: dois edifícios residenciais e um comercial. A estratégia da Lupa está territorializada neste bairro e os terrenos para estes projetos em aprovação e inclusive para outros, já estão comprados, garantiu.

Estes dois casos foram tomados como exemplos de um movimento muito mais amplo e geral de transformações na produção do espaço. Há ainda outras formas variadas, entre elas destacamos a abertura do capital das construtoras na Bolsa de Valores. A dinâmica colocada por essa alteração no processo de produção do espaço urbano implicará em mutações importantes na renda da terra urbana, mutações sobre a qual a teoria marxista deve se debruçar.

3. Entre rendas (superlucros) e superexploração: a dialética da moradia.

Vimos no primeiro capítulo como o mecanismo da superexploração ergue-se como uma barreira ao acesso à moradia, e, no segundo, como a renda da terra ao ser incorporada às margens de lucratividade do capital imobiliário financeirizado praticamente inviabiliza uma gigantesca parcela da classe trabalhadora de obter acesso à moradia produzida e ofertada pelo mercado. Esta separação metodológica é útil para fins expositivos com intuito de revelar as especificidades das relações produzidas por cada categoria. De fato, cada uma delas estabelece uma dinâmica própria sobre o acesso à moradia nos países dependentes que é mais facilmente captada isolando-as metodologicamente. Mas a realidade concreta é a síntese desta (e de muitas outras) contradição e cabe agora o desafio de pensar, investigar e sistematizar a relação dialética entre estas duas categorias.

Vimos como a superexploração da força de trabalho é um mecanismo criado no capitalismo dependente frente a sua inserção na acumulação em escala mundial. A sua vigência nos setores da economia nacional diretamente subordinados ao mercado mundial gerou formas de relações de trabalho que confundiu durante muito tempo a “sociologia enlatada” produzida por aqui (RAMOS, 1995). Isto porque a superexploração se expressava num misto de relações arcaicas e modernas confundindo aqueles que procuravam na realidade brasileira um sujeito político semelhante ao operariado dos países centrais. Curioso que na raiz histórica do operariado desses países também encontravam-se formas “arcaicas” de relação de trabalho, como era o

sistema cottage, por exemplo, ou ainda nas

condições excepcionais em que mesmo em países de produção capitalista o proprietário da terra pode extorquir arrendamento exagerado que não tem relação alguma com o produto do solo, como por exemplo nas zonas industriais inglesas o aluguel de pequenos pedaços de terra aos trabalhadores das fábricas, os quais nas horas livres aí fazem pequenos jardins ou agricultura de amadores. (MARX, op. cit., p. 836)

Da mesma forma, diante da superexploração da força de trabalho, o trabalhador é obrigado a produzir fora da jornada de trabalho muitos dos elementos necessários para recompor seu desgaste físico e psíquico. Aí reside o misto de assalariamento e servidão que dominou a transição do escravismo ao assalariamento e ainda é muito presente no setor rural.

A superexploração da força de trabalho urbana encontrará outra especificidade. Espaço privilegiado do assalariamento e da cisão entre o tempo de trabalho e o tempo livre, o trabalhador para conseguir viver na cidade terá que construir sua própria casa já que o preço vigente desta mercadoria nas sociedades urbanas subdesenvolvidas não entra na definição do salário. Surge, assim, a autoconstrução e a favela como fuga, como uma saída, como uma “fórmula de sobrevivência” desde a perspectiva do trabalhador (KOWARICK, 1979); e como um mecanismo de manter baixo o preço da força de trabalho incorporando assim nas margens de lucro, o que seria destinado ao salário, desde a perspectiva do capital. É essa articulação entre a inserção do país na economia mundial e a forma de acesso à moradia que se referia Engels

ao denunciar a apologia proudhoniana da casa própria na Alemanha do século XIX:

É aqui que aparece em plena luz o “privilégio” que representa para o trabalhador a posse de uma casa ou de um terreno. Em nenhum país – nem mesmo talvez na Irlanda, país de indústria doméstica – pagam-se salários vergonhosamente tão baixos como na indústria doméstica da Alemanha. O que a família retira pelo seu trabalho da horta ou do pedaço de terreno, o capitalista, apoiando-se na concorrência, pode deduzi-lo do preço da força de trabalho; os trabalhadores são obrigados a aceitar qualquer salário, porque de outra forma não receberiam absolutamente nada; ora, eles não podem viver unicamente do produto de seu cultivo; e, por outro lado, este cultivo e a terra que possuem são laços que os impedem de procurar outra ocupação. E eis por que a Alemanha pode continuar mantendo a concorrência no mercado mundial por toda uma série de pequenos artigos. Todo o lucro do capital se extrai de um desconto sobre o salário normal e pode-se oferecê-lo ao comprador de toda a mais-valia. Este é o segredo da barateza surpreendente da maior parte dos artigos alemães de exportação.

É esta a circunstância que, mais que qualquer outra, e igualmente em outros setores industriais, mantém os salários e o nível de vida dos trabalhadores alemães num nível inferior ao atingido nos Estados da Europa ocidental. A terrível opressão destes salários, tradicionalmente sustentados bastante abaixo do valor da força de trabalho, pesa também sobre os dos trabalhadores das cidades e mesmo das grandes cidades, fazendo-os descer abaixo deste valor; e isso tanto mais que igualmente nas cidades, a indústria caseira mal retribuída tomou o lugar do velho artesanato e, aí também, baixa o nível geral dos salários. (ENGELS, 1979, p. xv).

Mas não é só isso. A medida em que o capital se caracteriza

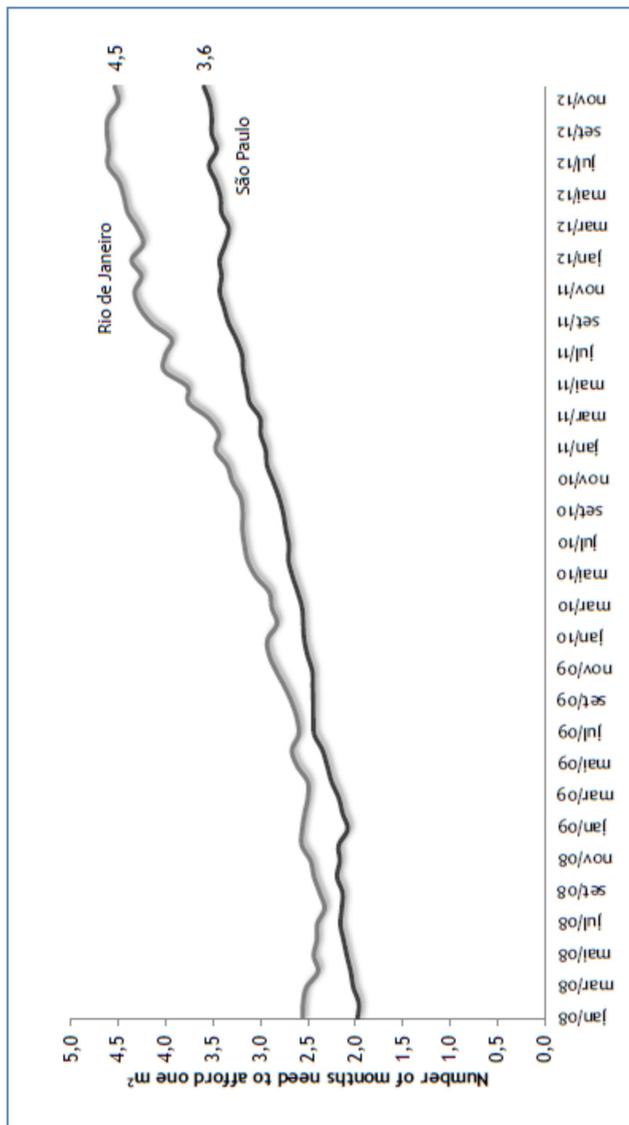
pela captura de todos os valores de uso, pela transformação de todos os valores de uso em valor de troca, a cidade, a terra e o espaço urbano também o serão. É na busca pela localização de sua moradia que o trabalhador se defronta com a renda da terra, ou com sua forma contemporânea, os superlucros de localização, como mecanismo de alocação geográfica de sua moradia autoconstruída. Por isso que apesar da superexploração ser um mecanismo eficiente para o capital em geral, frequentemente ele se defronta com uma fração deste, o capital imobiliário, na busca por um lugar para alojar a força de trabalho na cidade. Evidentemente que as possíveis rugas surgidas daí serão solucionadas pelo acúmulo gigantesco de superpopulação relativa nas cidades, possibilitando a emergência soberana do capital imobiliário. Essa superação de possíveis contradições inter-capitais fica para trás na medida em que o capital monopolista e financeiro se expande a todas as formas de apropriação de valor e transforma a antiga produção rentista da casa em produção financeirizada (FIX, 2011). Outra consequência distinta deste mesmo processo é o aumento da concorrência pela apropriação de todos os espaços da cidade e de possíveis fronteiras urbanas. Eleva-se generalizadamente o preço da terra urbana e o preço da moradia. Sufoca-se ainda mais valor da força de trabalho.

Movimento exemplar deste processo verificou-se recentemente na economia brasileira. A abertura de capital na bolsa de valores por parte de grandes incorporadoras construtoras e até imobiliárias teve o impacto significativo na elevação generalizada do preço dos imóveis. Ocorre que a maior parte do capital-dinheiro captado no sistema financeiro foi imediatamente direcionada para a compra de terras. Isso porque a produção imobiliária é de base fundiária que assume a forma

de monopólio no Brasil e na maioria dos países capitalistas. Assim, o estoque, ou “banco de terras” como preferem os agentes do mercado financeiro que já não diferenciam mais a terra de um ativo financeiro, é fundamental para garantir capacidade de produção, de espaço construído, perante o emprestador de capital-dinheiro. Para se ter uma ideia, 18 empresas abriram capital na bolsa em 2006/2007 totalizando, naquele então, 21 empresas do setor com capital aberto. Somente neste primeiro ciclo de captação estas empresas arrecadaram R\$ 22 bilhões. Mas não foi apenas isso, pois ocorreram novas chamadas de capital e colocações de debêntures depois disso (LIMA Jr. 2012). Ademais, esta não é a única forma de captura da renda fundiária pelo sistema financeiro. Vimos, no caso do bairro Saco dos Limões, como uma pequena construtora ao ser proprietária da localização cobiçada consegue convencer fundos de investimento nacionais e internacionais, no caso do empreendimento “Novo centro”, ou ainda, através da reunião de investidores dispersos em sistemas de cotas de participação. Seja como for, as transformações do sistema jurídico-financeiro seguiram todas no sentido de aumentar a capitalização do setor. Isto significa uma forte elevação na demanda por terras urbanas e na disputa por localizações capazes de gerar superlucros. É neste movimento que radica a elevação generalizada dos preços de imóveis e da terra urbana a partir de 2007.

Essa elevação evidentemente não encontrará correspondência no salário mínimo ou médio do trabalhador brasileiro. Este descompasso - ou “desequilíbrio” como prefere a “ciência econômica” - chamou a atenção da imprensa burguesa e até de algumas entidades de classe que o utilizam a sua preferência.

Figura 24: Número de meses de trabalho necessário para comprar um metro quadrado.



Fonte: FIPE com dados de IBGE e FIPEZAP. Disponível em:

<<http://www.abbc.org.br/images/content/FipeZap%2020130221%20%28ABBC%29%20%281%29.pdf>>

Figura 25: Jornal curitibano destaca descompasso entre preço dos imóveis e salários



Disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1374105&tit=Preco%ADdos%ADimoveis%ADsobe%ADem%ADritmo%ADmaior%ADque%ADa%ADrenda2/3>

Recente matéria da revista *Zap Imóveis* traduz exatamente esta relação. Com manchete “Salário mínimo não paga aluguel nem de quitinete em regiões de São Paulo” a revista anota que os “valores estão muito acima das possibilidades das famílias”. Em várias regiões da cidade o salário mínimo de 2014 de R\$724,00 ou o estadual paulista de

R\$820,00 não alugavam sequer um imóvel de 30 m². Nas palavras do insuspeito presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (Creci-SP), “o aluguel está estrangulando a renda de muitas famílias”. O que ele não diz é que o aluguel ou a propriedade urbana sufocam a renda das famílias trabalhadoras há décadas, empurrando-as para ocupações irregulares espontâneas ou organizadas, loteamentos privados, entre outras formas por fora do mercado. Para o presidente do Creci-SP, ainda, “já passou da hora do governo perceber que o programa Minha Casa, Minha Vida não resolve o problema social”(sic!). Mas este diagnóstico não é utilizado pelo presidente para defender o controle ou mesmo a abolição da renda fundiária, pois o que o país precisa é de um “programa nacional de aluguel social”, isto é, a ocupação deste enorme estoque de imóveis urbanos mantidos ociosos pelos seus proprietários que receberiam transferência direta do governo federal. O cinismo não tem limites quando se trata de defender os interesses da classe dominante¹⁴.

Poderíamos navegar por outras fontes e precisar melhor estes dados, mas creio não ser necessário para provar algo que já está largamente evidenciado no debate público. O mais importante é analisar em todas as dimensões este encontro da força de trabalho superexplorada com o superlucro de localização, pois é dele que surgirá o esgarçamento da espoliação urbana, entendida aqui como uma forma espacial e urbana de expressão da superexploração da força de trabalho. A medida em que a produção da casa e da cidade vai se erigindo como um ramo específico da acumulação capitalista, eleva-se a espoliação.

¹⁴ Disponível em < <http://revista.zap.com.br/imoveis/salario-minimo-nao-paga-aluguel-nem-de-quitinete-em-regioes-de-sao-paulo/>> Acessado em janeiro de 2015.

Não se trata apenas de ter o tempo livre transformado em tempo de trabalho necessário, isto é, não se trata apenas de utilizar os tempos de descanso, de lazer e até de instrução para construir um local para morar, trata-se de que este local será definido de acordo com os interesses do capital imobiliário, isto é, nas periferias e sem infraestrutura provocando um alargamento da mancha urbana superior a real demanda de ocupação do solo. Soma-se então o tempo livre utilizado na autoconstrução ao tempo de deslocamento entre o lugar da moradia e o do trabalho e encontraremos a conseqüente elevação do desgaste da força física geradora de seu prematuro esgotamento.

Ao fim da década de 1970 diversos trabalhos de campo foram feitos para averiguar a concreticidade desta reflexão. Maria Helena Beozzo de Lima, em um trabalho apresentado em 1979, na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, expõe o relato de alguns indivíduos que compõe essa massa de espoliados e que é evidentemente oportuno recuperar.

Pra fazê casa o nego tem de se esforçá, trabalhá muito...fazê economia...Olha, quando chegá aos 40 ano e já num posso mais trabalhá porque eu num vô aguentá pegar serviço pesado (...); tenho logo de apanhá a minha folhinha do INPS pra me encostá porque vô tá meio ruim...Mas aí já fiz a casa, tô sossegado...Eu penso que tem valença o sujeito se esforça enquanto é moço pra consegui sua casinha mesmo que às veiz se sinta acabado. Tem os que num pensa isso, se guarda mais...num se gasta tanto..., que ninguém é obrigado, né...(carpinteiro)

Eu tenho envelope de até novecentos cruzero por semana, mas pra eu tirá isso...se eu falar pra senhora a senhora vai se benzê toda; vai dizê: esse

cara tá se matando. Sabe por quê? Duas dobra. Sem dormir. Eu vivo fazendo isso porque tenho necessidade, muita coisa pra fazê aqui, num é só comer, tem a casa. Então tem de dobrá. Bom...tê num tem, né, a pessoa dobra por livre e espontânea vontade; tá me entendendo? Ninguém força. (...) É que o meu objetivo é construir...enquanto eu não fizer a minha casa sinceramente a minha cuca num refresca mesmo... (pedreiro).

Levei mais de ano pra fazê isso que tá aí. Acredito nisso? Mais de ano pra fazê esse cômodo aí. Pagava o lote direitinho que eu tinha fê de um dia poder construir. Mas não dava mesmo, ficou seis meis só no alicerce aí...crescendo mato em cima (motorista de coletivo).

O salário que tá na carteira se a gente num fizê serão num dá nem pra comê. Tem de fazê senão o cara num vai morá...é que no serão eles paga 20% em cima da hora normal. (...) Pra podê ir tocando a obra e a situação, ter condição de construí, pelo menos duas dobra por semana nós somo obrigado de fazê. (...) A gente pega no trabalho hoje às 7h do dia, trabalho e dia e trabalha na noite até 4h30min. Então o pessoal vai dormir, das 4 e meia às 7h, quer dizer nem três hora de sono, né. Dorme aquelas três hora pra pegá no serviço às 7h outra vez, pra ir até às 5h...até 5 da tarde. (...) Agora a gente faiz duas dobra, mas teve tempo de tá impressado e fazê até três dobra numa semana pra podê compra um pouco de material...dobrava na segunda, na quarta e na sexta...chegava no fim da semana mais morto do que vivo. (armador).

Os menino tão lá no seu Manel de empilhador de material no depósito. Tem precisão deles ganhá um pouco pra ajudá, nós estamo apertado. Mais pra frente...aí já melhor um pouco...quem sabe depois de batê a laje eles pode largá né, que o serviço de empilhá é pesado, eles são novo ainda...(esposa de estucador)

Pra consegui fazê o dinheiro dá pras despesas e comprá material ainda, tem de economizá. A mulher economiza aí nas compras...Uma semana noi faz compra, outra tira pra prestação do lote, outra pro material, vai levando...e tem de dá, uma compra de 200, 300 conto economizando dá pra duas semana, economizando dá, né. Compra as coisas que pode rendê, carne a pessoa só compra quando tem condição, com obra num dá porque aperta muito a compra um quilo de carne. O preço dela não tá fácil..então pobre num dá de comê carne...tem de comprá uns ovos...mais mesmo é ovo de vez quando...fica mais de acordo, né. (armador).

Pobre só pode morá aqui em cima, aqui pra dentro mesmo, pra esses cantão. Lá embaixo é só pra gente de posse, pobre num tem condição...é muito caro. Antes cabia mais pobre lá embaixo, né. Era aquelas favela, aquelas cabeças-de-porco..inda tem, mas é pouco agora...os tempo hoje é outro, num tem mais lugar barato...é tudo caro lá embaixo. Pode vê, pobre agora vem tudo aqui pra cima fazê suas casinha pra tê um pouco de sossego. Chega um dia num vai tê mais pobre nenhum lá embaixo...num tem condições...num cabe, né.

Estes depoimentos recolhidos do bairro Jardim Esperança, loteamento irregular de Nova Iguaçu, retratam as condições reais da espoliação urbana e confirmam que é a forma espacial da superexploração ao defrontar-se com a propriedade privada da terra e seus superlucros de localização. Elevação do desgaste físico e psíquico do trabalhador, violação de seu fundo de vida é isto que significa a luta do trabalhador para conseguir viver na cidade. Parece ser essa também a conclusão da autora:

Trabalhando muito, alimentando-se mal e não

tendo o repouso e o lazer necessário à reposição das energias consumidas, o autoconstrutor é um trabalhador que durante anos a fio está sujeito a um intenso desgaste físico, cujo resultado é inevitavelmente a diminuição do seu ciclo produtivo, perda que a propriedade da moradia não poderá recuperar. (LIMA, M. H. B. Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In. Habitação em Questão. p.88)

É seguramente este cenário que Marx tinha em mente ao afirmar que “a miséria é para os proprietários de imóveis uma fonte mais abundante do que as minas de Potosí jamais o foram para a Espanha”. (MARX, 2008, p. 1025). A relação entre a superexploração, ou “os baixos salários” como é mais conhecido na literatura da questão urbana, e sua ocupação territorial vinculada diretamente a localizações mais desvalorizadas é fartamente documentada nas pesquisas da área nas décadas de 1970 e 1980. Atualmente, trabalhos como esses que pintam o cenário da espoliação urbana, através da voz e da consciência dos próprios trabalhadores, são mais raros. Um recente estudo na cidade Vargem Grande Paulista, periferia da região metropolitana de São Paulo, constatou que a autoconstrução enquanto prática de provisão habitacional está consolidada.

A consolidação da autoconstrução ficou evidente na fala de moradores que declararam, de maneira objetiva e enfática, não terem considerado outra opção de acesso à casa própria a não ser a de construí-la com as próprias mãos. Também ficou evidente a ausência de alternativas habitacionais satisfatórias para a população de baixa renda visto que no mercado formal há inadequações em relação à qualidade e ao preço dos imóveis, segundo os entrevistados. (BALTHAZAR, 2012, p.136)

Ainda segundo a pesquisadora, os moradores não apresentam consciência de que a provisão habitacional era de responsabilidade do poder público, tampouco, de que a autoconstrução representava forma de exploração: “É recorrente a ideia de que cabe unicamente às famílias a providência de um local para morar” (idem). Anota também algumas diferenças importantes nas técnicas construtivas e na qualidade do materiais utilizados. Atualmente, os materiais são predominantemente industrializados e ocorreu uma significativa diminuição dos lotes. A casa própria das décadas anteriores expressava também a possibilidade de produção de hortas e de criação de pequenos animais, cada vez mais inviável no excessivo adensamento das periferias brasileiras. O fato de uma das maiores e mais adensadas favelas da América Latina ser denominada “Rocinha” é um paradoxo aparente que expressa essa mudança histórica na autoconstrução da moradia.

Também recentemente tem se reaberto o debate no âmbito do processo de avaliação e crítica dos impactos do programa Minha Casa Minha Vida. Esse novo estímulo estatal ao capital imobiliário revalida a tese de que o capital cria as periferias justamente para valorizar outras propriedades urbanas, por isso a maior parte das unidades habitacionais produzidas para famílias de baixa renda encontram-se na fronteira de expansão urbana. Não se trata apenas do preço do terreno influenciar a ação do capital, mas do capital na busca por sua margem de lucro equacionar as melhores localizações. (HILDEBRANT, 2014)

Aqui queremos nos aproximar de uma segunda hipótese de interpretação: a de que a relação entre superexploração e renda da terra não se dá somente num sentido, mas em ambos. Ou como afirma KRISCHKE:

Se é a distribuição do preço da terra na cidade que determina onde as classes sociais tem de se localizar, é o preço que o trabalhador pode dispende em habitação o que efetivamente estabelece no mercado o nível de preço da terra em cada zona da cidade. Portanto, entre a estrutura de renda da terra na cidade e o valor da força de trabalho, existe uma relação dinâmica...” (Krischke, 1984, p.24).

O que vimos até agora foi que dada a superexploração o trabalhador se confronta com a renda da terra que o obriga a ocupar parte de seu tempo livre com a autoprodução da moradia ou com o tempo de deslocamento entre sua casa e o trabalho. Ou seja, como a renda da terra aprofunda a superexploração através daquilo que denominamos espoliação urbana. Mas cabe também investigar como a superexploração cria ou eleva a renda da terra. O reconhecimento desta relação é facilitado pelo conceito de Renda Diferencial de Vivenda (RDV), de Samuel Jaramillo. Como exposto na segunda seção do segundo capítulo, ao preço de uma habitação se deve a diferença de acesso à infraestrutura urbana em relação as outras, ou ainda, a localização de uma residência privilegiada por acesso a serviços urbanos cobra seu tributo em relação àquela localização que não tem o mesmo acesso. Isso significa que a pior localização teria zero de renda diferencial, isto é, estabeleceria o limite mínimo de renda e de preço a partir do qual se estabeleceriam os preços das outras localizações.

De esta manera, surge el hecho de que las distintas ubicaciones significan costos diferentes para apropiarse de valores de uso comparables. Esto debido a los dos puntos siguientes: la

diferencia en magnitud de los desplazamientos implica, por lo general, pagos monetarios diferenciales por concepto de transporte; el tiempo diferencial empleado en los trayectos de viaje significa gastos diferenciales adicionales en la mercancía que los obreros venden – la fuerza del trabajo -, algo que eventualmente puede ser traducido en términos monetarios. (JARAMILLO, op. cit., p. 67)

Se as condições da pior localização se degradam sem alterar seu preço, ou inversamente, se o preço dela se eleva sem alterar suas condições locacionais isso refletirá no aumento de preço de todas as outras residências. Ora, uma agudização da superexploração levará os trabalhadores a abrirem novas fronteiras de localização ainda mais precarizadas ou procurem as mais baratas elevando a sua demanda. De uma forma ou de outra, ambas concorrem para elevar as rendas diferenciais das outras localizações. A superexploração, ao rebaixar as condições limites da pior localização alimenta, assim, os superlucros de localização, originados pela busca de habitação.

Além disso, o espraiamento urbano, gerado pelo confronto da superexploração com a renda da terra se expressa numa elevação dos tempos de deslocamento. Num primeiro momento, este tempo é dado pela distância física e pelas condições precárias de infraestrutura. No segundo momento, em que o processo de urbanização já avançou sobre todos os interstícios daquela zona urbana e elevou seu adensamento, o tempo se eleva em razão dos congestionamentos, não obstante a gigantesca quantidade de capital fixo rodoviário investido no mesmo período. Esta apropriação do tempo livre pelo deslocamento entre a casa e o trabalho adquire atualmente uma importância semelhante à adquirida

pela autoconstrução no pensamento crítico sobre a cidade e na consciência nacional durante as décadas de 1970 e 1980. O desgaste sobre as amplas massas de trabalhadores submetidas a esta forma de urbanização e de deslocamento é uma das questões que eleva a consciência popular de nosso tempo. As condições concretas de transporte de trabalhadores no Brasil violam intensamente o fundo de vida desta classe. Não somente pelo tempo, mas pelas condições a que estão submetidas durante este tempo. São horas e horas diárias em pé, mas amassadas como verdadeiras sardinhas enlatadas em trens, metrô, onibus e vans, para que possam vender sua força de trabalho.

O tempo médio das viagens em São Paulo era de 2:42 h. Para 1/3 da população esse tempo é de mais de 3 hs. Para 1/5 são mais de 4 horas, ou seja, uma parte da vida é vivida nos transportes, seja ele um carro de luxo ou então o que é mais comum e atinge os moradores da periferia metropolitana, num ônibus ou trem superlotado. Estresse, transtornos de ansiedade, depressão, são doenças que acometem 29,6% da população de São Paulo segundo pesquisa do Núcleo de Epidemiologia Psiquiátrica da USP. (...) A velocidade média dos automóveis em São Paulo, entre 17:00 h e 20:00 h em junho de 2012 foi de 7,6 km/h, ou seja, quase a velocidade de caminhada a pé. Durante a manhã a velocidade passa a ser de 20,6 km/h, ou seja, de uma bicicleta. (MARICATO, 2013, p. 45).

Mas aqui também não é somente a renda que afeta e eleva a superexploração através da espoliação urbana. O tempo de deslocamento é uma das principais características definidora de rendas secundárias diferenciais de vivenda e de comércio. Na medida em que os trabalhadores expandem novas fronteiras urbanas eleva-se o tempo de deslocamento que por sua vez influi para valorizar as localizações mais

acessíveis. Ou seja, maior o tempo de deslocamento, maiores são os superlucros de localização através das rendas diferenciais.

Todavia, não é somente nas configurações espaciais que se expressa a dialética entre superexploração e rendas urbanas. Vimos no segundo capítulo, que a atual dinâmica de acumulação de capital, que se caracteriza por uma gigantesca massa de valor acumulado, necessita se apropriar de todos os valores de uso capazes de valorizá-lo. O espaço urbano, através da captura das rendas urbanas em superlucros de localização e posteriormente em distribuição sob a forma de remuneração de ativos financeiros, tem sido a via explorada extensivamente pelo capitalismo na sua atual fase imperialista, isto é, monopolista e financeira.

Desenvolve-se justamente na promessa de que através da exploração do espaço urbano poderá se apropriar de lucros suplementares, de superlucros de localização. A cidade aparece como um grande “campo de raios”, onde cada raio representa uma localização da qual se busca extrair lucros superiores ao normal. As localizações funcionam como verdadeiras bombas de sucção de valor para o capital financeiro e por isso são largamente produzidas.

Contraditoriamente, no entanto, quanto mais se busca produzir aquele tipo de localização internacionalmente valorizado, menos excepcionais elas se tornam, é o processo de transformação das especificidades das culturas locais em commodities tipo exportação que nos chama atenção David Harvey (2005). De tal forma que a tendência aí é de futura homogeneização e, portanto, de diminuição dos lucros suplementares.

Mas a questão que se nos coloca é mais profunda ainda. Como

afirmava Marx, não basta entender a existência da renda como um lucro suplementar, é necessário, também investigar de onde esse lucro é extraído. Qual a sua fonte? Onde é gerado esse mais valor? Para nos aproximarmos desta questão vamos explorar duas hipóteses. A primeira delas inspirada diretamente em Marx.

Ao expor a análise sobre a renda absoluta fiz questão de repetir a sentença de Marx “modo normal da produção capitalista” a fim de com isso marcar na mente do leitor a dúvida: e quais seriam as características da renda no modo “real” da produção capitalista? Para Marx, “é natural que na prática se considere renda fundiária tudo o que o arrendatário paga ao proprietário na forma de tributo pela permissão de explorar a terra” (MARX, op. cit., p. 834) Por isso é fundamental separar a renda propriamente dita de outras fontes de apropriação.

É possível que o arrendamento pago represente, em parte ou totalmente, em certos casos (...), **dedução do lucro médio ou do salário normal**, ou ambos ao mesmo tempo. Essa parte do lucro ou do salário assume aí a figura da renda fundiária, pois em vez de caber, como seria normal, ao capitalista industrial ou ao assalariado, é paga na forma de arrendamento ao proprietário da terra. Sob o aspecto econômico, nem uma parte nem a outra é renda fundiária; mas, na prática, constitui o rendimento do proprietário da terra, valorização econômica do seu monopólio, do mesmo modo que a verdadeira renda fundiária, e como esta atua sobre o preço da terra, determinando-o. (ibidem, p. 835)

E após citar o exemplo da Irlanda onde “o modo de propriedade correspondente ao sistema capitalista de produção, existe formalmente sem que exista o sistema capitalista de produção” passa a tratar da

“renda agrícola em países de produção capitalista desenvolvida”. Na Inglaterra, segundo ele, as leis de proteção aduaneira aos cereais “fraudaram os arrendatários” entre 1815 e 1830 forçando-os “a se contentar com lucro inferior a média e a ceder parte dele na forma de renda”. Entretanto, “fato mais geral e mais importante é a redução do salário do trabalhador agrícola propriamente dito abaixo do nível médio normal”. Segundo Marx, “diversas circunstâncias históricas” podem concorrer para que as taxas elevadas das rendas fundiárias e a correspondente alta do preço da terra se deva a um “desfalque no salário e à redução deste abaixo mesmo do mínimo vital, isto é, a passagem de fração do salário normal para o bolso do proprietário da terra.” (ibidem, p. 837)

Para nós, não são somente determinadas circunstâncias históricas que podem gerar conjuntamente a violação do fundo de consumo do trabalhador, pois vimos como essa é uma das formas do mecanismo de superexploração vigente nos países dependentes.

Mas vejamos mais detidamente como Marx analisa a situação dos jornaleiros agrícolas na Inglaterra:

Sempre que as circunstâncias forcem subida momentânea do salário dos jornaleiros agrícolas, gritam os arrendatários, sustentando que elevação do salário ao nível normal, vigente em outros ramos industriais, é impossível e necessariamente os arruinará, se não houver redução simultânea da renda fundiária. Aí está portanto implícita a confissão de que os arrendatários retiram do salário uma fração que sob o nome de renda fundiária transferem para o bolso do proprietário de terra. (ibidem, p. 838)

Entre os anos de 1849 e 1859 quando várias circunstâncias

concorreram para elevar o salário destes jornaleiros, os arrendatários solicitaram, inutilmente, a redução das rendas fundiárias. Reivindicação fracassada, recorrem a redução dos custos e

Para isso introduziram em massa locomóveis e novas máquinas que, além de substituírem os cavalos e os expulsarem da economia, criavam superpopulação artificial desempregando jornaleiros agrícolas, o que acarretava nova baixa de salário. (...)A renda fundiária alta se identifica aí diretamente com salário baixo. E na medida em que esta circunstância aumentando a renda influi sobre o nível do preço da terra, acréscimo do valor da terra significa desvalorização do trabalho, alta do preço da terra, baixa do preço do trabalho. (ibidem, p. 839)

É espantoso que poucos estudiosos tenham se dedicado a investigar a contemporaneidade desta formulação. A nosso ver é uma referência fundamental que deve marcar os estudos da renda da terra nos países dependentes. E ela que fornece uma importante chave explicativa para localizar a fonte dessa enorme acumulação feita através da produção do espaço urbano. Pois aqui também, renda fundiária alta se identifica diretamente com salário baixo. Não é coincidência que os capitalistas da construção no Brasil tem, nos últimos anos, oscilado justamente em reclamar da elevação do preço da mão de obra e do custo dos terrenos. (Cf. ZAPAROLLI, op. cit., p. 10). Sustenta-se no fato de que o setor da construção civil está assentado em apropriar-se dos salários dos trabalhadores. O fato de ser uma produção de base fundiária incentiva que neste setor as formas de superexploração sejam ainda mais aprofundadas. Isto porque neste ramo de produção, assim como na produção agrícola, é o capital menos produtivo que regula a taxa de

lucro. Isto é, que define o Preço de Produção regulador. Pois só assim aquele terreno e aquele capital de pior produtividade será incorporado ao setor. Se o capital não obtiver a remuneração média ele simplesmente será transferido para outro setor onde consiga extraí-la. Isso faz com que nos setores da produção de base fundiária a propriedade privada da terra implique em tendência a apresentar composição orgânica do capital abaixo da média da produção em geral. O mesmo deve ocorrer na produção do espaço urbano. E composição orgânica do capital menor significa exploração extensiva e intensiva da força de trabalho. É esta especificidade da produção de base fundiária - onde devido ao monopólio da terra a acumulação pode se sustentar na extração da massa de mais valia - que explica a aparente “dificuldade” dos capitalistas do setor em adotar métodos mais produtivos de construção. Claro que para isso é necessário a disponibilidade de grande oferta de força de trabalho para o setor, o que não é um empecilho, já que os países subdesenvolvidos se caracterizam justamente por alojar nas cidades reservatórios deste tipo de força de trabalho que pode ser empregada em métodos produtivos de baixa complexidade. Por isso, nossa reflexão é de que nos países dependentes onde o mecanismo de superexploração já é parte orgânica da formação social, a renda da terra urbana e os superlucros de localização encontram na sobreexploração dos trabalhadores uma de suas principais fontes. Algo que já nos apontava Marx para “circunstâncias históricas específicas” é aqui uma regra que organiza e que sustenta a evolução do capital imobiliário nos países dependentes e que se apresenta como um gigantesco obstáculo para uma saída capitalista para o problema da moradia, já que permite ao capitalista sempre encontrar formas de se apropriar de superlucros

advindos da superexploração e do monopólio da terra em vez do aumento de produtividade.

Vejamos então alguns elementos que nos indicam a veracidade desta reflexão. O que estamos chamando genericamente de construção civil é na verdade um subsetor desta de acordo com Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), segundo a qual o ramo da construção civil é composto de três segmentos: construção de edifícios, formado pelas obras de edificações ou residenciais e, por obras de incorporação de empreendimentos imobiliários; da construção pesada ou obras de infraestrutura; e de serviços especializados. Diríamos que apesar de sofrer influência dos três subsetores, é o setor de construção de edifícios que consegue mais captar as rendas urbanas de que estamos tratando.

A baixa composição orgânica do capital se revela na ideologia de que o setor da construção civil é multiplicador de mão de obra. Este argumento frequentemente utilizado pelos sindicatos patronais da construção civil e não raramente por dirigentes sindicalistas operários e políticos trabalhistas, oculta que essa geração de emprego resulta da baixíssima produtividade média do setor, gerando vagas caracterizadas pela baixa complexidade de tarefa aliada com alto dispêndio de força física. Assim, a estrutura do mundo do trabalho na construção civil se caracteriza por baixa qualificação, elevada rotatividade no setor, baixos salários, alta informalidade e altas carências sociais (VILLELA, 2007). A indústria da construção civil, principalmente o subsetor de edificações, se beneficia há décadas desta estrutura que permite rebaixar os salários muito além do mínimo necessário para sobreviver.

Os níveis de exploração ficaram ainda mais evidentes quando na recente conjuntura marcada pelo aumento de acumulação no setor, os capitalistas da construção propagaram a ideologia do “apagão” de mão de obra. Segundo eles estaria em falta pessoas qualificadas como “engenheiro, mestre de obra, pedreiro, armador e carpinteiro” que como se vê são níveis extremamente desiguais de complexidade de trabalho¹⁵. Mesmo o insuspeito economista Marcelo Neri, atual presidente do IPEA e Secretário de Assuntos Estratégicos da presidência da República, demonstrou que o tal “apagão” ocorre nas “vagas sem qualificação”. Segundo os economistas do IPEA, o que está ocorrendo é que a elevação da demanda por trabalhadores braçais na construção civil encontrou uma leve melhoria na renda daquelas famílias que forneciam os trabalhadores que aceitavam essa combinação de baixíssimo salário e alto desgaste físico da construção civil. Esses trabalhadores estariam agora preferindo outros empregos ou ainda, no casos dos jovens, ficar mais tempo na escola e se qualificar melhor para outros tipos de atividades. Bastou uma análise, ainda que neoclássica, um pouco mais apurada da situação para revelar que o discurso do apagão de mão de obra buscava ocultar o alto grau de superexploração da força de trabalho em que o setor produtor do espaço urbano assenta seus superlucros de localização¹⁶.

Em teoria, este “choque de oferta” de mão de obra deveria impulsionar uma reestruturação no setor basicamente no que concerne a

¹⁵ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral_nos-canteiros-temor-e-apagao-da-mao-de-obra_52630>. Acessado em janeiro de 2015.

¹⁶ Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20099 e <http://www.cps.fgv.br/cps/construcao/>>

uma elevação da composição orgânica do capital, atingindo maiores níveis de produtividade. Isto de forma alguma deve sugerir uma tendência a superação da superexploração da força de trabalho no setor, pois como já analisava Marx, os aumentos de produtividade ocorrem justamente para manter os níveis de lucratividade existentes. Mas ainda que isso possa estar ocorrendo pontualmente, não nos parece ser um movimento geral do setor. Ao contrário, as construtoras e incorporadoras estão mantendo estruturas produtivas atrasadas e se acomodando em nichos da produção em que podem obter margens de lucro maiores.

Essa é a opinião também de especialistas voltadas a aprimorar a lucratividade do setor. Em entrevista à revista *Construção e Mercado*, o engenheiro máster de projetos da Companhia Vale é enfático ao afirmar que “pouca coisa mudou no relacionamento entre construtoras e empreiteiras. Falta parceria entre elas e a contratação ainda é baseada em preços baixos.” É justamente as dificuldades da relação entre construtora e empreiteira, dificuldades fartamente documentadas pela literatura especializada, que expressam a busca das construtoras por acessar força de trabalho superexplorada, vez que as empreiteiras não são nada mais que empresas terceirizadas especializadas em fornecer a mão de obra mais barata possível:

Além disso, a construtora contrata por um preço muito apertado e faz exigências que já se sabe de antemão que a terceirizada não vai cumprir. (...) Acaba-se sufocando as equipes no canteiro e o resultado final é um trabalho de má qualidade e de baixa produtividade. Além disso, pode-se gerar grande passivo fiscal e trabalhista. (...) Houve melhoras, mas ainda estamos muito longe do que é necessário. (...)Mas isso só vai ser

possível quando os contratantes valorizarem esse tipo de equipe. Tive contato com alguns poucos empreiteiros desse nível tempos atrás, que não conseguiam obra porque todo mundo achava o preço deles muito alto.¹⁷

Como este é um dos principais “gargalos” do setor são fartas as publicações e reportagens sobre assunto. Vale ainda destacar mais uma delas: “Por que a mão de obra ainda emperra a construção civil?” de agosto de 2014:

Atrasos, baixa qualidade, falhas de projeto... quem já fez uma reforma ou acompanha o mercado imobiliário sabe dos obstáculos enfrentados pela construção civil brasileira. E como ela é intensiva em mão de obra, muitas vezes recai sobre os trabalhadores a responsabilidade pelos problemas do setor¹⁸

Mas ao contrário do que afirma a ideologia dominante, não são os trabalhadores responsáveis pelo atraso do setor. Hugo Rosa, presidente de empresa de engenharia, apresenta rara lucidez para um capitalista brasileiro:

Para Rosa, o baixo nível técnico e educacional do brasileiro é uma queixa generalizada dos empresários de todos os setores, mas está longe de ser o principal problema: “você vai para os Estados Unidos e vê muitos trabalhadores que vem da América Latina, inclusive do Brasil, e os mesmos que tem aqui uma baixa produtividade tem uma alta produtividade lá”.

Moral da história: vai ser difícil (e insuficiente) qualificar o trabalhador até que o método de construção deixe de ser basicamente artesanal,

¹⁷ Disponível em: <http://construcomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/160/artigo330188-1.aspx> Acessado em janeiro de 2015.

¹⁸ Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/porqueamaodeobraindaemperraconstrucaocivil> Acessado em janeiro de 2015.

como é hoje. "A questão não é qualificar o trabalhador para o que é feito hoje, e sim passar para um processo industrializado, com menor dependência desse artesanato, onde cada serviço tem uma característica diferente. Quando você tem o trabalhador em um ambiente industrial, aí sim você pode qualificar pra valer", diz Rosa. (ibidem).

Conforme nossa hipótese, a ideologia do “apagão de mão de obra” oculta a relação de superexploração do trabalho na construção civil e que ainda é dominante no setor. Mesmo as empresas com capacidade de elevar sua composição orgânica de capital e sua produtividade oferecendo uma maior quantidade de produtos e valores individuais menores estão apresentando uma estratégia tipicamente *lumpenburguesa*, característica dos países dependentes. (FRANK, 1971). Isto porque em vez de elevarem seus investimentos e produtividade centrando seus ganhos na extração de mais valia relativa no canteiro de obras e na mais valia extraordinária na realização da mercadoria, elas tem buscado manter uma estratégia de produção elitista da casa. Isso fica evidente no atual movimento de reestruturação das incorporadoras com capital aberto.

Após ter os caixas irrigados de capital fictício que por sua vez aqueceram a demanda por terras urbanizadas elevando seus preços, as grandes incorporadoras acumularam dois anos de prejuízos financeiros o que levou algumas a se retirarem da bolsa de valores e outras há profundas reestruturações internas. Mas estas reestruturações não parecem ir ao sentido de elevar a produtividade e incorporar novos mercados, mas ao contrário, estão voltando a se concentrar na região sudeste e nas faixas de renda mais elevadas.

É o caso, por exemplo, da construtora Rodobens, que após ter prejuízos com a estratégia de direcionar sua produção totalmente para o Minha Casa, Minha Vida, abandonou completamente a estratégia:

"Era inviável financeiramente", diz o presidente Marcelo Borges. Ex-executivo do Santander, ele assumiu a Rodobens Negócios Imobiliários no fim de 2010 com a missão de salvar a companhia. A saída encontrada foi abandonar o programa do governo. "Éramos monocliente, monoproduto, monobanco e monoterreno. O risco era altíssimo", brinca, depois da mega reestruturação que levou a empresa novamente para o médio padrão - e para o azul.¹⁹

O caso mais expressivo seja o da PDG Realty. Após um gigantesco aporte de capitais via mercado financeiro e sucessivos balanços positivos que somaram 2,06 bilhões entre 2008 e 2011, a empresa apresentou um prejuízo de 2,17 bilhões de reais em 2012. As medidas tomadas podem ser resumidas em contrair a produção e focar no mercado de luxo:

A reestruturação se tornou imprescindível. Em 2012 a PDG recebeu um aporte de capital de R\$ 800 milhões, encabeçado pela gestora de recursos Vinci Partners. Na sequência, veio a troca de comando da diretoria. **A nova gestão decidiu se concentrar primeiramente na redução dos riscos.** As medidas envolveram revisão dos custos em mais de 250 canteiros, diminuição do número de cidades onde a incorporadora atuava e **redução do volume de lançamentos.** "Já no ano de 2012 e 2013, eles lançaram na faixa de R\$ 2 bilhões de VGV. Uma redução considerável", conta a analista de construção civil do Citi, Paola Mello.

¹⁹ Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/construtoras-desconhecidas-ganham-mercado-com-minha-casa> Acessado em janeiro de 2015.

Em paralelo, o novo time decidiu **cancelar projetos com níveis de rentabilidade considerados baixos**. Ao longo de 2013, 48 lançamentos foram abortados. Os projetos cancelados tinham um VGV original de R\$ 2,1 bilhões, mais do que os R\$ 2 bilhões efetivamente lançados no ano. "A PDG **cancelou muitos projetos que considerava inadequados por conta de preço, localização e perfil do produto**", conta o analista de construção civil Eduardo Silveira, do Banco Espírito Santo (BES). A nova estratégia envolveu ainda esforços para agilizar obras atrasadas.²⁰

E o roteiro é o mesmo: reduzir presença no mercado apostando numa oferta menor, mas com maior rentabilidade, centrando-se assim evidentemente em superlucros e não em produtividade. Interessante notar que as grandes incorporadoras são as que deveriam apresentar a maior capacidade tecnológica e os maiores níveis de produtividade. Mas são justamente as que não conseguiram sobreviver no mercado de baixa renda. Ora, porque as construtoras regionais e locais, de evidente menor produtividade, conseguem “sobreviver” no “mercado de baixa renda” e para as grandes e mais produtivas este mercado é inviável?

Justamente porque as grandes incorporadoras submetidas à lógica especulativa e financeira devem apresentar o acúmulo de lucratividade conquistada com a combinação superexploração, elevação de produtividade e monopólio de localizações privilegiadas, enquanto às menores que definem o preço regulador do mercado devem utilizar extensivamente a força de trabalho superexplorada e com os subsídios

²⁰ Disponível em: <http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/160/os-problemas-operacionais-do-passado-como-atrasos-de-obras-330191-1.aspx>
Acessado em janeiro de 2015.

governamentais e terras periféricas de baixo custo conseguir obter margens de lucro e ainda ceder parte de seu valor para as grandes na apropriação de mais valia.

E assim todos os processos de criação de grandes conglomerados da construção de moradias vai se subordinando a lógica de produção rentista da casa e da cidade típica de um país dependente e subdesenvolvido.

Por último, há ainda uma quarta linha de interpretação da contradição entre renda e superexploração da força de trabalho que deriva da primeira apresentada neste capítulo. Não foi difícil de compreender como a renda da terra ao definir o preço da terra urbana refletirá no valor da força de trabalho. É evidente e amplamente explorado pela literatura que o preço da moradia afeta o trabalhador. Mas não é somente aí que a renda afeta diretamente o poder de compra do trabalhador. Há outra forma ainda mais evidente e permanente que afeta indiretamente o poder de compra, ou o fundo de consumo do trabalhador. Esta forma, apesar de ser permanente, é mais evidente em conjunturas em que a elevação do preço da terra se dá em curto espaço de tempo, como nos últimos seis ou sete anos.

Nestas conjunturas fica evidente que há uma elevação generalizada do preço da terra que atinge a todas as regiões da cidade, das mais valorizadas até as periferias, ainda que desigualmente em cada uma delas. Essa elevação não afetará somente o acesso à terra para habitação mas também para todas as outras atividades: comércio, serviços, lazer, etc. Em todas estas atividades o capitalista buscará repassar, senão imediatamente, mas ao longo do tempo, a elevação do aluguel para o preço de sua mercadoria. Seja um supermercado, um

shopping center ou uma vendinha; a loja de roupas de grife ou o cinema, todos sofrerão uma pressão nos preços por parte da elevação do preço da terra.

O aumento do custo de locação é o principal responsável pelo aumento dos preços do vestuário e da alimentação e esse movimento não vai mudar de uma hora para outra. O Rio de Janeiro está sofrendo a inflação da Copa e depois vai continuar com a inflação das Olimpíadas — diz Daniel Plá, professor de Varejo da Fundação Getulio Vargas (FGV).²¹

Nestes casos a renda acessa através do comércio o fundo de consumo dos capitalistas ou dos trabalhadores. Neste segundo caso, significa uma elevação do valor da força de trabalho, pois os preços das mercadorias que a compõe se elevaram, que não é acompanhada pelo salário, violando ainda mais seu fundo de consumo. Novamente, a renda da terra urbana afeta a superexploração.

²¹ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/aluguel-pressiona-precos-fecha-lojas-no-rio-11619338> Acessado em janeiro de 2015.

4. Considerações Finais

A dialética da habitação é o movimento surgido entre os trabalhadores em luta pela sua sobrevivência no espaço urbano e a propriedade privada da terra urbana. É a contradição entre as condições de reprodução da força de trabalho e a valorização econômica da propriedade privada. Esta contradição existe em todos os países capitalistas e quanto mais dominantes as relações capitalistas de produção mais ela se expressa. O resultado deste movimento depende, portanto, do nível de desenvolvimento das relações de produção que por sua vez depende das condições da acumulação mundial e da inserção de determinado país nesta. De certa forma, adquire contornos dramáticos em todos os países que atravessaram fase acelerada de expansão capitalista.

Nos países centrais, no entanto, essa contradição sofrerá uma forte intervenção estatal no segundo quartil do século XIX e após as guerras mundiais. A inserção destes países na acumulação mundial e a pressão do movimento dos trabalhadores tornaram a questão da habitação uma questão necessariamente solucionável. Surgirá deste processo a crítica do habitat e do direito à cidade formulada no bojo do ascenso de lutas populares em 1968 na França.

Justamente nesse período vários países latino-americanos sofriam o processo acelerado de urbanização. As condições em que isso se dá, embora aparentemente semelhantes, são extremamente distintas. A forma de inserção na acumulação mundial destes países cria relações específicas de produção capitalista internamente, um *capitalismo sui generis*, interpretado por Ruy Mauro Marini. A especificidade

fundamental, para o tema que estamos analisando, são as condições de reprodução da força de trabalho em situação de superexploração. Essa condição estrutural do capitalismo subdesenvolvido e dependente radicaliza as contradições existentes no seio da dialética da habitação. Em nosso primeiro capítulo procuramos resgatar a ligação entre o problema de habitação e a forma de inserção de nosso país na acumulação mundial. Conhecida como a “urbanização dependente” foi necessário uma profunda escavação bibliográfica para resgatar o máximo de produção intelectual sobre o tema que movimentou e organizou o pensamento da maioria dos urbanistas, sociólogos e geógrafos que abordavam o tema na década de 1970. Foi preciso também buscar os limites dessa formulação e os motivos de seu abandono. O tema da urbanização dependente foi simplesmente abandonado, defenestrado, sem que houvesse uma superação dialética. No Brasil, o cerco intelectual e político às interpretações de Ruy Mauro Marini e os outros autores marxistas da dependência resultou num bem sucedido bloqueio entre a teoria marxista da dependência e a produção intelectual sobre o urbano. À exceção de Lúcio Kowarick, todos os outros autores o excluíram de suas referências reproduzindo as críticas falsas e manipuladas de Fernando Henrique Cardoso. A dispersão promovida nos estudos urbanos após o abandono da centralidade da dependência facilitou que neoliberais ou pós-modernos dominassem a produção intelectual sobre o urbano, cooptando inclusive a Lúcio Kowarick neste movimento. As raras exceções que persistiram e resistiram ao saboroso movimento das modas acadêmicas e se mantiveram dentro das trincheiras do marxismo acabaram perdendo este importante elo mediador entre as contradições urbanas e as contradições

do capitalismo mundial que é o conceito de dependência e todo o movimento de emancipação intelectual que protagonizava. A potente categoria de superexploração foi substituída por sua forma aparential “salários baixos” limitando assim a radicalidade da crítica da realidade urbana e pavimentando o caminho para o reformismo e, posteriormente, sua expressão mais desfigurada: as políticas públicas.

O resgate dessa vertente de interpretação bem como de suas críticas e a conseqüente análise crítica dessas ocupou mais tempo do que esperava na pesquisa, como pode se ver na extensão que a seção ocupa neste trabalho. Obviamente, não pudemos fazer a reconexão completa da urbanização dependente com as contribuições de Marini e, principalmente, com a produção marxista sobre o urbano que avançou em outros aspectos fundamentais para a compreensão desta síntese que é o espaço urbano. Mas permitiu conectarmos pela primeira vez na bibliografia a teoria marxista da dependência com a questão urbana, ou ao menos com uma de suas questões, a questão da moradia. Esse encontro foi fundamental para que pudessemos realizar a crítica contemporânea a questão da habitação. Esta é e sempre será um problema para os trabalhadores no capitalismo dependente. No entanto, em algumas conjunturas ela se torna um problema também para as classes dominantes. Isso ocorreu, por exemplo, no processo de transição da força de trabalho compulsória para a força de trabalho assalariada e nos momentos iniciais da industrialização. Assegurar um lugar para a força de trabalho residir era uma questão a ser resolvida também para os capitalistas. Em outros dois momentos, ela também se torna uma questão para a classe dominante, mas por outros aspectos: como necessidade de expansão da acumulação através da produção de

moradias e para fortalecer a dominação da classe trabalhadora. Encontramo-nos atualmente numa conjuntura em que ambos reaparecem e é neste contexto que readquiri força no debate público o conceito de déficit habitacional.

A análise a partir da teoria marxista da dependência sobre as necessidades habitacionais e, particularmente sobre o conceito de déficit habitacional nos permitiu revelar a persistência da questão mesmo diante dos atuais programas habitacionais. Foi possível perceber também que não se trata somente de um problema dos mais pobres, mas do conjunto da classe trabalhadora de um país dependente. E, principalmente, revelou-se que sua força ideológica reside em sustentar um pacto de classe entre o capital imobiliário e alguns movimentos de moradia cooptados. Ao analisar detidamente o conceito de déficit, de inadequação e seus respectivos componentes pudemos avançar numa crítica metodológica a partir da qual poderemos apontar novos caminhos para a medição do problema de acesso a moradia que deve começar pela eliminação da mistificadora palavra “déficit”. Não faltam casas produzidas para resolver o problema de milhões de trabalhadores sem moradia. Ao mesmo tempo em que se estimula a produção imobiliária está se elevando o número de famílias sem teto. Esta é a realidade brasileira. Produção de moradias de um lado, produção de sem teto do outro são as duas faces da mesma moeda.

No segundo capítulo analisamos então a outra face desta moeda: a dinâmica da produção da moradia. Nosso principal objetivo era demonstrar que a teoria do valor e da renda da terra de Marx é fundamental para compreender a dinâmica dos preços e, portanto, do lucro na construção civil e na produção e apropriação de todo espaço

urbano. Contribuindo para superar a tentação de atribuir um peso desmedidamente elevado ao componente de monopólio, que acaba por reduzir as definições no preço à simples flutuações na oferta e demanda.

O preço da terra urbana expressa as condições da produção capitalista do espaço urbano. Quando a cidade não era objeto de apropriação de valor, mas somente o lugar da produção e circulação de valores, o preço do solo era muito baixo. Os contratos de arrendamento eram de décadas e o construtor tinha isso como uma atividade a mais. A transformação no espaço urbano de simples lócus da produção e circulação para objeto de apropriação e, posteriormente, produção do valor, provocou mudanças na relação com a terra urbana que reflete em seus preços. Por isso, afirmar que o problema é a terra é em alguma medida mistificador já que o problema são as relações que se baseiam na propriedade privada da terra. São as novas formas de valorização econômica da propriedade da terra e do espaço urbano que ela suporta. Em nossa análise sugerimos que a renda da terra urbana já não pode ser considerada nos marcos de uma fonte de existência de uma classe de proprietários fundiários. Essa transposição mecânica da análise agrária para a cidade não identifica as mudanças sofridas por essa categoria. Uma reforma urbana que democratize o acesso à terra urbana enfrentará inevitavelmente o grande capital internacional e não apenas os proprietários fundiários locais, pois são aqueles os principais beneficiados com a propriedade privada da terra urbana, através dos superlucros de localização, e que sustentam a renda da terra, portanto, os proprietários a nível local. Enfrentar o problema habitacional, portanto, significa enfrentar a atual forma de produção do espaço: capitalista, baseada na extração de um lucro extraordinário advindo da articulação

secundária da terra urbana, captada cada vez mais através do sistema financeiro. Procuramos ilustrar este fenômeno através do estudo sobre o bairro Saco dos Limões em Florianópolis.

Solucionar o problema da habitação terá que enfrentar os limites impostos pela superexploração da força de trabalho, por um lado, e, por outro, no caso de uma forte intervenção estatal, terá que enfrentar o outro lado da contradição: a renda da terra urbana e sua forma mais desenvolvida, os superlucros de localização. O movimento desta contradição e suas expressões foi o que buscamos explorar no terceiro e último capítulo. Aqui aparece de forma acabada a espoliação urbana, conceito formulado por Kowarick em sua fase mais crítica em que foi inclusive influenciado pela teoria marxista da dependência, mas que buscamos readequar definindo-o como uma forma de expressão da categoria de superexploração, como a forma espacial de expressão desta categoria. Pois a superexploração não acaba ao findar a jornada de trabalho. Ela continua na medida em que o trabalhador terá que após a jornada trabalhar para conseguir acessar todos os elementos necessários para sua reprodução e que não lhe são garantidos pelo salário. Ao fazer isso se defrontará com o capital imobiliário que definirá onde e como irá residir, definirá seu tempo de deslocamento, definirá se terá acesso à saúde e educação. Enfim, terá obstaculizado o acesso a inúmeros serviços necessário a sua reprodução pela forma capitalista de produção do espaço urbano.

Por isso o trabalhador luta para garantir da forma que lhe é possível o acesso a todos estes elementos espacialmente distribuídos: a moradia, o trabalho, o posto de saúde. Mas ao estabelecer formas de garantir estes elementos para além de sua jornada de trabalho está

também reforçando, e criando novas localizações espaciais gerando novas rendas diferenciais e elevando os superlucros aí captados.

É no centro da produção do espaço construído, na construção civil, que encontramos a terceira forma de expressão da contradição entre a superexploração da força de trabalho e os superlucros de localização. Aí desenvolve uma das principais fontes de mais valor que será apropriada na forma de superlucros. A superexploração se apresenta como uma âncora que atrasa os avanços tecnológicos no setor garantindo assim gigantescas rendas diferenciais aos capitais de maior composição orgânica do capital. Esta contradição explica também porque não interessa aos capitais mais produtivos e financeirizados disputar o mercado de baixa renda, onde predomina a taxa de lucro mínima, e o seu acomodamento numa produção financeirizada da casa de luxo.

Por último, exploramos uma quarta expressão da contradição entre renda da terra e superexploração. Aquela em que a renda atinge indiretamente a força de trabalho através da influência que exerce sobre os preços dos produtos e serviços que esta necessita para sobreviver. A tendência generalizada de elevação progressiva do preço da terra pressiona por uma elevação dos preços que não refletem nos salários.

Há, portanto, diversas formas de expressão concreta da contradição – e toda contradição significa dialeticamente complementação – entre os superlucros de localização e a superexploração da força de trabalho. A acumulação de capital através do espaço urbano nos países dependentes encontra na superexploração da força de trabalho uma fonte superior de extração e apropriação de mais-valia. As transformações contemporâneas na renda da terra e

superexploração da força de trabalho concorrem, assim, para aprofundar a questão urbana e habitacional. O direito à habitação está hoje muito mais longe de ser conquistado nos países periféricos. A exclusão habitacional historicamente condicionada pela superexploração da força de trabalho e pela renda da terra foi reposicionada. A importância adquirida pelo espaço urbano como fonte de acumulação na atual fase do capitalismo promoveu uma rearticulação de forças em torno da propriedade privada da terra que dá acesso ao espaço urbano e suas rendas secundárias. Significa, ainda mais, que uma reforma social que garanta o direito à habitação só será possível em outros marcos sociais. Cada vez mais se estreita o laço que vincula todas as reformas à revolução, o direito à moradia a uma revolução urbana.

5. Referências

ARANTES, Pedro F.. **Em busca do urbano**. Novos Estudos CEBRAP, n. 83, p. 103-127. Disponível em:

BAGÚ, Sergio. **Economía de la sociedad colonial: ensayo de historia comparada de América Latina**. 2. Ed. México. D.F: Grijalbo, 1992.

BALTHAZAR, Renata D. S. **A permanência da autoconstrução: um estudo de sua prática no município de Vargem Grande Paulista**. Dissertação. FAUUSP. São Paulo, 2012.

BOULOS, Guilherme; SZERMETA, Natália; RIBEIRO, Ana Paula. **Como não fazer política urbana**. Disponível em: Acessado em: agosto de 2014.

CARCANHOLO, Marcelo. (Im)precisiones acerca de la categoría superexploración de la fuerza del trabajo. **Razón y Revolución**, Buenos Aires, n. 25, p.91-124, jan. 2013. Semestral. Disponível em: <<http://revistaryr.org.ar/index.php/RyR/article/view/119/118> >. Acesso em: 01 fev. 2015.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência: volume 2**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo (Coaut. de). **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1970. 143 p.

CARRIÓN MENA, Fernando. A pesquisa urbana no equador. **Espaço e debates: Revista de estudos regionais e urbanos**. Vol 1, n. 1, 1988.

CASTELLS, Manuel. **Imperialismo y urbanización en America Latina**. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

COBOS, Emílio Pradilla. **Contribución a la crítica de la teoría urbana. Del espacio a la crisis urbana**. México, DF: UAM-

Xochimilco, 1984.

CORAGGIO, J. L. Introduccion. **Revista Ciudad. La investigación urbana en América Latina**. Vol. 3, 1989.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Atica, 1993

CORREIO DO ESTADO. **Construtoras tem dificuldades na produção**, 6 maio 2011. Disponível em: <>. Acessado em: agosto de 2014.

COSTA, Arland. **A superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2013)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Departamento de Economia e Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Aldeia Global Editora, 1979.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico. Instituto de Economia. Universidade de Campinas.

FJP. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte, 2013.

FJP. **Déficit Habitacional no Brasil 2009**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/185-deficit-habitacional-2009/file>>.

FJP. **Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares**. Belo Horizonte, 2014.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Habitação Interesse Social. Produto 9 Versão Final**. 2012.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Habitação Interesse Social. Produto 2 Inserção Regional e Características do Município.** 2009.

FRANK, Andre Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina.** México, DF: Siglo Veintiuno, 1967.

FRANK, Andre Gunder. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. 1969 (1966).

FRANK, Andre Gunder. Destruir el capitalismo, no el feudalismo. 1963. In. FRANK, Andre Gunder. **América Latina: subdesarrollo o revolución.** México, DF: Ediciones Era, 1969.

FRANK, Andre Gunder. **Lumpen-burguesia: lumpen-desenvolvimento.** Porto: Portucalense editora, 1971.

FRANK, Andre Gunder. O mito del feudalismo en la agricultura brasileña. 1963b. In.

FRANK, Andre Gunder. Sociedad dialéctica no dual. 1964. In. FRANK, Andre Gunder. **América Latina: subdesarrollo o revolución.** México, DF: Ediciones Era, 1969.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1977.

FURTADO, F. **Recuperação de mais-valias fundiárias urbanas na América Latina:** debilidade na implementação, ambiguidades na interpretação. 1999. 266 f. Tese (Doutorado). – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GENEVOIS, M.L.B.P; COSTA, O. V. **Carência habitacional e déficit de moradias.** São Paulo em perspectiva, 15, 2001.

GERARQUE, Eduardo. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 19 junho 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1472843-para-constar-oras-posicao-de-sem-t-et-o-so-podeser-politica.shtml>. Acessado em: 17 agosto 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HILDEBRANDT VERA, Margaux. **O Programa Minha Casa Minha Vida e as repercussões na dinâmica socioespacial e sua inserção no contexto urbano na área conurbada de Florianópolis**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2014

IPEA. **Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010)**. Brasília, 2013.

IPEA. **Estimativas do déficit habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012)**. Brasília, 2013.

JARAMILLO, Samuel. **Hacia una teoría de la renta del suelo urbano**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2010.

KOWARICK, Lúcio (org). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KOWARICK, Lúcio (org.). **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, (1979) 1993.

KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1975.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

KRISCHKE, Paulo José. **Terra de habitação x terra de espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984. 88p

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEÓN, R. B.; ACOSTA, M. **Ciudad y capitalismo**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca, 1987.

LIMA Jr. João da Rocha. **Começar de novo: o futuro das companhias de real estate de capital aberto no Brasil**. Carta do NRE-Poli. Outubro-dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.realestate.br/images/File/NewsLetter/CartaNRE30-4-12.pdf>>.

LIMA Jr., João da Rocha. **Lições sobre bolhas**. Carta do Núcleo de Real Estate, São Paulo, n. 36, abr/jun. 2014.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nueva clase media o nuevas formas de superexplotación de la ckase trabajadora?. **Razón y Revolución**, Buenos Aires, n. 25, p. 125-151, jan. 2013. Semestral. Disponível em: <<http://revistaryr.org.ar/index.php/RyR/article/view/120/119>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

MARICATO, Ermínia. Cidades no Brasil: neodesenvolvimentismo ou crescimento periférico predatório. In. **Revista Política Social**. Ano 01. Novembro de 2013. Número 6.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. La crisis teórica. In. **América Latina: integración y democracia**, Editorial Nueva Sociedad, Caracas, 1993. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/081_crisis_teorica.html>.

MARINI, Ruy Mauro. **Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **Os pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999

MIRANDA, Rogério. **Caracterização do crescimento das favelas em Florianópolis como uma contribuição para o gerenciamento de projetos de habitação popular**. Florianópolis, 2010. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso Pós-Graduação em Gerenciamento de Projetos. Faculdade de Tecnologia do SENAI, Florianópolis, 2010.

MORADIA DIGNA. Disponível em <>. Acessado em: agosto de 2014)

OSORIO, Jaime. Fundamentos de la superexplotación. **Razón y Revolución**, Buenos Aires, n. 25, p. 9-34, jun. 2013. Semestral. Disponível em: <<http://revistaryr.org.ar/index.php/RyR/article/view/117/116>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

OURIQUES, Nildo D. **O colapso do figurino francês**. Florianópolis: Editora Insular: 2014.

OURIQUES, Nildo Domingos; PENA, Sergio de la. **La teoria marxista de la dependencia : una historia critica**. 1995. Tese (Doutorado) - Universidad Nacional Autonoma de Mexico, Facultad de Economia Disponível em : <<http://www.bu.ufsc.br/teses/MX0022-T.pdf>>

PEREIRA, Luiz (org). **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

PINTO, Álvaro Vieira. **A sociologia dods países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRADO, F. C; CASTELO, R. **O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo**. Revista Pensata, v. 3, n. 1, novembro de 2013. Disponível em:

<<http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/4Prado-e-Castelo.pdf>>

PRADO, Fernando C. **História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil**. Comunicação e Política, v. 29, nº 2, p. 068-094, 2011. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTwr0FZN2d5Z1otWU0/view>>

QUIJANO, Aníbal. **Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica**. In.: Revista Mexicana de Sociología. México. D.F.: UNAM, 1968.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996

REIS, Cacilda Estevão dos; ANDRADE, Solange Ramos de. A imigração europeia nos discursos da elite política brasileira. s/d. Disponível em <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cacilda_estevao_reis.pdf> Acessado em 18 de janeiro de 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **As metrópoles do pensamento urbano latinoamericano: reflexões para uma teoria urbana do processo de metropolização**. In: SEMINARIO TALLER INTERNACIONAL, TEORÍAS SOBRE LA CIUDAD CONTEMPORÁNEA EN AMÉRICA LATINA, Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, 2011, Mexico, DF. 2011. p. 1 – 32.

SANTOS, Milton. **A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas**. In. Terra Livre 9. SP, AGB, julho-dezembro 1991.

SANTOS, Theotonio dos. A teoria da dependência: balanço e

perspectivas. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Theotonio dos. Imperialismo y dependencia. 2. ed. México, DF: Era, 1980.

SINDUSCONSP. **Essa meta é possível**, 18 novembro 2007. Disponível em <>. Acessado em: agosto 2014.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo, SP: Brasiliense: CEBRAP, 1973

SLATER, David. Capitalismo e urbanização na periferia. Problemas de interpretação e análise referentes à América Latina. **Espaço e debates: Revista de estudos regionais e urbanos**. Vol 1, n. 1, 1988.

SMOLKA, M. O.; SAMBORSKI, D. **Captura de plusvalias para el desarrollo urbano: una comparación interamericana**. Lincoln Institute, 2006.

TONIN, Vitor Hugo. **A Ideologia Tardia da Burguesia Brasileira: Crítica a “O Capitalismo Tardio”**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Centro de Estudos Sócio-Econômicos. Departamento de Economia e Relações Internacionais. Monografia defendida em Agosto de 2011. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia299004>>.

TOPALOV, Christian. **Ganancias y rentas urbanas: elementos teóricos**. Madrid, 1984.

TRASPADINI, Roberta. A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso. 2 ed. São Paulo: Outras expressões, 2014

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Gunder Frank, o enguço das ciências sociais**. Florianópolis: Insular, 2014.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global Editora, 1986.

VILLAÇA, Flavio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Nobel, 2012.

VILLELA, Fabio Fernandes. **Industria da construção civil e reestruturação produtiva: novas tecnologias e modos de socialização construindo o intelecto coletivo ("General Intellect)**. 2007. 420p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000424663>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

ZAPAROLLI, Domingos. Ano de retração dos negócios: depois de forte crescimento, indústria projeta um patamar modesto no desempenho da construção civil e de obras de infraestrutura. **Valor Setorial Construção Civil**, Outubro 2014.